

FERNANDA CHAVES DE ANDRADE

**PROPAGANDA POLÍTICA E TRABALHISMO NA IMPRENSA
CAMPOGRANDENSE DURANTE O GOVERNO VARGAS (1930-1943)**

FERNANDA CHAVES DE ANDRADE

**PROPAGANDA POLÍTICA E TRABALHISMO NA IMPRENSA
CAMPOGRANDENSE DURANTE O GOVERNO VARGAS (1930-1943)**

DOURADOS – 2011

FERNANDA CHAVES DE ANDRADE

**PROPAGANDA POLÍTICA E TRABALHISMO NA IMPRENSA
CAMPOGRANDENSE DURANTE O GOVERNO VARGAS (1930-1943)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **João Carlos de Souza**.

DOURADOS – 2011

FERNANDA CHAVES DE ANDRADE

**PROPAGANDA POLÍTICA E TRABALHISMO NA IMPRENSA
CAMPOGRANDENSE DURANTE O GOVERNO VARGAS (1930 – 1943)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador:

Prof. Dr. João Carlos de Souza _____

2º Examinador

Prof. Dr. Linderval Augusto Monteiro _____

3º Examinador

Prof. Dr. Geni Rosa Duarte _____

Dourados, 24 de Agosto de 2011.

DADOS CURRICULARES

FERNANDA CHAVES DE ANDRADE

NASCIMENTO

22/12/1984 – TAGUATINGA/DF

FILIAÇÃO

JOAQUIM HELENO DE ANDRADE

MARIA RUTE CHAVES DE ANDRADE

- 2011 Mestrado em História.
 Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados, Brasil
 Título: Propaganda política e trabalhismo na imprensa campograndense
 durante o governo Vargas (1930 – 1943)
 Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Souza
- 2005 – 2008 Graduação em Licenciatura plena em História
 Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados, Brasil

RESUMO

A narrativa histórica elaborada nesse estudo se fundamenta na análise do *Jornal do Comércio* e *O Progressista*. Trata das condições e contexto em que os referidos periódicos veicularam discursos acerca do trabalhismo, assim como das formas de propaganda política do governo de Getúlio Vargas no período dos anos 1930 a meados de 1940. O recorte temático do trabalho foi motivado, em grande parte, devido aos poucos estudos referentes ao mesmo em relação à porção sul do antigo Estado de Mato Grosso, particularmente da cidade de Campo Grande. Por acreditar que a imprensa é filha de seu tempo e que ela se comporta como um agente social interferindo, muitas vezes, no curso dos acontecimentos, foi levado em consideração a confluência de alguns fatores: trajetória de seus dirigentes e proprietários, contexto político regional mato-grossense e posicionamento dos impressos diante das mudanças implementadas pelo governo federal. Conforme o contato com as fontes, se notou a forte influência da propaganda política, através das comemorações cívicas, que tomada como um grande “espetáculo”, foi pensada também como um instrumento simbólico de poder que poderia colaborar com as peculiares intenções de grupos correspondentes ao cenário regional, preocupados com a elaboração de representações acerca de Campo Grande e de Mato Grosso. A análise perpassou por temas recorrentes como a necessidade do engrandecimento da pátria; da “doação” aos trabalhadores do sistema de seguridade pelo governo Vargas; da contrapartida de trabalhadores saudáveis e disciplinados; do discurso de superação e conflito entre capital e trabalho, dentro outras. De maneira geral, buscamos compreender as transformações na veiculação desses discursos pelos impressos locais, mas também suas contradições considerando as diferentes conjunturas, opções e trajetórias políticas dos seus dirigentes. Outro objeto de reflexão foi o contexto em que esses jornais estavam inseridos, ou seja, o de cerceamento da liberdade de expressão dos meios de comunicação: a imprensa sofreu atenção especial tanto dos órgãos de censura e propaganda estaduais como do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Desse modo, a propaganda política é tratada nesse estudo como a junção de representações veiculadas pelos periódicos, as quais buscaram colaborar com o projeto trabalhista e com as aspirações dos grupos locais, em grande parte, representados pelos homens de imprensa.

Palavras Chave: Imprensa, Era Vargas, Propaganda Política, Trabalhismo, Mato Grosso, Campo Grande.

ABSTRACT

The historical narrative developed in this study is based on the analysis of *Jornal do Comércio* and *O Progressista*. It is about conditions and context in which these newspapers spread speeches laborism, as well as the Getúlio Vargas government advertising starting 1930 until 1943. This topic was chosen because for the most part there are few studies concerning it in relation to south Mato Grosso State, particularly in Campo Grande. Believing that the press is embedded in its time and it behaves as a social agent interfering often in the course of events. It was important to consider the confluence of several factors: trajectory of its leaders and owners, regional political context of Mato Grosso and positioning of newspapers about the changes implemented by federal government. According to the sources, it was noted the strong influence of propaganda, through of civic celebrations, that was considered as a great "show", was designed also as a symbolic instrument of power that could contribute with some peculiar intentions of groups corresponding to regional stage, that were also concerned with elaboration of representations about Campo Grande and Mato Grosso. The analysis discussed recurring themes like the need country exaltation; the "given" the workers a security system by Vargas government; the counterpart healthy and disciplined workers; the overcoming and conflict speech between capital and labor, etc. Generally, we seek to understand the changes in the spread of these speeches by local newspapers, but also its contradictions considering the different conjuncture, options and political trajectories of its leaders. Another object of reflection was the influence of censorship and propaganda organs. Thus, the propaganda was treated in this study as the junction of representations spread by the periodics, largely, represented by "men of the press".

Keywords: Press, Era Vargas; Propaganda; Laborism; Mato Grosso; Campo Grande.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pelo amor incondicional, por me acompanhar na minha trajetória, por estar sempre presente.

Ao meu marido Douglas que com sua paciência e companheirismo foi meu braço direito durante as aflições e alegrias que a carreira acadêmica proporciona. Dedico também a você essa conquista, sempre parceiro na minha trajetória acadêmica desde que cheguei em Dourados.

A minha querida filha Clara, hoje em meu ventre, de onde me deu força para terminar essa empreitada. A minha pequena, luz da minha vida, agradeço por se comportar tão bem durante as últimas reflexões dessa pesquisa. Junto a mim, sente toda a satisfação de finalizar esse trabalho.

Aos meus familiares que me acolheram em Dourados com muito amor e carinho, ganhei mães, irmãos e mais um pai, nessa minha estadia nessa querida cidade. A minha memorável Vó Teresinha, que já realizou sua passagem, por me abrigar com tanto carinho em solo sul-mato-grossense, parte da mulher que sou hoje agradeço a ela. Aos meus pais, por me ensinarem a lutar pelos meus sonhos e me apoiarem em todos os projetos da minha vida. Agradeço a minha mãe por me ensinar que toda mulher pode realizar a famosa “tripla jornada”, e ao meu pai, que apesar do pouco estudo oficial, me mostrou que a arte de estudar sempre nos transforma para enfrentar os obstáculos que a vida nos impõe.

Ao Programa de Mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados, por aceitar a minha proposta de trabalho e por receber com tanto acolhimento o corpo discente do curso. Além de possibilitar algumas viagens nos arquivos de Campo Grande. Dedico também aos seus funcionários, pela paciência em tratar de questões burocráticas do cotidiano universitário.

Ao meu orientador, João Carlos de Souza, pelas conversas e o apoio essencial para o andamento desse trabalho. Agradeço também pela disponibilidade em atender as minhas “angústias acadêmicas” desde a Iniciação Científica em 2007.

Ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo apoio, por meio da bolsa, foi essencial para a realização dessa dissertação. Por meio desse incentivo, pude também participar do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD), que por meio de intercâmbio com a Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis, cursei a disciplina Seminário de Dissertação com a saudosa Profa. Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva.

A todos os colegas de turma, que durante as disciplinas e conversas esporádicas no período de escrita das dissertações, compartilhamos informações sobre nossas dúvidas, angústias, desafios e

superações, além de debater sobre os assuntos recorrentes da historiografia e do nosso papel como historiadores.

Aos colegas Cássio Knapp, Thiago Cavalcante, Tiago Alinor e Camila Belo pelo companheirismo durante esses anos e, principalmente, pela companhia nas cansativas, porém inesquecíveis viagens de 2009, Dourados-Assis.

Aos meus grandes amigos Sara, Vander Nishijima e Jociane, pelo apoio e amizade que para mim serão eternos. Os nossos encontros sempre serão nostálgicos e agradáveis.

Ao querido Dr. Carlos Jimenez Torres, neurologista que me ajudou na cura contra a epilepsia, mal que me acompanhou durante treze anos. Agradeço por colocar também como método terapêutico a leitura e incentivar a arte de raciocinar, historicamente é claro. Sem dúvida esse homem me ajudou a enfrentar os preconceitos e obstáculos que a doença impõe no cotidiano.

A todos minha eterna gratidão.

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1.....	20
IMPrensa CAMPOGRANDENSE E O GOVERNO VARGUISTA NOS ANOS DE 1930 E ÍNICIO DE 1940: <i>JORNAL DO COMÉRCIO</i> E <i>O PROGRESSISTA</i> NO CENÁRIO POLÍTICO	
1.1. O <i>JORNAL DO COMÉRCIO</i> O PRIMEIRO DIÁRIO SUL-MATO- GROSSENSE.....	10
1.2. <i>O PROGRESSISTA</i> E <i>JORNAL DO COMÉRCIO</i> : IDAS E VINDAS PELA POLÍTICA LOCAL E NACIONAL.....	26
1.3 O INTEGRALISMO COMO PÁGINA MARCANTE.....	45
CAPÍTULO 2.....	54
PROPAGANDA POLÍTICA E AS COMEMORAÇÕES OFICIAIS NA IMPRENSA CAMPOGRANDENSE	
2.1. PROPAGANDA POLÍTICA E AS SUAS INSPIRAÇÕES.....	55
2.2. PROPAGANDA POLÍTICA, REPRESENTAÇÕES E IMPRENSA.....	59
CAMPOGRANDENSE	
2.3. COMEMORAÇÕES OFICIAIS E A IMPRENSA	73
CAPÍTULO 3.....	93
TRABALHISMO E IMPRENSA: REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES URBANOS EM CAMPO GRANDE	
3.1. HISTORIOGRAFIA E TRABALHISMO: ALGUMAS VISÕES.....	96
3.2. TRABALHO E GOVERNO VARGAS: IMPRENSA, REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS	97
3.3. A DISCIPLINARIZAÇÃO ATRAVÉS DA IMPRENSA.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	126

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Visita do Presidente Getúlio Vargas às obras do Ramal de Ponta Porã. (*Jornal do Comércio*, 11/10/1941, p.4)
- Figura 2 Presidente Getúlio Vargas visita obras do Ramal de Ponta Porã da Ferrovia Noroeste do Brasil. (*Jornal do Comércio*, 10/11/1941, p.2)
- Figura 3 Major Dr. Américo Lutz (Diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) e General Mendonça Lima (Ministro da Aviação e Obras Públicas). (*Jornal do Comércio*, 10/11/1941, p.2)
- Figura 4 Presidente Getúlio Vargas conferindo dados do recenseamento (1941) em Mato Grosso (*Jornal do Comércio*, 10/11/1941, p.1)

LISTA DE ABREVIATURAS

AIB - Ação Integralista Brasileira
ANL- Aliança Nacional Libertadora
ARCA- Arquivo Público de Campo Grande
CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CBES- Círculo Brasileiro de Educação Sexual
CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DASP- Departamento Administrativo do Serviço Público
DEIP- Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
DIP – Departamento de Imprensa e propaganda
E.F.NOB- Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
FUG- Frente Única Gaúcha
FUP- Frente Única Paulista
IHMT- Instituto Histórico de Mato Grosso
L.E.C.- Liga Eleitoral Católica
MESP- Ministério da Educação e Saúde Pública
OCIAA- Office for Coordinator Inter-American Affairs
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

INTRODUÇÃO

A história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel. Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. [...] Não há como escrever sobre a história da imprensa sem relacioná-la com a trajetória política, econômica, social e cultural do país¹.

A epígrafe acima versa sobre a perspectiva de abordagem que orientou o tratamento da temática e do período dessa dissertação. A gama de temas que a história da imprensa pode proporcionar e a complexidade do ato de desmistificar os seus discursos foram algumas das questões que chamaram a atenção para utilizá-la como fonte e objeto de estudo. A confluência de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que permeiam a história da imprensa permite refletir sobre uma conjugação de “histórias” que colaboram para a construção do discurso sobre determinado periódico. Conforme Gaddis, quando “contextualizamos nossos sujeitos, também resgatamos o mundo que os circunda” (2003, p. 159). Como afirma Lucien Febvre, é primordial para o conhecimento histórico “marcar as relações do problema posto com o conjunto dos problemas históricos do tempo que o formulou”. Por certo, ao historicizar as fontes situamos as suas representações no tempo em que são elaboradas, evidencia-se assim sua função social.

A temática da dissertação gira em torno da construção das representações e dos discursos elaborados pela imprensa campograndense acerca do universo trabalhista brasileiro. Dessa maneira, ao entrar em contato com as fontes impressas de Campo Grande, representadas nesse estudo pelo *Jornal do Comércio* e *O Progressista*, indaguei a respeito de variados temas, como a idéia de doação das leis sociais; o envolvimento do Estado brasileiro em se pensar o “homem novo”; na tentativa de disciplinarização do trabalhador brasileiro para estabelecer seu controle social; o papel da imprensa nas discussões sobre a propaganda política; entre outros. A investigação sobre a visão dos periódicos analisados permitiu questionar a participação dos atores que permeavam os discursos. Em decorrência disso, houve a possibilidade de compreender as peculiaridades do contexto político mato-grossense, no qual estavam inseridos os jornais.

No que se refere à decisão de tratar da temática sobre o discurso e representações construídas e veiculadas pelos jornais acerca do trabalhador se deu no último ano da graduação em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em 2008². Isso ocorreu durante a finalização de um trabalho de Iniciação Científica, intitulado *Imprensa e Colônia Agrícola Nacional de Dourados: análise do discurso*, realizado através do Programa Institucional de Bolsas

¹ MARTINS, A.L.; DE LUCA, T. R. *História da Imprensa no Brasil*, 2008, p.8

² Entre os anos de 2005 a 2008, conclui a Graduação em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Dourados.

de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ 2007/2008). Durante o andamento desse estudo, foi notada a existência da apropriação do discurso estadonovista sobre o trabalho pelos periódicos da cidade de Dourados, incluindo também as referências ao trabalhador. Como não há séries completas de impressos douradenses de um período anterior aos anos de 1950, houve a possibilidade de utilizar os jornais de Campo Grande. Daí o interesse de pesquisar as representações construídas pela imprensa dessa cidade.

A partir disso, levantei parte das fontes no ano de 2008 e constatei as peculiaridades do discurso do *Jornal do Comércio* e de *O Progressista* durante a década de 1930 e parte de 1940, Vargas esteve no poder. Então, como aluna do Programa de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado da UFGD, com ingresso na turma de 2009, pude colocar em exercício a pesquisa primeiramente intitulada *Representações da imprensa campograndense acerca do trabalho e do trabalhador urbano* (1933-1944). Com a orientação do Prof. Dr João Carlos de Souza, que me acompanhou também durante a Iniciação científica, pude perceber algumas limitações encontradas no percurso da pesquisa, essas encaradas como desafios. A exemplo, a dificuldade em encontrar séries completas tanto do *Jornal do Comércio* como, principalmente, de *O Progressista*. Em relação ao primeiro a década de 1930 está em grande parte microfilmada e arquivada em Dourados, no Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados. O restante do levantamento do jornal, de 1940 até 1943, se encontra na Fundação Barbosa Rodrigues, em Campo Grande, onde está também disposto *O Progressista*. Em relação ao último, há somente a série completa correspondente ao ano de 1940 a 1943. Porém, a variedade de temáticas vinculadas ao trabalhismo, o alcance e a representatividade do jornal em território mato-grossense, permitiram que a narrativa histórica acontecesse de forma satisfatória.

As disciplinas oferecidas no decorrer do curso de Mestrado e as orientações do Prof. João Carlos de Souza, possibilitaram a aproximação de diversas bibliografias referentes à história do trabalho. Assim, alguns autores foram primordiais para a execução desse estudo, entre eles está Ângela de Castro Gomes, que em seu livro *A invenção do trabalhismo* (2005), tratou do conceito de trabalhismo como um conjunto de idéias, crenças, valores, símbolos e o *modus operandi* de fazer política, que compuseram a cultura política partidária e sindical brasileiras em parte da Era Vargas. Outro autor fundamental para o entendimento da construção da doutrina acerca do trabalhismo, foi Adalberto de Paula Paranhos, através da sua dissertação intitulada *O Roubo da Fala: origens da ideologia trabalhista no Brasil* (1996). Enquanto Ângela de Castro Gomes afirma que a utilização da doutrina trabalhista pelo Estado varguista como forma de arregimentação do apoio dos

trabalhadores se deu a partir de 1940, Paranhos a contrapõe, afirmando que esse processo se inicia em 1930. A partir da contribuição de ambos os autores, analisamos o universo do trabalhismo discutido pelos periódicos. Nesse sentido, assim como Paranhos, tomamos os anos de 1930 como ponto de partida da construção ideológica do projeto trabalhista brasileiro, a fim de compreender melhor a visão da imprensa e seu discurso sobre o tema.

A questão social que envolvia a discussão da dinâmica do trabalho e conseqüentemente da realidade do trabalhador brasileiro teve um olhar especial pelo primeiro governo Vargas, gerando discussão nas páginas dos periódicos da época. Ao tratar de qual foi o “olhar” dos periódicos, acredito que a temática se apresentou como um desafio, devido aos poucos trabalhos que relacionam a Era Vargas e a realidade da porção sul do antigo Mato Grosso. No entanto, a aspiração de realizar a pesquisa se confirmou quando foi realizada a leitura do livro *Sacralização da Política*, de autoria de Alcir Lenharo (1986). Em uma breve passagem, o autor aponta reações de alguns trabalhadores de Campo Grande diante do autoritarismo do regime, mencionadas no *Jornal do Comércio*, um dos periódicos mato-grossenses objeto de análise. A carta aberta contida no periódico fez referência à “liberdade de imprensa, palavra e reunião, assim como incitava os trabalhadores a lutarem pela anistia aos presos e exilados políticos”. Assim, uma das problemáticas da pesquisa, consistiu em investigar sobre a possibilidade ou não da adesão da imprensa em difundir a proposta de Vargas. Além disso, houve outras questões que mereceram atenção, como a ampla divulgação dada pelos periódicos as comemorações cívicas, mecanismo de poder repleto de representações utilizadas pelo regime varguista.

A compreensão do perfil dos impressos *Jornal do Comércio* e *O Progressista* foram essenciais para essa pesquisa, para compreender a trajetória daqueles que participaram dos bastidores dos jornais, facilitando apreender as motivações da elaboração dos discursos. Para entender o ponto de vista político dos impressos, além de levantar o perfil dos periódicos, tentei identificar a influência do governo varguista sobre eles. Isso possibilita a compreensão do “problema” central dessa pesquisa, que se resume às seguintes questões: Como a imprensa campograndense representou o trabalho e o trabalhador urbano durante os anos de 1930 e os primeiros anos da década de 1940 (1930-1943)? Qual a influência do contexto político e sócio-cultural que interferiu na visão da imprensa? Como a propaganda política do período foi tratada pelos periódicos? Como se comportaram os jornais analisados antes e depois do Estado Novo? Qual o papel das fotografias presentes no cotidiano da imprensa? Enfim, essas perguntas foram consideradas no ato de “debruçar-se sobre as fontes”.

Alguns aspectos teóricos essenciais para essa pesquisa, pois contribuíram com ferramentas para a construção do conhecimento histórico. A partir dessa consideração, acredito que o tema se insere principalmente no diálogo entre o campo da nova história política e da história cultural. Sem me prender a alguma limitação desses campos, vale assinalar as considerações de Capelato, pois “a história política relacionada à cultural foi privilegiada nesse retorno ao Estado Novo” (CAPELATO, 1998, p. 184). A autora menciona o fato de depois dos anos de 1980, temáticas relacionadas à ditadura de Vargas tiveram crescimento no âmbito da historiografia da História Política do Brasil, lembrando que também abarco o período antes do golpe estadonovista.

A influência da Escola dos Annales reestruturou o que chamamos de Nova História Política. O diálogo entre essa e a Nova História Cultural foi, de certa forma, essencial para dar fundamento a esta pesquisa. Ao tratar da categoria política, podemos citar que as “definições de políticas são abstratas. A mais constante é pela referência ao poder: assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder” (RÉMOND, 2003, p.444). O poder pode ser definido como influência que se exerce sobre outrem, de forma individual ou coletiva, dando a este um controle do que se deseja. Por meio de um diálogo com a sociologia de Bourdieu, entendo a utilização das representações políticas como forma de exercer o *poder simbólico* nas práticas sociais. O poder simbólico é uma problemática que o campo do político explicita e que no cotidiano contido nos periódicos ele pode ser verificado. Entende-se essa variante de poder como aquele “poder invisível, que pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, p.8).

Ao tratar dos discursos do *Jornal do Comércio* e de *O Progressista*, acredito que as representações sofrem algumas restrições no campo político, por “exercer de fato um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, por este modo, o universo daquilo que é pensável politicamente” (BOURDIEU, 2007, p.165). A partir disso, é importante mencionar que as limitações dos discursos da imprensa podem ocorrer em regimes autoritários, como foi o caso do Estado Novo. Portanto, os discursos acerca do trabalho e do trabalhador discutidos na pesquisa, foram influenciados pelo ponto de vista da doutrina varguista dos anos de 1930 e 1940. Tal doutrina foi caracterizada por buscar a disciplinarização política e sócio-cultural dos trabalhadores brasileiros, a partir de um aparato complexo que tinha grande parcela da imprensa como aliada.

As categorias “representação” e “imaginário” estão no cerne das discussões dos trabalhos relacionados à Nova História Cultural e na pesquisa utilizei as discussões de Roger Chartier e Bronislaw Bazcko como referencial. Chartier trabalha representações como sendo

[...] percepções do social construídas de acordo com os interesses de determinados grupos, que não se tratam de posições neutras e interferem na sociedade por meio de estratégias e práticas (sociais, políticas, escolares)(CHARTIER, 1990, p. 17).

Nos debates sobre o significado das representações, Chartier afirma que quem tem o poder de representar, tem o poder de classificar categorias sociais como a de identidade, nomeando uma definição, muitas vezes interferindo na imagem que uma sociedade tem de si mesma (CHARTIER, 2002, p.73). Conforme esses pressupostos, pode-se afirmar que a máquina cultural varguista procurou trabalhar a definição do homem e do trabalho durante sua estadia no poder. De acordo com o que foi tratado, pesquisei como a imprensa atuou nesse sentido, principalmente após a instalação do Estado Novo.

A Nova História Cultural, é importante mencionar, com suas abordagens, abriu novos horizontes, ampliou as fontes históricas utilizadas, assim como os objetos a serem trabalhados. Houve o emprego de novos olhares lançados naquelas fontes utilizadas pela historiografia tradicional e, destaca-se depois de 1970, o uso da imprensa, lembrando que o jornal tornou-se, também, objeto da investigação histórica como aponta De Luca:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos (CAPELATO, 1980 apud De LUCA, p. 118)

O trecho mencionado acima além de justificar a utilização da imprensa como objeto, vem chamar a atenção dos historiadores aos cuidados ao usá-la como objeto e/ou fonte de estudo. Nesse caso, a cautela deve ser tomada ao tentar considerá-la como *portadora da verdade* e como um instrumento que confirma dados obtidos em outras fontes. A partir de tais argumentos acerca da imprensa, procurei ter cautela ao analisá-la, acreditando que ao entender o perfil dos impressos e o contexto que estavam inseridos, permitiu-me desconstruir discursos e compreender a existência das representações criadas pelos periódicos.

No referente ao imaginário social, tomei como base os aportes discutidos por Bazcko, ou seja, das suas discussões sobre a importância dessa categoria na tentativa de manipulação de uma sociedade, conforme o uso dos símbolos e das representações. Percebe-se que a categoria imaginação social é tratada como sendo o lugar onde as aspirações populares se manifestam, como também onde as lutas e conflitos sobre o que deve ser pensado se expressa. Conforme o autor o

poder carismático encontrou um campo fértil nos imaginários sociais (p. 307), sobretudo fazendo uso da propaganda política.

A partir dos apontamentos desse autor e, primeiramente, do diálogo com as fontes, percebi a influência da propaganda política nos impressos analisados. Por meio das representações veiculadas pelos jornais através da propaganda política, percebemos evidências ligadas à criação de tradições, como o culto a figura de Getúlio Vargas, do nacionalismo e do trabalho. Esse aspecto retoma o que Hobsbawm denomina como “tradição inventada”, no seu clássico “A invenção das tradições” (2008). Entende-se como “tradição inventada” um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, as quais podem ser de natureza ritual ou simbólica (2008, p.9). A partir dos caminhos e descaminhos que envolvem o discurso da imprensa, tratei as tradições como um meio de repetir aquilo que o Estado gostaria que fosse estabelecido como favorável para as intenções de estabelecer um cenário de harmonia social.

A estrutura da dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado *Imprensa campograndense e o governo varguista nos anos (de) 1930 e início de 1940: Jornal do Comércio e o Progressista* no cenário político, abordo a trajetória política dos impressos e de seus dirigentes e proprietários. Dessa forma, analisei a influência dos mesmos no contexto político de Campo Grande e, sobretudo, nas discussões em torno das mudanças desencadeadas pelo governo federal varguista. Nesse tópico, também se tratou a respeito das publicações sobre o integralismo nos jornais, levando em consideração as mudanças de discurso dos jornais promovidas pelo golpe do Estado Novo.

No segundo capítulo, *Propaganda Política e as Comemorações Oficiais na imprensa campograndense*, foram discutidas as publicações da imprensa sobre as comemorações cívicas, quais sejam: o aniversário natalício de Getúlio Vargas (19 de abril); o aniversário do Estado Novo (10 de novembro); o Dia do Trabalho (1º de maio); o Dia da Independência do Brasil (7 de setembro). Além disso, tratei sobre as inspirações da propaganda política brasileira no contexto dos anos de 1930 e 1940, suas instituições e seus artífices. A partir da discussão dos periódicos sobre as festividades, analisei a respeito do olhar da imprensa e a sua contribuição ou não para consolidar e divulgar a doutrina oficial do governo Vargas.

No terceiro e último capítulo, *Trabalhismo e imprensa*: representações do trabalho e dos trabalhadores urbanos em Campo Grande foi realizado, primeiramente, um breve levantamento historiográfico, que contribuiu com a concepção e elaboração do mesmo, e da dissertação em geral. A seguir, discuti as assertivas da imprensa sobre a política trabalhista de Vargas, além de retomar as questões relativas à visão dos periódicos acerca das condições de vida dos trabalhadores localizados

em Campo Grande e de modo geral no Brasil. Por fim, foram feitas considerações acerca do papel dos impressos enquanto veiculadores de discursos para disciplinar o trabalhador, abarcando da saúde ao lazer, mas também apontando os descontentamentos evidenciados por algumas publicações.

CAPÍTULO 1

IMPrensa CAMPOGRANDENSE E O GOVERNO VARGUISTA NOS ANOS DE 1930 E ÍNICIO DE 1940: *JORNAL DO COMÉRCIO E O PROGRESSISTA* NO CENÁRIO POLÍTICO

A imprensa pode ser tratada por nós historiadores como fonte e objeto de pesquisa, se paralelamente considerarmos que o “jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade” (CAPELATO, 1994, p.21). Nesse sentido, a imprensa é um agente social que interfere, por meio de suas representações,³ na sociedade em que está inserida, exercendo seu poder perante os leitores.

Uma das propostas deste trabalho será estudar o perfil dos dirigentes dos periódicos *Jornal do Comércio e o Progressista* e sua participação nos processos decisivos da política do Estado de Mato Grosso.

Tratar desse entrosamento no campo político dos periódicos permite que certas temáticas sejam enfatizadas ou não em suas páginas, influenciando na natureza do conteúdo. Nesse ponto, é elucidativa a citação de Jean-Noel Jeanneney, pois para compreender os discursos é necessário “estudar o dinheiro mais ou menos oculto que irriga a imprensa e também compreender o processo de vida e morte de jornais, afastamento de diretores e incidentes diversos” (2003, p.220). Esses fatores são primordiais para se compreender o discurso dos periódicos em estudo. Dessa forma, iniciaremos pelo *Jornal do Comércio*, levando em consideração o grande alcance que ele tinha no antigo Estado de Mato Grosso, bem como em algumas cidades da fronteira Brasil - Paraguai. Assim, iniciamos traçando o perfil editorial e as propostas desse jornal no início dos anos de 1930.

1. 1. *O Jornal do Comércio: o primeiro diário sul-mato-grossense*

O periódico foi fundado em 13 de abril de 1921, por José Jayme Ferreira de Vasconcelos, que exercia também a função de Diretor. O *Jornal do Comércio* foi um impresso diário⁴, o terceiro maior do Estado e o único que circulava diariamente na região sul de Mato Grosso. No caso de seu diretor, mais conhecido por Jayme F. de Vasconcelos, tratava-se de um homem influente e de um longo currículo como advogado e jornalista.

³ Temos como referência a noção de representação de Roger Chartier. Ver CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Difel, 1990.

⁴ O periódico foi extinto em 1949.

O proprietário do periódico esteve também intrinsecamente envolvido no processo de ascensão de Getúlio Vargas e no movimento constitucionalista de 1932. As fontes disponíveis em relatos de memorialistas e em jornais nos permitem analisar com mais profundidade o seu envolvimento nos desdobramentos da Revolução de 1930 em terras mato-grossenses.

Conforme o *Dicionário biográfico mato-grossense*, (1971, p.157) de Rubens de Mendonça, José Jayme nasceu no Rio de Janeiro em 16 de fevereiro de 1888 e se formou em bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela antiga Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Além dessa formação, o advogado e jornalista estudou também na Faculdade de Odontologia e Farmácia de Campo Grande, porém, se empenhou, principalmente na carreira jurídica. Dentre várias funções que atuou destacam-se a de membro correspondente da Ordem dos Advogados do Brasil e Procurador Geral do Estado de Mato Grosso. No universo jornalístico, José Jayme foi membro efetivo da Associação Brasileira de Imprensa, da Associação Paulista de Imprensa e, claro, da Associação Mato-Grossense de Imprensa. Em alguns momentos de sua vida recebeu condecorações diplomáticas, como, por exemplo, a de Membro de Honra da Société Académique d'Historie e de Officier de l'Instruction Publique da França; Cavaleiro da Ordem da Coroa da Itália; Oficial da "Ordem Nacional do Mérito", do Paraguai; Cavaleiro da Ordem de Isabel La Católica, da Espanha; Comendador da Ordem Nacional do Mérito, do Brasil, dentre outras⁵. Além disso, José Jayme colaborou com as letras jurídicas ao publicar livros, como também atuou em legislaturas.

O currículo do diretor fundador do *Jornal do Comércio* revela sua grande atuação no universo das letras, o que nos leva a crer que se tratou de um intelectual influente. Da mesma maneira, José Jayme se apresentou atuante em assuntos que envolviam questões da política regional. Isso resultou na participação do periódico fundado e dirigido por ele como palco de suas aspirações, refletindo no cenário político de Mato Grosso. Dentre os episódios políticos que envolviam o advogado e jornalista está a transição da República Velha para a Era Vargas, processo que não somente marcou a trajetória de José Jayme como também repercutiu em terras mato-grossenses.

Às vésperas da Revolução de 1930, o Estado de Mato Grosso encontrava-se com seu território caracterizado pelo latifúndio (pecuária e erva-mate). Junto a esse fator, soma-se a existência de uma elite nortista ligada à usina de açúcar, que até o início do século XX manteve sua influência em aspectos ligados à administração do Estado. A economia açucareira, base da fortuna e do prestígio social que dava aos coronéis usineiros um forte poder de intervenção na condução

⁵ Essas e outras informações acerca da biografia de José Jayme Ferreira de Vasconcelos se encontram em MENDONÇA (1971, p.157-158).

política do Estado, passou a perder sua importância a partir dos anos 1920 (GALETTI, 2000, p. 269).

No que concerne ao sul do antigo Estado de Mato Grosso, a sua elite, trataremos aqui de sulistas, se encontrava dependente do beneficiamento da carne bovina (BRITO, 2001, p.27). Em relação aos sulistas, temos também o homem mato-grossense considerado nas primeiras décadas do século XX como “cosmopolita”. Segundo Silvia Helena Andrade de Brito (2001, p.27), seriam aqueles ligados às casas comerciais que estavam em contato com os grandes centros do país, representados pelo Rio de Janeiro e São Paulo. O homem cosmopolita da região sulista seria representado por políticos, fazendeiros e intelectuais campograndenses que também mantinham uma conexão com tais grandes centros. Assim, estão incluídos nesse conjunto, os homens da imprensa, tanto devido aos seus cargos representativos na política local quanto em razão dos periódicos que dirigiam, portadores de uma conexão de informação desses com indivíduos e órgãos do sudeste brasileiro dos anos de 1930.

Campo Grande, na década de vinte, contava com base de uma produção econômica onde preponderava a pecuária e o comércio. A instalação do Ramal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em meados dos anos de 1910, fez com que o município assistisse um crescimento econômico e populacional. A Ferrovia proporcionou o transporte de gado, que até então ocorria a pé, até as regiões de engorda e centros de beneficiamento localizados em São Paulo (BRITO, 2001, p. 38). Além disso, Campo Grande passou a ser um entreposto distribuidor das mercadorias adquiridas nas regiões industrializadas do país, que tinham como destino o interior do Estado mato-grossense. Como mencionado, o surto populacional de Campo Grande na década de 1920 também foi resultado da instalação da Ferrovia. Desse modo, Campo Grande passou a centralizar atividades econômicas e políticas de grandes proporções para o Estado. Com a finalidade de atender aos objetivos da Companhia, foi instalada em Campo Grande uma Diretoria Regional, além de construir instalações para seus funcionários (WEINGARTNER, 2002, p. 27). Portanto, na cidade se instalaram indivíduos de conhecimento técnico, como engenheiros, como também operários que vieram trabalhar na construção da ferrovia e seus aparatos, resultando na fixação de muitos no município.

De fato, a Ferrovia atraiu pessoas de diversas culturas para o sul de Mato Grosso, em especial para Campo Grande. Imigrantes e migrantes de várias partes do Brasil e do mundo se instalaram na região em busca de melhores condições de vida. Durante tal período, a presença dos imigrantes chega a representar 9% da população como aponta a Revista Arca (2000, p.5). Os

imigrantes colaboraram para o desenvolvimento econômico campograndense, pois estabeleceram nessa localidade fábricas e casas comerciais. A exemplo disso, temos a família italiana Letteriello que em 1942 implantou a primeira fábrica de massas alimentícias em escala industrial, além daquela destinada à produção de balas e caramelos. A produção de suas indústrias foi transportada, pela NOB - Noroeste do Brasil, para mercados de São Paulo e para a região norte de Mato Grosso (ARCA, 2000, p.9). Dessa maneira, a NOB foi um dos instrumentos utilizados que possibilitou entrelaçar as fronteiras políticas às fronteiras econômicas (OLIVEIRA, 2002, p. 9-22).

Em *Uma Ferrovia entre dois mundos: A E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*, Paulo Roberto Cimó Queiroz faz uma discussão a respeito das expectativas em torno da Ferrovia por diversas cidades sul-mato-grossenses. O autor analisa as expectativas de observadores em relação à chegada dos trilhos e sua influência nas questões concernentes ao desenvolvimento urbano em diversas cidades, como Aquidauana, Miranda, Santana do Paranaíba, Corumbá e Campo Grande, (QUEIROZ, 2004, p. 321-328). As avaliações positivas mencionadas se tratavam do desenvolvimento urbano, crescimento populacional e econômico, além do fortalecimento político sul-mato-grossense. Contudo, o autor pondera os efeitos positivos da passagem da Noroeste do Brasil no sul de Mato Grosso, argumentando que as críticas ufanistas merecem um estudo à parte (QUEIROZ, 2004, p. 328). Portanto, o que pode ser assinalado é que a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil trouxe levas de migrantes e interligou Mato Grosso com os grandes centros comerciais paulistas. Porém, as condições de vida e de trabalho dos operários da construção foram deficientes, interferindo na sua qualidade de vida na região.

O início do século XX mantinha o ideário de progresso herdado da segunda metade do XIX, no qual a ferrovia carregou um poder simbólico de se apresentar como prova de avanço, de modernidade. A partir desse pressuposto, as ferrovias pareceriam conter umas das características principais conferidas ao progresso: a capacidade de transformar o meio e de alterar as formas de relacionamento dos homens entre si e com o mundo natural (CASTRO, 1993, p.3). Ao se apresentar como fruto da Revolução técnica e científica, a sua presença era sinônimo de modernidade onde imperava a técnica, símbolo de civilização. Esta visão permeou não somente parte do século XIX, mas também no início do século XX. Os estudos de Maria Inês Malta de Castro a respeito da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ocorreu entre 1905 e 1914, ligando Bauru a Corumbá, apontaram que havia a convicção de que os trens levariam riqueza e civilização aos pontos mais distantes (1993, p.3). De certa maneira, o discurso de progresso em torno da ferrovia tentou mascarar as dificuldades que seus trabalhadores enfrentaram ao longo da construção, que

muitas vezes se tratavam de lugares de infra-estrutura deficientes. Além disso, muitos se depararam com a resistência indígena, pois esses tiveram seus territórios invadidos pela linha férrea.

No caso dos periódicos estudados, esses veicularam durante muitos anos o discurso de progresso, agregando Campo Grande nesse percurso, porém, de forma incisiva, constatamos esse discurso apenas em momento posterior, nos primeiros anos da década de 1940

[...] cidade líder, cidade rainha, - a cidade que é a metrópole gloriosa e esplendente do Oeste - Campo Grande que é a força em movimento, que é a energia que é trabalho, que é realização constante e maravilhosa, tem direito à posse e ao gozo de todas as conquistas do progresso (*Jornal do Comércio*, 01/01/1940, p.1)

Outro fator que contribuiu para o fortalecimento da cidade foi a transferência no ano de 1921 da Circunscrição Militar de Corumbá para Campo Grande, cujo comando congregava todas as unidades militares do Estado de Mato Grosso (WEINGARTNER, 2002, p. 28). O fortalecimento militar na cidade contribuiu para a participação do sul de Mato Grosso em eventos nacionais, como foi o caso do movimento constitucionalista de 1932, pois seu comandante Bertoldo Kingler se manifestou favorável a causa paulista. Mas para entender o envolvimento campograndense, é necessário contextualizar as articulações políticas dos locais que estavam em busca de uma maior participação na administração estadual.

No que se refere ao crescimento e destaque de Campo Grande na arena política e econômica e, sobretudo, no antigo Estado de Mato Grosso, não se pode deixar de mencionar que a vasta região foi objeto do projeto político denominado *Marcha para Oeste*. O Projeto foi criado entre 1937 e 1938 e teve como objetivos desenvolver o mercado interno, nacionalizar as fronteiras e ocupar os espaços considerados “vazios”⁶. O caráter desse projeto político incorporava simbolismos que procuravam construir um sentimento de *marcha*, avanço, de brasileiros rumo a um *território desconhecido*. Ao mesmo tempo, esse *território* se apresentava como um local rico que pudesse “resolver alguns *entraves* econômicos e sociais” do Brasil no período (OLIVEIRA, 1999, p. 160). Nesse processo, foi primordial a atuação do DIP – Departamento de Imprensa no tocante à

⁶ No que se refere aos “vazios demográficos”, trata-se de um discurso utilizado pelo governo Vargas, mas merecedor de questionamento, já que na região do antigo sul de Mato Grosso havia “pioneiros” que praticavam a pecuária extensiva, como também etnias indígenas. Além disso, estava presente ali a Companhia Mate Laranjeira e os produtores independentes, ambos praticavam a extração de erva-mate. Na dissertação de Benícia Couto de Oliveira (1999) a autora faz uma discussão a respeito.

propaganda, o qual incorporou um “caráter retórico e mítico, distante de uma factibilidade material” (LENHARO, 1986, p.14).

É nesse contexto que se dá o adentramento do antigo Mato Grosso nas discussões da arena política nacional, durante o regime do Estado Novo. As políticas nacionais fortaleceram a porção sul, devido aos projetos nacionais previstos para a referida região, como o caso da implantação da CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados e do Território Federal de Ponta Porã, ambos instalados na década de 1940.

A região do antigo Mato Grosso era vista como um espaço da nação reservado ao *sertão*⁷, um patrimônio territorial não explorado, propagado por Getúlio Vargas como a *reserva de brasilidade* e, seus súditos, herdeiros do mito bandeirante. Portanto, os intelectuais⁸ da região, principalmente aqueles vinculados ao Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), viram na política *Marcha para Oeste* um aspecto positivo, pois também trabalhavam pelo processo de desmistificação da região como *território da barbárie* (CORRÊA, 1995). A atitude estava afinada aos pressupostos de tal política, conforme anunciada pelo Presidente Getúlio Vargas por ocasião do lançamento do projeto, o qual modificaria a realidade do Estado mato-grossense:

Após a reforma de 10 de Novembro de 1937, incluímos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido de brasilidade é o rumo ao oeste. Para bem esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. (VARGAS *apud* OLIVEIRA, 1999, p. 61)

De acordo com esse discurso, percebe-se a criação de representações e ações por parte do dirigente do Estado, que almejava mobilizar multidões rumo ao oeste, caracterizando-o como um local onde a *brasilidade mais pura* estava contida.

A circulação do *Jornal do Comércio*, nos anos de 1930, ocorreu nesse contexto e se tornou um dos periódicos de maior veiculação no Estado de Mato Grosso. As edições de aniversário se constituem em momento ímpar para apreensão de discursos do periódico, demonstrando a respeitabilidade do seu fundador e, em consequência disso, do periódico por ele dirigido. Em 1935, por exemplo, em sua data comemorativa do décimo quarto aniversário, em 13 de abril, o jornal circulou com uma edição de 28 páginas, quando normalmente eram de oito, uma forma de chamar atenção para o evento. Na primeira página, iniciou matéria destacando algumas das personalidades políticas campograndenses que detinham uma grande influência local, quais sejam: Vespasiano B.

⁷ Sobre esse assunto, é elucidativo mencionar o trabalho de Galetti (2000), onde a autora trabalha com aspectos acerca do sertão, fronteira e identidade no que diz respeito às representações de Mato Grosso, dando ênfase ao IHMT.

⁸ A exemplo, tinha-se José Barnabé de Mesquita, José Estêvão Correia, Dom Aquino, entre outros.

Martins, prefeito de Campo Grande há cinco meses, membro da Comissão Executiva do Partido Evolucionista e candidato ao Senado Federal; Fenelon Muller, Interventor Estadual; Julio Muller, Secretário Geral do Estado, membro da Comissão Executiva do Partido Evolucionista e Deputado eleito à Constituinte Estadual (*Jornal do Comércio*, 13 de abril de 1935, p. 1).

Na sequência, segue a trajetória política dos “homens de imprensa” em questão, os quais se utilizaram deste meio de comunicação como tribuna política e para evidenciar a atuação pessoal na década de 1930, caracterizada como período conturbado.

1. 2. *O Progressista e Jornal do Comércio: idas e vindas pela política local e nacional*

A trajetória política dos proprietários dos jornais pesquisados esteve entrelaçada em vários momentos da história sul-mato-grossense. No que concerne a Vespasiano Barbosa Martins, foi fundador em 1933, além de diretor na maior parte da vida, de *O Progressista*. Apresentou-se muito mais que um intelectual engajado no jornalismo, foi “talvez a primeira e mais forte expressão de um grupo de lideranças políticas que emergiu no sul de Mato Grosso no final dos anos de 1920” (BITTAR, 1997, p.124). Enaltecido por muitos dos seus, Vespasiano foi o primeiro médico de Campo Grande, formado no Rio de Janeiro em 1915 e com especialização realizada na Europa. Parte de sua carreira inicial foi exercida em São Paulo. Quando se deu o início da mobilização política daqueles campograndenses que buscavam descentralizar o domínio da administração estadual cuiabana, Vespasiano voltou para Campo Grande em 1929, a pedido de amigos, visto que saíra da cidade em 1925 para se especializar e quando voltou para o Brasil se fixou em São Paulo (BITTAR, 1997, p. 124). O ano de 1929 foi aquele que prenunciou a Revolução de 1930. Portanto, a volta de Vespasiano a Campo Grande é marcada pela sugestão de seu nome para candidatar-se à prefeitura da cidade. Nelly Martins cita no livro de memórias sobre seu pai, Vespasiano B. Martins, o seguinte pronunciamento de Demóstenes Martins, considerado também um líder sulista:

Em 1929, sob o influxo da reação que empolgava o espírito liberal, principalmente da mocidade, contra o profissionalismo político, travou-se uma das mais vibrantes e entusiásticas pugnas eleitorais do município. Para dirigir o movimento, foi criado o Centro Cívico, organização política que lançou como seu candidato a prefeito o médico Vespasiano Martins [...] Ao final da campanha verificou-se mais uma vez a vitória da fraude e o candidato do partido dominante foi empossado [...] Vespasiano perde a eleição (MARTINS, 1989, p. 59).

A partir do que Nelly Martins menciona acima, nota-se o empenho empregado na candidatura de Vespasiano. Seu adversário foi Antero Paes de Barros, de família poderosa que se encontrava engajada na administração e na política local, representando a oligarquia tradicional dos anos de 1920. A agremiação municipal citada, o Centro Cívico, nasceu para colaborar com a eleição de Vespasiano. Além disso, sua criação se deu com a proposta de combater o “mandonismo político”, ensejando a “renovação política” em Campo Grande (BITTAR, 1997, p. 125). Contudo, foi somente em 1931 que Vespasiano assumiu o cargo de prefeito da cidade, devido à nomeação feita pelo interventor Arthur Antunes Maciel.

Num plano geral, como veremos a seguir, o golpe civil militar de 1930 trouxe para o Estado de Mato Grosso alguns desdobramentos que influenciaram diretamente no percurso da história política da região. Conhecida pela historiografia como Revolução de 1930, esse processo se apresentou como uma recomposição de forças regionais dos diversos quadrantes do Brasil, assim como em Mato Grosso. O conflito teve em seu cerne a sucessão presidencial que se iniciaria com as candidaturas às eleições em 1929. O Presidente em exercício nesse ano, Washington Luís, resolveu a fazer seu sucessor, indicou Júlio Prestes, paulista como ele e então presidente do Estado, como candidato oficial. Com isso, rompia-se o acordo tácito com Minas, que esperava ocupar a presidência da República (FERREIRA, 2006, p. 15). A partir daí, Minas Gerais lança a candidatura de Getúlio Vargas, então governador do Estado do Rio Grande do Sul e ex-Ministro da Fazenda de Washington Luís. O posto de vice-presidente na candidatura foi destinado ao governador da Paraíba, João Pessoa. Dessa maneira foi composta a chapa denominada Aliança Liberal.

Ao se candidatar à Presidência da República em 1930 como aliancista, Getúlio Vargas, junto com sua equipe, buscou por fim à atuação das oligarquias dominantes de São Paulo na administração federal. Entre os políticos destacam-se: Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, João Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Virgílio de Melo Franco, Maurício Cardoso, Francisco Campos e Góis Monteiro. De certa forma, a Aliança Liberal teve uma plataforma pautada em propostas inovadoras, mas que não modificariam as bases econômicas vinculadas às oligarquias agrícolas, como no caso daquelas de São Paulo e Minas Gerais.

Entre as propostas da plataforma aliancista encontravam-se medidas que versam sobre: a reforma eleitoral pautada no voto secreto e na justiça eleitoral; as liberdades individuais e a anistia dos tenentes; dispositivos tutelares voltados para o proletariado urbano e rural, além daquelas medidas voltadas para a proteção ao trabalho das mulheres e dos menores; a necessidade de

aplicação de lei de férias e à gradativa extensão dos direitos de aposentadoria a todos os assalariados urbanos (FAUSTO, 2006, p. 36-37). Algumas dessas medidas visavam recrutar apoio do setor da classe média, do operariado e daqueles tenentes envolvidos nos movimentos armados de 1922 e 1924. De certa forma, Vargas não apoiou a instituição do voto secreto e afirmou na esplanada do Castelo no Rio de Janeiro, que essas e outras propostas eram “mais do povo do que do candidato à Presidência” (FAUSTO, 2006, p. 38). Já no âmbito econômico, as propostas estavam alicerçadas na defesa dos preços de produtos de exportação; na resolução do problema siderúrgico, vinculando-o a questões de segurança nacional e lançando mão de propostas protecionistas.

Mesmo com uma plataforma que tentou angariar diversos setores da sociedade brasileira, o adversário de Getúlio Vargas, Julio Prestes acabou vencendo as eleições em 3 de março de 1930. Com a permissão de participação de elementos sul-rio-grandenses da Aliança Liberal no governo, negada pela equipe de Julio Prestes, inicia-se uma articulação entre os aliancistas a fim de destituí-lo do poder. Nesse período, precisamente em 1º de junho de 1930, Getúlio lança um manifesto onde ataca o adversário e censura o pleito (CARONE, 1977, p.79). Nesse momento, os atores envolvidos na campanha da Aliança Liberal passam a organizar um movimento a fim de impedir a posse do Presidente eleito.

Nesse meio tempo, um acontecimento acabou mudando os rumos das articulações que tomavam uma trajetória de arrefecimento da mobilização dos aliancistas. Em 26 de julho de 1930, o candidato à vice-presidência da Aliança Liberal, João Pessoa, por motivos que envolviam interesses regionais na Paraíba é assassinado. A partir daí, esse fato acabou tomando um significado político e foi o pretexto para a ala oposicionista rearticular o movimento civil militar aliancista (CARONE, 1977, 80). Assim, inicia-se um movimento onde oligarquias dissidentes, classe média organizada no Partido Democrático e tenentes se unem com a pretensão de impedir a posse de Julio Prestes e derrubar Washington Luís. A conspiração acabou estourando em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, no dia 3 de outubro de 1930. Em seguida, ela se alastrou para vários Estados do Nordeste (FERREIRA, 2006, p. 19). No fim daquele mês, com a deposição de Washington Luís ocorreu o desfecho desse processo: a posse de uma Junta Governativa indicava que a Republica Velha chegara ao fim. Tal Junta foi composta pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaías Noronha, os quais tinham pretensões de permanecer no poder. Porém, isso não acontece, pois pressões vindas do sul do país e de pequenos movimentos fizeram com que Getúlio Vargas assumisse o poder.

No caso de Mato Grosso, o Estado sentiu os efeitos do movimento, gerando a articulação dos grupos locais campograndenses que se sentiram prejudicados com os desdobramentos. Assim, José Jayme e Vespasiano Martins aparecem como alguns dos atores que participaram desse processo. A análise do histórico dos jornais tornou possível compreender em diversos momentos desse estudo a dinâmica política mato-grossense, a qual muito influenciou no discurso da imprensa campograndense no contexto do varguismo.

Antonio Lopes Lins (1976), Demósthene Martins (s.d) e Rubens de Mendonça (1974), colocam em seus apontamentos a oposição entre os grupos, do norte representado por Cuiabá e os sulistas por Campo Grande. Nas campanhas presidenciais de 1930, o Estado de Mato Grosso se mostrou dividido, o que seria uma influência da recomposição de forças regionais que estava ocorrendo no período. Nesse caso, os administradores estaduais que se encontravam concentrados na localidade cuiabana temiam que houvessem mudanças expressivas a fim de afastá-los do poder. Isso fez que os cuiabanos reagissem com desconfiança em relação às mudanças propostas pelo movimento da Aliança Liberal de 1930. Demósthene Martins, memorialista e integrante do grupo sulista do período, cita que a Revolução cujo representante maior foi Getúlio, teve “os aplausos de Mato Grosso, particularmente da região Sul, onde, também, as suas guarnições militares deram-lhe total adesão” (MARTINS, s.d, p.105). Essa seria uma oportunidade para que a elite campograndense em ascensão se infiltrasse na administração estadual. No caso dos nortistas, esses temiam perder a influência na administração estadual, o que resultou na oposição à Revolução de 1930 e a Vargas. Contudo, em estudos que tratam do divisionismo e identidades mato-grossenses, Queiroz menciona que a elite nortista acabou dando a “volta por cima”,

[...] aderindo ao novo regime e passando a exercer influência preponderante sobre o interventor nomeado pelo Governo Provisório – o qual, já ao chegar a Cuiabá, para tomar posse do governo estadual, teria sido entusiasticamente acolhido (QUEIROZ, 2006, p.56).

As fontes impressas e as assertivas de memorialistas apontaram que José Jayme inicialmente estava afinado com as elites nortistas, embora o fundador do *Jornal do Comércio* demonstrasse cordialidade aos sulistas em momento posterior. Desse modo, José Jayme Ferreira de Vasconcelos, diretor-fundador do impresso *Jornal do Comércio*, se inseriu nesse contexto através de sua atuação como Sub-Chefe de Polícia do Estado de Mato Grosso, às vésperas da Revolução de 1930. A nomeação se deu em outubro pelo então Interventor Estadual Aníbal de Toledo em um momento conturbado da história política nacional. Foi durante as primeiras atividades do movimento de 1930

que José Jayme exerceu ativamente a função. O levantamento das fontes evidenciou a existência de alguns personagens aliados à Aliança Liberal na região de Bonito, município localizado a cerca de duzentos quilômetros de Campo Grande. Com a finalidade de garantir a estabilidade dos cargos dos representantes do Estado de Mato Grosso nomeados durante a República Velha, José Jayme na sua condição de subchefe de polícia perseguiu e prendeu alguns desses aliancistas mato-grossenses.

Algumas dessas prisões políticas efetuadas em Mato Grosso foram por motivos de manter a ordem política de até então, buscando não desestabilizar o cenário dos que já detinham o poder durante a República Velha. Essa repressão aos aliancistas se deu no período de 5 a 24 de outubro de 1930, isto é, sob o regime do “estado de sítio” da Revolução de 1930, em que as autoridades policiais do Estado se impunham o dever, conforme o entendimento oficial com o alto Comando da Circunscrição Militar da região, de assegurar completa ordem na cidade, impedindo quaisquer pronunciamentos que a pudessem perturbar. Entre os principais líderes que foram presos estão: o advogado Fausto Pereira, Leopoldo dos Santos e dois dos seus companheiros.

Um aspecto importante a se registrar é que alguns anos depois, a fim de obter entrevistas de alguns desses indivíduos, José Jayme Ferreira de Vasconcelos fez um pedido, dias antes de seu aniversário em 1934, para aqueles que foram presos por ele no período revolucionário, para que enviassem suas versões para o *Jornal do Comércio*. Dessa maneira, os depoimentos foram publicados em fevereiro e março de 1934 e um deles, de Elmano Soares, demonstra a insatisfação do aliancista com a ação do subchefe:

Assim, pois, devo ainda frisar que o sucesso alcançado nas urnas pela Aliança Liberal deste município, só se torna possível em face da atitude imparcial e isenta de V.S. para comigo, o que me estimulou deveras a enfrentar desassombadamente uma situação intolerantemente opressiva. Queira fazer desta o uso que entender. (*Jornal do Comércio*, 22 de março de 1934, p.1).

As afirmações de Elmano Soares procuraram transmitir a mensagem de protesto, devido às atitudes de José Jayme enquanto força de polícia do governo estadual. Outro membro da Aliança Liberal, Martinho B. Martins, residente na cidade de Bonito, afirmou que lhe foi vedado sua liberdade de opinião e que foram “trancafiados no xadrez diversos de seus correligionários (*Jornal do Comércio*, 21 de março de 1934, p.1). Apesar dessas duas evidências de contestações nas publicações referentes à ação de Jayme em outubro de 1930, o impresso que o advogado e jornalista dirigia colocou em destaque o perfil do líder quanto um agente público. Dessa maneira, o *Jornal do Comércio* aponta Theóphilo Azambuja como um aliancista, porém seu depoimento apresenta José

Jayme como uma pessoa digna que agiu com justiça dando a todos liberdade de expressão, pois tiveram, anos depois o direito de resposta em relação aos acontecimentos de 1930 (*Jornal do Comércio* 21 de março de 1934, p.1). Assim, a manchete do dia 24 de março de 1934, demonstra a intenção do periódico em desconstruir a imagem negativa que os inimigos pessoais de José Jayme tiveram até aquele presente momento: “A ação do subchefe de Polícia no último governo constitucional - Destruindo acusações de inimigos pessoais falaram seus adversários políticos” (*Jornal do Comércio*, 21 de março de 1934, p.1). A seguir ao conclave, apresentou a elogiosa fala do citado Theophilo Azambuja, o qual procurou passar a idéia de que as ações da autoridade se deveu à sua atribuição de subchefe de polícia, ou seja, devido às incumbências do cargo de obedecer as ordens daquele atual interventor cujo objetivo seria reprimir o movimento.

Quando Getúlio Vargas e sua equipe tomaram o poder em novembro de 1930, José Jayme acabou sofrendo duras conseqüências. As perseguições efetuadas por ele enquanto força policial no sul de Mato Grosso resultou na sua prisão. Tanto ele quanto aqueles que atuavam em prol do antigo governante estadual Aníbal Toledo foram punidos com prisões e bens confiscados. A respeito desse episódio, o *Jornal do Comércio* fez uma consideração que demonstrou certa insatisfação perante os novos administradores nacionais:

A eclosão do movimento de 1930 desorganizou em todo o Brasil, como é notório, o aparelhamento administrativo, para organizá-lo sob novos moldes. Todos os homens públicos, sem exceção, que faziam parte do Governo na ocasião do movimento, eram os reacionários saudosistas, os carcomidos e outras gentilezas ao sabor dos moralizadores dos nossos costumes. A mais sórdida, a mais estulta, a mais imoral, a mais abjeta das perseguições foi, então, exercida contra esse vulto insigne, em cujas mãos bem fazejas o meu patriotismo beija a celebração privilegiada que S. Excia. Consagra a serviço da Pátria. S. Excia, entretanto, sem alterar a sua estrutura moral perfeitamente integrado no seu propósito de benemerência, continuou de pé, sereno altivamente impassível, sem transigir, sem descer do pedestal de sua dignidade, á semelhança de Phebe nas noites enlauradas...E S. Excia recolheu-se aos afazeres de sua banca de advogado (*Jornal do Comércio*, 15 de fevereiro de 1935, p. 1).

A publicação se deu em um período que José Jayme foi nomeado pelo interventor César de Mesquita Serva, Promotor de Justiça do Estado de Mato Grosso. O autor do texto foi Samuel Pires de Oliveira, que demonstrou em suas palavras um grande teor de indignação no que se refere à prisão do então Promotor de Justiça. Em 1934, o impresso publicou que dentre as autoridades do Estado de Mato Grosso os únicos que vieram a prestar contas aos “chefes revolucionários” foram apenas o governante Aníbal Toledo e José Jayme devido às perseguições. De acordo com o

impresso, o pedido de prisão veio do novo interventor Antonino Mena Gonçalves. José Jayme ficou preso em Cuiabá por 22 dias e depois ficou preso em sítio franco por mais 38 dias, além de ter a chave da sua casa restituída pelo poder público (*Jornal do Comércio*, 21 de março de 1934, p.1). As atitudes do novo interventor passaram então a desagradar José Jayme e aqueles campograndenses que se sentiram desprestigiados diante tais medidas do novo governante. Outro fator resultante da postura de José Jayme, diante do movimento de 1930, foi o fechamento do *Jornal do Comércio* em novembro desse mesmo ano. O periódico retomou suas atividades somente em junho de 1933 (*Jornal do Comércio*, 15 de junho de 1933, p.1).

Com as leituras das memórias de Martins (s.d) e da bibliografia referente à história política mato-grossense, nota-se que os sulistas, interessados na administração Estadual, apoiou Vargas inicialmente. Isso ocorreu não somente almejando alcançar o domínio da política administrativa do Estado e a possível mudança de capital para Campo Grande, mas também para tentar acabar com as “fraudes eleitorais” na cidade, fator que os impedia de assumir os cargos públicos desejados. De certa forma, em várias localidades do país as eleições eram consideradas fraudulentas, o que resultou em pressões para a formulação de um código eleitoral que visasse estabelecer uma fiscalização nas eleições. Em 24 de fevereiro de 1931 foi promulgado o Código Eleitoral que regulava as eleições no Brasil. Com esse dispositivo foi instituído o voto secreto e o direito de voto das mulheres. O diploma legal foi importante, pois criou um órgão específico do Poder Judiciário para organizar e fiscalizar as eleições, dando posse aos eleitos, o que representaria um passo significativo na eliminação da fraude (FAUSTO, 2006, p. 62). De fato, o Código Eleitoral respondia às pressões de Estados como São Paulo e, com menos força, o Rio Grande do Sul, que se mobilizaram contra diversas medidas arbitrárias de Getúlio Vargas e seus seguidores, fundando agremiações como a Frente Única Paulista (FUP) e, uma aliança semelhante do sul, a Frente Única Gaúcha (FUG). Enfim, o Código Eleitoral não interferiu na decisão dos sulistas em se opor à administração de Vargas nesse momento inicial.

O grupo político do sul se reunia em torno da figura de Vespasiano Martins, diretor de *O Progressista*, na cidade de Campo Grande. A simpatia dos sulistas diante do processo conhecido na historiografia como Revolução de 1930, respondeu ao desejo de ascensão de uma elite local que almejava o controle do poder Estadual. Durante os anos trinta do século vinte houve uma projeção dessa elite campograndense no cenário político Estadual, a qual procurava medir força com os grupos políticos cuiabanos. No entanto, quando a circunstância foi favorável aos interesses de alguns líderes de Campo Grande, o diálogo com os políticos de Cuiabá, ou vice-versa, aconteceu,

como veremos mais adiante o caso do advogado/jornalista José Jayme. Portanto, quando ocorreu a nomeação efetuada por Getúlio Vargas do novo interventor mato-grossense em 20 de novembro de 1930, denominado Antonino Mena Gonçalves, houve um descontentamento dos sulistas perante a atitude do governante nacional. Memorialistas e participantes sulistas da situação, Lins (1976, p.90) e Martins (s. d., p.105), respectivamente, apontaram que ambos os grupos desejavam ter o controle estadual, mas a nomeação de Mena Gonçalves alijou os políticos campograndenses do poder. Conforme Queiroz (2007, p. 142), as elites “cuiabanas” teriam logrado “dar a volta por cima”, aderindo ao novo regime e passando a exercer influência preponderante sobre o interventor Mena Gonçalves. Enquanto os nortistas permaneciam com essa posição, os grupos sulistas recorreram ao então Presidente Provisório Getúlio Vargas para destituir do poder Mena Gonçalves.

Demóstenes Martins e Eduardo Olímpio Machado estavam dentre os intelectuais campograndenses que participaram da comissão que se dirigiu a Vargas, sendo que o segundo atuou como relator. Demóstenes Martins apresentou Mena Gonçalves como um político que “era destituído dos atributos que formam a personalidade do governante, ausente ademais, que sempre fora, da atividade administrativa, desconhecendo os problemas do Estado” (MARTINS, s.d., p.105). Após tal colocação, o autor demonstra a sua posição diante do movimento que balançou diversas estruturas de poder, pois após a decepção quanto à interventoria, afirmou que “a Revolução de 1930 foi uma condenação que distorcia a vontade do povo”, a qual, na prática seria a vontade da elite política campograndense.

O diálogo proposto pela comissão que se dirigiu a Vargas não resultou de imediato na deposição do novo interventor. De acordo com Lins (1976, p.90), “Vargas não atendeu aos interesses da comissão e julgou essa ser portadora de interesses pessoais em jogo, com pretensões de indicar nome para a interventoria”. As memórias sobre o campograndense Eduardo Olímpio Machado escritas por Antonio Lopes Lins (1976, p.90) se refere a Vargas como indiferente aos clamores do grupo sulista, o que resultou no rompimento do sul em relação ao novo governo federal.

O descaso de Vargas perante as lideranças do sul de Mato Grosso inicia um processo que culminou em uma movimentação que poderia desencadear um conflito armado se necessário, com apoio de São Paulo. Em geral, as elites estavam reunidas de início, em torno do Coronel Laudelino Barcelos, Eduardo Olímpio Machado, Arlindo de Andrade Gomes, Dolor Ferreira de Andrade, Major Leonel Velasco, Coronel Ulisses Lima e muitos outros, sendo ajustado que a sede fosse em Rio Brillhante (MARTINS, 1976, p. 106). Demóstenes Martins menciona que o grupo teve apoio

do interventor de São Paulo Capitão João Alberto Lins de Barros, “recurso único para romper a indiferença do Chefe de Governo”. Nas vésperas de um conflito armado o interventor foi substituído pelo engenheiro Artur Antunes Maciel, “outro desconhecido e desconhecedor de Mato Grosso (Martins, p.106). A partir desse movimento proporcionado pelo grupo de Campo Grande, percebe-se a crescente insatisfação dos sulistas em relação aos interventores nomeados por Vargas, o que resultou numa constante mobilização desse grupo em destituir os representantes estaduais do governo.

Os descontentamentos das elites sulistas perante as nomeações e, conseqüentemente, ao Governo Provisório de Vargas veio culminar no apoio e participação do sul de Mato Grosso na Revolução Constitucionalista de 1932. O período que vai de 1930 a 1932 configurou um processo que resultou na parceria da região sul-mato-grossense a São Paulo no conflito.

O movimento constitucionalista de 1932 foi a expressão das divergências entre os interesses dos tenentes e da oligarquia, a qual até o golpe de 1930 esteve envolvida na República Velha. Após 1930, os tenentes passaram a influenciar o início do Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, o qual nominou militares para diversas interventorias dos Estados. Como as medidas varguistas centralizadoras favoreciam os tenentes, as oligarquias tradicionais e as dissidentes se encontraram alijadas do poder e avistaram nisso uma ameaça de perda de sua autonomia, fator que gerou uma onda de insatisfação. As oligarquias dissidentes, vitoriosas na Revolução de 1930, compreendendo que as disputas no plano Estadual não eram suficientes, viram também que Getúlio sofria pressão da pequena-burguesia (CARONE, 1975, p. 90). Quando assumiu a presidência, inicialmente Getúlio prometera uma nova Constituição que poderia satisfazer os oligarcas, o que não aconteceu até 1932. As esperanças alicerçadas na constitucionalização foram embasadas na maior independência dos Estados, por isso Minas Gerais e São Paulo aderem ao movimento em busca da criação de uma nova Constituição que superasse a de 1891. As oligarquias se encontravam confiantes e, conforme Carone, tinham grande representação se realizada eleição para Constituinte, já que suas bases continuaram inalteradas após a Revolução de 1930 (1975, p. 90). Tais grupos se sentiam preparados para um possível conflito armado, caso fosse preciso, a fim de garantir seus interesses atendidos legalmente por uma nova constituição.

Nesse contexto, fica evidente a amálgama de tendências que compôs a Aliança Liberal, fazendo com que os grupos se dissipassem, pois apenas parte dos vitoriosos da Revolução de 1930 ocuparam o poder, e algumas oligarquias que a apoiaram se viram alijadas do novo cenário. O crescimento da participação dos tenentes nos cenários regionais, principalmente em São Paulo,

resultou em implementações centralizadoras, o que não agradava, principalmente, as oligarquias mineiras, paulistas e gaúchas. Desse modo, no caso dos grupos do Rio Grande do Sul,

[...] diante de sua evidente marginalização dos processos decisórios, ela se lança, juntamente com outras facções oligárquicas, a um esforço de reconquista de hegemonia, reaglutinando-se em frente únicas. Processa-se dessa forma, uma clivagem na base de sustentação de Vargas: o tenentismo e o segmento das oligarquias do Norte-Nordeste se unem de um lado; as frações oligárquicas do Centro-Sul de outro (CASTRO, 1980, p. 49).

Nesse movimento temos a participação de grupos de Mato Grosso, que se materializam numa crescente força na sua porção sul, pois no contexto da política regional sulista há uma mobilização em busca de influenciar no comando do Estado. Aqueles partidários que estiveram no movimento encontravam-se reunidos em Campo Grande e, em geral, a atuação “foi mais importante para os destinos da história da região do que para a constitucionalização do país” (BITTAR, 1997, p. 113). A projeção campograndense, nesse contexto, foi relevante para os líderes políticos que na porção sul do Estado ganhavam força. De acordo com Bittar, em Mato Grosso muitos populares consideraram Campo Grande como uma *praça revolucionária*, fator que certamente lhe traria prestígio, visto que a cidade almejava ser uma capital (1997, p. 122).

Conforme autores que discutem o contexto político envolvendo aspectos dos movimentos divisionistas, destaca-se a atuação de Vespasiano B. Martins e do General Bertoldo Klinger, general responsável pela Circunscrição Militar localizada em Campo Grande⁹. Ambos estavam inseridos na articulação de um governo civil decorrente da participação de Campo Grande no movimento constitucionalista. De fato, essa questão não se apresenta como resultante do desvencilhamento do sul em relação a Cuiabá, mas apenas uma das conseqüências da participação de Campo Grande no conflito. De rápida duração, o “governo civil constitucionalista” teve como governador, Vespasiano Martins, o qual foi indicado ao cargo por ser respeitado pelos seus:

A 11 de julho, entre entusiásticas demonstrações de regozijo popular, se instalava, em Campo Grande, o governo civil constitucionalista de Mato Grosso, empossado no cargo de Governador o Dr. Vespasiano Barbosa Martins, nomeado pelo General Klinger, chefe do movimento no Estado. Este ato foi presidido pelo Coronel Cezar Saturnino Paiva, Comandante da Circunscrição Militar, estando presentes as mais altas patentes militares da guarnição, grande número de pessoas representativas da cidade, autoridades civis e populares (MARTINS, s/d p. 108).

⁹ Dentre os trabalhos que tratam do tema do divisionismo de Mato Grosso, mencionamos os de Bittar (1997) e Weingartner (2002)

Demóstenes Martins cita que o então governador tomou algumas medidas enquanto exerceu o seu cargo. Os primeiros atos do Governador empossado inicialmente como Interventor foram os de nomeação do Dr. Arlindo de Andrade Gomes, Secretário Geral do Estado, do Major do Exército Sebastião Rabelo Leite, Sub-Chefe de Polícia, do Dr. Artur Mendes Jorge Sobrinho, Prefeito da cidade, de Ledislau Lima, Delegado de Polícia do Município. Posteriormente, outras nomeações foram feitas, como a do Dr. Dolor Ferreira de Andrade, para Secretário do Governador e a do Dr. Francisco Bianco Filho, para Diretor da Imprensa Oficial (MARTINS, s/d, p. 108). De qualquer forma, o denominado “governo civil constitucionalista” teve curtíssima duração, e sua formação esteve intrinsecamente ligada ao movimento e não correspondeu à criação de um novo Estado na consonância dos demais existentes na federação. Assim, “Não foi um ato resultante da vontade e da organização dos grupos sul-mato-grossenses para afirmar a sua soberania perante o governo de Cuiabá” (BITTAR, 1997, p. 123).

Nesse contexto, Vespasiano e os partidários do conflito contaram com algumas vozes discordantes no que se refere ao apoio do sul de Mato Grosso a São Paulo, como parte da Marinha de Porto Esperança, de um esquadrão do 10º. Regimento de Cavalaria de Bela Vista e alguns civis, de origem sul-rio-grandense (MARTINS, s/d, p. 108). Além desses, houve também aquelas forças oposicionistas ligadas ao interventor Leônidas Antero de Matos, que colocou em exercício forças policiais e civis para tentar por fim ao movimento sul-mato-grossense que apoiava São Paulo. Contudo, os apoiadores do interventor foram reprimidos na cidade de Coxim (MARTINS, s/d, p. 108). Após a derrota de São Paulo no movimento, muitos sul-mato-grossenses partidários da Revolução de 1932 recorreram ao exílio no Paraguai e na Bolívia. Esse foi o caso do representante civil do movimento, Vespasiano Martins, que junto com sua família se exilou em Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia que faz fronteira com o Brasil.

Nelly Martins menciona que a vida de Vespasiano e de sua família no exílio foi muito simples (MARTINS, 1989, p. 64). Assim como outros participantes do conflito, Vespasiano teve seus direitos políticos cassados e seus bens confiscados. Nelly relata que a sua família morou em uma pequena casa de tábuas e ripas escurecidas pelo tempo, com muito mofo nas paredes (MARTINS, 1989, p.64). O exílio teve início em outubro de 1932 e durou até 8 de abril de 1933. O clima de exceção pairava em terras mato-grossenses no período posterior ao conflito. Demóstenes Martins relata a fuga de outros partícipes da Revolução de 1932. Segundo o autor memorialista, houve perseguições promovidas pelos soldados da “ditadura”, quando o fazendeiro Leonardo

Corrêa da Silva, conhecido como “Autonomista” quase foi capturado (MARTINS, 1980, p.107). No caso de Vespasiano, Nelly Martins cita que seu pai, quando residiu no exílio, se correspondeu em vários momentos com familiares e amigos do Brasil. Em carta citada no livro, Vespasiano menciona que a vida pacata no exílio e as restrições que vivia compensavam por ter combatido uma ditadura e que muitos amigos temem que as autoridades descubram a existência dessas comunicações (MARTINS, 1989, p. 68). Enfim, mesmo no exílio, o líder campograndense permaneceu com grande prestígio no sul de Mato Grosso. Quando retornou, foi nomeado prefeito do município no fim de 1934, permanecendo no cargo até setembro de 1935.

O anseio da volta de Vespasiano para Campo Grande foi manifestada pelo *Jornal do Comércio*, cujo dirigente passou a defender os interesses sulistas. Assim, o impresso passou a solicitar em 1933 a volta dos exilados políticos participantes da Revolução Constitucionalista. Dessa maneira, argumentava que os políticos que estavam no exílio demonstravam ainda grande devoção à pátria, possuindo um perfil que deveria ser aproveitado para a reconstrução nacional que estava ocorrendo no pós 1929 (*Jornal do Comércio*, 18 de junho de 1933, p.1).

Os ânimos da política mato-grossense não se tornaram moderados após o fim da Revolução Constitucionalista. O movimento colaborou para unir ainda mais a elite política campograndense para outro processo que desencadeou conflitos locais. Após o movimento de 1932, o interventor Leônidas de Matos seguindo as estratégias do governo federal e, com o apoio de Filinto Muller, então chefe de polícia da Capital Federal, trabalhou para o controle do processo político partidário da eleição de uma comissão regional a ser escolhida em três de maio de 1933, para representar Mato Grosso na Assembléia Nacional Constituinte (JORGE, 1993, p. 64).

A eleição desencadeou a criação de diversos partidos de ocasião, cujo intuito seria lançar os candidatos para integrarem a comissão. O interventor Leônidas de Matos utilizou de sua influência a fim de garantir a vitória do governo no Estado e, com a sustentação de Filinto e Julio Muller, criaram o Partido Liberal Mato-Grossense, “fruto da conjugação do Partido da União Liberal e do Partido Socialista (JORGE, 1993, p.65). A oposição sulista, concentrada em Campo Grande, se reorganizou e logo compôs o Partido Constitucionalista de Mato Grosso. A agremiação partidária resultou da fusão de diversos partidos: “Partido Progressista, Partido da Mocidade, Partido Constitucionalista, todos de Campo Grande, e ainda o Partido Municipal de Poconé. “Um terceiro partido foi representado pela Liga Eleitoral Católica (LEC)” (JORGE, 1993, p. 65).

Desse modo, o Partido Liberal Mato-Grossense lançou a candidatura de Generoso Ponce Filho, José Passos R. Torres, Francisco Vilanova e Alfredo Correa Pacheco. No tocante à corrente

constitucionalista, tinha como representantes: Alberto Trigo Loureiro, Eduardo Olímpio Machado e Gabriel Vandoni Barros (MENDONÇA, 1974, p. 191). Houve também os candidatos apresentados pela Liga Eleitoral Católica: Virgílio Alves Corrêa Filho e Honório Hermeto Bezerra Cavalcante (*Jornal do Comércio*, 16 de setembro de 1933, p.1).

A aceitação da chapa constitucionalista em Mato Grosso chamou a atenção dos seus opositores liberais. Conforme Stela Maria Florestani Jorge

[...] o grupo liderado pela interventoria começou a por em prática manobras para dificultar a possível vitória da oposição. Primeiramente, um dia antes das eleições, cancelou-se a inscrição de todos candidatos que se compunham a Chapa Constitucionalista. No dia seguinte, o secretário da prefeitura invadiu a residência de um membro da Liga Eleitoral Católica, ocultando 150 cédulas, o que impossibilitou o exercício do sufrágio por parte dos eleitores que votariam nos candidatos da L.E.C. (JORGE, 1993, p. 69).

Além dessas ações, a autora levantou a ocorrência de diversas medidas violentas efetuadas por parte dos liberais. Entre os acontecimentos estavam o caso da invasão do Arraial de Tanque Novo na região de Poconé, onde se concentravam os eleitores constitucionalistas, sendo que muitos foram mortos ou presos. Outra ação ilegal foi o roubo de cédulas da residência de um membro da Liga Eleitoral Católica, impossibilitando o sufrágio dos eleitores da L.E.C. (JORGE, 1993, p.69). Esses fatores apontam o crescimento da legitimação dos campograndenses que passaram a ser vistos pelo grupo liberal ligado à interventoria como uma ameaça. Devido ao grande prestígio, nas vésperas das eleições os três candidatos do Partido Constitucionalista tiveram suas candidaturas cassadas. A alegação dada pelo governante mato-grossense Leônidas de Matos foi a seguinte:

[...] os três haviam participado da Revolução Constitucionalista, não podendo, portanto, concorrer. Sob esta alegação, enviou um pedido ao Ministro da Justiça, Antunes Maciel que, sem nenhuma prova documental e depois de ouvir os esclarecimentos de Filinto Muller, encaminhou o requerimento ao Tribunal Superior Eleitoral, que suspendeu os direitos políticos dos candidatos um dia antes de se realizarem as eleições (JORGE, 1993 p. 66-67).

Mendonça cita que a cassação da candidatura e dos direitos políticos de Eduardo Olímpio Machado, Gabriel Vandoni e Alberto Trigo Loureiro se deu com o consentimento do Governo Provisório por meio do Decreto Lei n 22. 294 (1974, p. 191). Com isso, o pleito para eleger a comissão que compunha a chapa mato-grossense na Assembléia Constituinte foi anulado pelo Superior Tribunal da Justiça e remarcada para o dia 17 de setembro de 1933 (*A Razão*, 19 de agosto de 1933, p.2).

O *Jornal do Comércio* também participou do contexto político pré-constituente publicando detalhadamente os debates das eleições da comissão. Ao promover a discussão em seu espaço, o periódico atuou em prol daqueles que compunham o Partido Constitucionalista. Devido ao impedimento dos candidatos concorrerem às eleições, o impresso lançou um manifesto em destaque na sua primeira página:

Tendo obtido da justiça do Superior Tribunal Eleitoral a anulação do pleito realizado a 3 de Maio neste Estado e ao qual, em virtude da cassação dos direitos políticos dos candidatos que registrara se vira a última hora esbulhado do direito de concorrer está agora o Partido Constitucionalista de Mato Grosso na contingência de, para o novo pleito a efetuar-se, substituir os nomes dos eminentes candidatos contra os quais, por uma lastimável perseverança do Governo Provisório num erro que lhe não fez honra, perdura a odiosa providência da cassação dos direitos políticos (*Jornal do Comércio*, 3 de setembro de 1933, p.1).

Após a cassação das candidaturas dos membros da chapa, foi constituída uma nova composta por João Villasbôas, Antonio L. P. Ferraz e Gastão de Oliveira. Para a eleição em setembro de 1933, o *Jornal do Comércio* favoreceu o candidato João Villasbôas, colocando-o como principal candidato do Partido Constitucionalista. Villasbôas foi uma figura reconhecida no Estado, tanto como jurista quanto como parlamentar cuiabano, que de certa forma dialogava positivamente com os campograndenses. Porta voz da corrente constitucionalista, o periódico apresentou o candidato como “o nome indicado para o primeiro turno nessa chapa” (*Jornal do Comércio*, 3 de setembro de 1933, p.1). Ao realizar as eleições, os candidatos vencedores foram Generoso Ponce Filho, João Villasbôas e Alfredo Correa Pacheco. De certa forma os constitucionalistas não tiveram grande representatividade com João Villasbôas na comissão mato-grossense para a constituinte de 1934, pois esse também contou com o apoio de parte dos liberais dissidentes.

A volta de um regime constitucional no Brasil foi visto por alguns setores oligárquicos afastados do poder a nível estadual e nacional como uma oportunidade de retomada da posição política a que julgavam de direito (GOMES, 1980, p. 28). De fato, esse era o contexto vivenciado pela elite campograndense, que por meio de alianças com alguns veteranos da política cuiabana, como João Villasbôas, buscava estabelecer espaço definitivo na administração estadual. Com a promulgação da Carta Constitucional de 1934, os interventores permaneceriam nos seus cargos até que houvesse eleições para escolha dos governadores estaduais. Nesse sentido, o envolvimento do *Jornal do Comércio* e de Vespasiano Martins na política regional se manifestou de forma incisiva numa campanha cuja finalidade seria eleger Filinto Muller como governador. As fontes apontaram

que uma aliança no período pós-constituente foi realizada e conveniente tanto para os Mullers quanto para os políticos campograndenses, para que esses tivessem maior influência no comando do Estado do Mato Grosso.

Como mencionado anteriormente, Filinto Muller e seu irmão Julio Muller apoiaram a chapa governista nas eleições estaduais para enviar uma comissão para constituinte e teve como oposição a elite política campograndense. Porém, quando o interventor Leônidas de Matos demitiu Julio Muller da Chefatura de Polícia e lançou candidatura própria, teve início mais uma disputa partidária em prol dos irmãos Muller, Julio e Filinto e, após, Fenellon Muller. Com o rompimento entre Leônidas e os Mullers, houve uma grande mobilização dos líderes campograndenses para que a família, através de Filinto, assumisse o poder. Portanto, a elite política mato-grossense sulista insatisfeita com as ações de Leônidas se mobiliza em torno dos irmãos para afastá-lo da direção do Estado. O *Jornal do Comércio* atuou nesse ponto como uma tribuna oposicionista, com um discurso que criticava Leônidas de Matos e sua gestão, representando-a de maneira negativa:

Mal apareceu no horizonte político do Estado, o perigo que ameaçava sepultar Mato Grosso nos países da corrupção, de onde só podia sair apequinado e gasto, a mocidade sul mato-grossense foi invadida duma incoercível vontade de reagir. Já não bastavam os três anos do péssimo governo- o mais nefasto e o mais negro que temos tido, e que o partido liberal vinha sustentando com uma firmeza e uma teimosia, que a consciência da força material mais requintava (*Jornal do Comércio*, 21 de abril de 1935, p.1).

Novamente inicia-se um período de rearticulação dos partidos em Mato Grosso. A mocidade mencionada no trecho acima, trata-se de referência aos integrantes do Partido da Mocidade, cujo presidente foi o fundador do *Jornal do Comércio*, juventude essa convocada a colaborar com os “novos rumos” prometidos pelo Partido. A conjuntura política faz com que ocorra a coalizão de pequenos partidos, assim foi com o Partido da Mocidade: “Desaparece o Partido da Mocidade, no seio do grande Partido Evolucionista, pois que com ele se funde, sob a irradiação magnífica do mesmo ideal que já nos havia unido na luta eleitoral.” (*Jornal do Comércio*, 21 de abril de 1935, p.1). Essas passagens referentes ao *Jornal do Comércio* foram publicadas após o pleito eleitoral onde surgiram diversas publicações referentes ao percurso da campanha. Nessa edição do dia 21 de abril de 1935, a publicação cujo título convocava os “Companheiros do Partido da Mocidade”, menciona que o Partido Evolucionista foi fundado por Filinto Muller, sendo composto pelos membros do Partido da Mocidade, Progressista e de liberais dissidentes. No tocante

a oposição concentrada no Partido Liberal, essa teve candidatura de Leônidas de Matos para governador, candidato que anunciava seu apoio a Getúlio Vargas nas eleições presidenciais.

No entanto, no momento em que a Constituinte nacional anunciou a organização da Constituinte estadual que lançaria a data das novas eleições, fez com que, já em 1934, os ânimos da intelectualidade política mato-grossense se exaltassem. Como nas eleições para os membros da constituinte, a violência se fez presente no interior dos trâmites eleitorais mato-grossense. A situação do interventor Leônidas foi objeto de notícia em diversos periódicos do Rio de Janeiro, que de certa forma demonstraram insatisfação em relação ao seu governo. O *Jornal do Comércio* veiculou as impressões de dois periódicos da capital federal publicadas na data de 13 de agosto de 1934. Exemplo disso, o impresso *Diário Carioca* apresentou o candidato ao governo como faccioso. Ao falar de uma das reuniões dos agremiados do Partido Liberal, o jornal *A Batalha* se referiu como “reunião macabra” e “forma trágica” a maneira como se deu o andamento do encontro. O *Jornal do Brasil*, de grande vinculação e repercussão nacional, recebeu telegramas de funcionários do Estado de Mato Grosso e do município de Campo Grande com denúncias ao Tribunal Eleitoral a respeito de exonerações dos cargos de chefe de polícia, contador da prefeitura campograndense e inspetor policial por apoiarem a candidatura de Filinto Muller (*Jornal do Brasil*, 15 de agosto de 1934, p.1). De acordo com a mesma edição do periódico, “o interventor procurou valer-se de sua autoridade para praticar violências e pressões sobre seus subordinados” e que não paravam de chegar às autoridades do Distrito Federal denúncias contra o governante mato-grossense. Diante de tantas pressões devido à situação mato-grossense, Getúlio Vargas fez uso das prerrogativas do Decreto nº 19398, de 11 de novembro de 1930, onde em seu artigo onze, parágrafo terceiro, autoriza a exoneração do interventor pelo Governo Provisório. Enfim, o Presidente fez uso dessa atribuição e retirou Leônidas de Matos do posto de interventor, colocando no cargo César de Mesquita Serva.

No mês de julho de 1934, o Partido da Mocidade presidido por José Jayme, se organizou para apoiar a candidatura de Filinto Muller ao governo de Mato Grosso:

Ficou anteontem sob os auspícios do antigo Partido União da Mocidade e do numeroso grupo local dos ex-combatentes constitucionistas, uma nova agremiação partidária, que tomou o nome simpático do Partido da Mocidade (*Jornal do Comércio*, 25 de julho de 1934, p.1).

A agremiação partidária foi composta por simpatizantes da Revolução constitucionalista de 1932. Durante a campanha eleitoral, uma publicação no *Jornal do Comércio* fez referência à

intenção do Partido da Mocidade em afastar as oligarquias políticas que até então teriam “infelicitado o país”. Nesse momento, manifestaram-se mais uma vez os interesses quanto à posição de José Jayme no jogo político do período. Isso devido o diretor desse impresso estar inserido, até 1930, no grupo que dominava a administração do Estado. Ao que tudo indica, quando se fortaleceu a elite política de Campo Grande, o advogado jornalista mudou de posição.

Apesar dos anseios de muitos mato-grossenses almejem Filinto Muller no centro do poder de seu Estado, o candidato não abriu mão do cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal. Outro fator importante para Filinto não se candidatar, foi sua pouca idade, 33 anos, pois a idade estabelecida para governador seria acima de 35 anos (MENDONÇA, 1982, p.91). A mobilização local para que um membro da família Muller ocupasse o cargo de dirigente Estadual chegou ao seu ápice. Comunicado pela movimentação da elite política mato-grossense, Getúlio Vargas nomeou Fenellon Muller como interventor para que atuasse até o momento em que a constituinte Estadual definisse as eleições do primeiro governador constitucional dos anos de 1930. Quando o governante assumiu o poder do Estado de Mato Grosso, uma série de publicações foi veiculada pelo *Jornal do Comércio* afirmando a situação dos liberais, derrotados após o pleito eleitoral:

Já está dando muito na vista a enxurrada de louvaminhas à pessoa do ilustre Interventor Fenellon Muller, por parte da imprensa “liberal”. Ainda ontem, não escondia essa gente sua solene ogeriza aos Mullers. Não havia um que se salvasse! Mas, quem não está percebendo a mola real dessa atitude bajulatória! (*Jornal do Comércio*, 20 de março de 1935, p.1)

Ao mesmo tempo em que os vencedores evolucionistas procuravam denegrir a imagem dos liberais, comemoravam a vitória demonstrando que através de Fenellon Muller a elite campograndense poderia influenciar na administração mato-grossense:

E sob a flâmula do Partido Evolucionista confraternizam no mesmo ideal de restauração econômico financeira do Estado as consciências vigorosas e patriotas dos Liberais dissidentes, Progressistas, Partido da Mocidade e Constitucionalista. Essa união que se denominou Partido Evolucionista de Mato Grosso, tornou-se o dique onde se quebravam as impetuosas vagas das investidas da então Interventoria contra os anseios do povo. Tal foi sua resistência, opondo-se aos manejos do Partido Liberal Mato-Grossense, que logo o Governo da República se sentiu no declinável dever de afastar o Snr. Leônidas de Mattos da suprema direção do Estado (*Jornal do Comércio*, 9 de maio de 1935, p. 1).

De acordo com o que discutimos até o presente momento, percebe-se que a situação do contexto político dos anos de 1930 em Mato Grosso foi um tanto conturbada. Foram nove interventores nomeados, e durante esse complexo processo grupos se formavam de acordo com uma

situação de clientelismo. Sob esse aspecto, afirma Queiroz: “durante o Estado Novo, pós 1937, e a despeito das derrotas sofridas no período 1932-1934 as elites sulistas não deixaram de se integrar à estrutura de poder existente no estado” (2007, p. 155). Esse processo será parte da história divisionista entre o norte e o sul mato-grossense, onde os envolvidos nos trâmites políticos regionais procuravam tomar decisões em nome de toda população.

A respeito dessa situação, houve outro processo em que se fizeram presentes os rearranjos partidários e oposições que culminaram em violento atentado contra Vespasiano Martins e João Villasbôas. Depois de instalada a Assembléia Legislativa Estadual em dezembro de 1935, as eleições para governador ficaram datadas para ocorrer três meses antes do funcionamento da casa de leis de Mato Grosso, conforme cita o parágrafo quarto do quarto artigo da Constituição Estadual promulgada no mesmo ano. Com a coalizão do Partido Evolucionista e do Partido Liberal, ambos sob a liderança de Vespasiano Martins e João Villasbôas, respectivamente, Mário Corrêa da Costa foi eleito como governador. Após o pleito, os partidos participantes se diluíram compondo o Partido Republicano Mato-Grossense e a Aliança Mato-Grossense:

O Dr. Mário e seus partidários fundaram o Partido Republicano Mato-Grossense e a outra ala do Partido Evolucionista e Liberal se congregaram na Aliança Mato-Grossense. O Partido Republicano Mato-Grossense era composto de elementos dedicados ao Dr. Mário Corrêa e a Aliança, de elementos do Capitão Filinto Muller e Senador João Villasbôas que se transformou em líder opositorista [...] a oposição crescia dia a dia (MENDONÇA, 1982, p. 94)

O governador Mário Corrêa da Costa passou ameaçar abertamente seus opositores, sendo muitos deles deputados estaduais, além de João Villasbôas e Vespasiano Martins que representavam Mato-Grosso no Senado Federal. Enquanto a tensão política se agravava, os membros da Assembléia Legislativa se asilaram no 16º. Batalhão de Caçadores (BC). À medida que a oposição ao governo estadual se ampliava, as ameaças que partiam de Mário Corrêa se tornaram mais abertas. Desse modo, em carta destinada ao Presidente Getúlio Vargas, o governador mato-grossense afirmou que tentou pacificar os ânimos políticos de seu Estado, mas a seguir demonstrou um tom autoritário: “jamais aceitarei imposições humilhantes e saberei me defender, em qualquer terreno, as prerrogativas da minha autoridade constitucional” (MENDONÇA, 1974, p. 267). Enfim, em 22 de dezembro de 1936

[...] elementos ligados ao governo levaram a cabo um atentado a alguns opositoristas, saindo feridos no episódio Villasbôas e Vespasiano Martins. Villasbôas denunciou o

governador à Corte de Apelação, acusando-o de crime de responsabilidade [...] Com o agravamento da situação o governo federal enviou tropas a Cuiabá, para garantir o funcionamento da Assembléia Legislativa. Durante as eleições municipais de 1937 o jornal *O Evolucionista*, órgão da Aliança Sul-Mato-Grossense foi submetido à censura (LEITE, 1992, p.44).

O governador Mário Corrêa, apesar do apoio de parte da sociedade civil, acabou pedindo sua renúncia quase que concomitantemente à intervenção federal do Presidente Getúlio Vargas. Conforme o Decreto nº 1468, de 6 de março de 1937, a Corte de Apelação da Justiça teria reconhecido a situação daqueles que estavam sendo coagidos pelo Governador do Estado. Em linhas finais, o Ministro da Justiça do período, Agamenon Magalhães argumentou que devido a Assembléia Legislativa não poder exercer livremente suas funções, ficou autorizada ao Presidente da República a Intervenção Federal (MENDONÇA, 1974, p. 96). Sob autorização de Getúlio Vargas, foi nomeado Manoel Ari da Silva Pires como governante para o Estado de Mato Grosso.

Vespasiano Martins se envolveu nessa trama como articulador da Aliança Mato-Grossense e representante da região sul e João Villasbôas como uma figura que representou Cuiabá. O fundador de *O Progressista* passou a ser retratado como legítimo representante pelos sulistas, sobretudo após a Revolução Constitucionalista. Em fins de 1936 e início de 1937 percebemos mais uma vez a aproximação entre Vespasiano e Filinto Muller. Neves em *Elites Políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)* menciona que Vespasiano teve uma relação favorável com a família Muller e, durante o Estado Novo, “o interventor Julio Muller o considerou como seu representante no sul do Estado” (NEVES, 1988 apud QUEIROZ, 2007, p. 144). A influência de Vespasiano Martins nas ações dos sul-mato-grossenses se deu de forma mais incisiva, ocupando cargos, dos quais um deles custou-lhe o exílio no Paraguai. No que se refere a José Jayme, exceto pelo seu cargo de subchefe de Polícia em Mato-Grosso, teve uma participação muito mais intelectual, utilizando o *Jornal de Comércio* como tribuna das aspirações dos campograndenses.

Até a Revolução de 1930, a ausência do poder central do Estado brasileiro no território mato-grossense permitiu que a região fosse marcada pelo coronelismo, devido às grandes extensões dos latifúndios (pecuária e erva-mate), além das usinas, e sua população rarefeita (BRITO, 2001, p.26). O golpe civil-militar de 1930 permitiu que as nomeações de muitos interventores, alheios ao contexto regional, desorganizasse o comando cuiabano em Mato Grosso. Com isso, percebemos um maior envolvimento de Campo Grande em situações de repercussão nacional como a Revolução Constitucionalista de 1932, que por sua vez fortaleceu os grupos ligados ao sul do estado, permitindo que esses participassem de alguma forma na administração estadual posteriormente.

Portanto, tem-se nesse momento “uma importante mudança nas formas de atuação das elites dominantes em Mato Grosso, passando-se do “conteúdo coronelista” para um “conteúdo clientelista” (NEVES, 1988 apud QUEIROZ, 2007, p.155). Em *Coronelismo: definição histórica e bibliografia*, como o próprio título sugere, Edgard Carone discute a respeito do termo e faz referência a respeito dessa transição:

A limitação progressiva da autonomia municipal, a nomeação de delegados de carreira, o aumento populacional das cidades e, depois de 1930, as formas centralizadas de governo, etc., fazem com que as formas clássicas de domínio se diluam cada vez mais, metamorfoseando-se em novas atitudes. O que se dá é mudança, não extinção de um fenômeno (CARONE, 1971, p. 87).

A análise da bibliografia, documentos e impressos tratados ao longo desse texto, permitiu-nos citar acordos entre indivíduos ligados a elite campograndense e cuiabana. O caso de José Jayme foi também um tanto peculiar, pois após seu afastamento da força policial e repressora, centralizada em Cuiabá em 1930, fincou raízes em Campo Grande e defendeu as causas sulistas no meio político, através de seu periódico. Percebe-se que os “homens de imprensa” e os demais atores que compuseram o cenário político mato-grossense, as relações clientelistas foram presentes, marcadas por trocas de favores e benefícios que dificilmente vieram a público.

Em geral, o percurso traçado a respeito da conjuntura política de Mato Grosso, nos anos de 1930, foi marcado por um período de instabilidade devido ao confronto de interesses de grupos ligados a Cuiabá e Campo Grande, além da conjuntura política centralizadora do Governo Provisório chefiado por Vargas. A respeito desta “falta de segurança do permanente” existente na história política do período, percebe-se que vários fatores da conjuntura da história regional estiveram intrinsecamente ligados com os dos “homens de imprensa”. De modo geral, as posições de Vespasiano Martins e José Jayme colaboraram para o caráter específico das publicações, como pode ser visto no decorrer deste estudo.

1.3. O Integralismo como página marcante

De 1930 até 1937, o Brasil vivenciou um período de imprevisibilidade no tocante a sua situação política. Como discutimos, essa fase foi marcada por uma crítica ao liberalismo, centralização do poder político, insurreições e movimentos que questionavam não só o regime liberal da República Velha, como também as indefinições presentes desde a Revolução de 1930.

Dentre tais grupos estavam os integralistas, representados pela AIB - Ação Integralista Brasileira. Esta se caracterizava como um grupo de extrema direita, e sua existência oficial data de 7 de outubro de 1932, quando lançou o “Manifesto de Outubro” e perdurou legalmente até dezembro de 1938, quando após o golpe do Estado Novo, Getúlio Vargas colocou os partidos políticos na ilegalidade (MAIO;CYTRYNOWICZ, 2007, p. 41). O movimento integralista foi criado a partir dos moldes europeus fascistas, sobretudo o italiano. De acordo com Silva (2005, p. 112), denomina-se fascismo

[...] o conjunto de movimentos e regimes de extrema direita que dominou um grande número de países europeus desde o início dos anos 20 até 1945. Assim, as expressões nazismo, nacional socialismo, hitlerismo etc., recobriram uma só realidade política, os regimes de extrema direita que dominaram vários países no período em questão.

Ao considerar o fascismo como um dos fenômenos centrais e característicos do período entreguerras, Silva (2005, p. 118) define os movimentos fascistas, de acordo com Wolfgang Shieder, como nacionalistas extremistas de estrutura hierárquica e autoritária e de ideologia antiliberal, antidemocrática e anti-socialista que fundaram ou intentaram fundar, após a Primeira Guerra Mundial, regimes estatais autoritários.

Contudo, o integralismo no Brasil teve origem em 1931, quando alguns integrantes fundaram o periódico *A Razão*, porta voz do grupo de extrema direita no país, que tinha como liderança o intelectual Plínio Salgado. Outros intelectuais como Miguel Reale e Gustavo Barroso contribuíram para o desenvolvimento da doutrina integralista e sua difusão. Além do jornal se tornar um ponto de encontro dos jovens fascistas, a Sociedade de Estudos Políticos (S.E.P.), criada sob a liderança de Plínio Salgado, teve sua importância. Nesse ponto, o impresso *A Razão* “aparece como um instrumento de difusão de suas idéias e a S.E.P., o centro de reflexão ideológica de onde vai nascer o manifesto integralista de 1932 e a Ação Integralista Brasileira - A.I.B.” (TRINDADE, 1979, p. 116). A reunião do grupo de jovens para iniciar uma discussão em prol de um movimento-partido fascista no Brasil se deu quando Plínio Salgado visitou a Itália e fez uma conversa com o dirigente principal do fascismo italiano, ou seja, Benito Mussolini.

A A.I.B. representou os fascistas brasileiros como um partido único da vertente fascista brasileira, aproximando-se de um pensamento conservador em sua crítica ao capitalismo liberal, à sociedade burguesa e à ética liberal do individualismo. Sob a bandeira nacionalista, o integralismo dos anos 30 do século XX procurou se apoiar numa filosofia centrada no universo e no homem. Com a finalidade de veicular os aspectos doutrinários do movimento fascista, foi lançado o

Manifesto de Outubro de 1932. Os postulados doutrinários nos quais se apóiam a filosofia integralista, conforme Héglio Trindade são o humanismo espiritualista e a harmonia da vida em sociedade. O autor faz uma ponderação a respeito:

A primeira frase do Manifesto proclama que *Deus dirige os destinos dos povos*. Esta concepção providencial da história relaciona-se com a crença no progresso moral do ser humano: *o homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e aperfeiçoam*. Por conseguinte, dentro da ética integralista de inspiração cristã, o valor do homem deve ser avaliado *por seu trabalho e seu sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade* (TRINDADE, 1979, p. 209)

Plínio Salgado, em *Despertemos a Naca*, afirma que o homem brasileiro desse período mais parecia um estrangeiro, não se dedicando aos interesses nacionais, cultuando apenas a bandeira (SALGADO, 1935, p.34). O intelectual enfatiza a presença do liberalismo no comportamento dos brasileiros desse período, lançando uma perspectiva de mudança em relação aos costumes estrangeiros. Nesse sentido, Salgado como idealizador do integralismo, acreditava que haveria a necessidade de doutrinar o brasileiro para cultuar e trabalhar unicamente para o engrandecimento da Nação. O papel da imprensa seria fundamental para Plínio Salgado, que teria o papel de “doutrinar sem cessar, fora do terreno das competições, à margem e acima dos partidos, dos grupos, das associações, dos conchavos e dos cambalachos” (SALGADO, 1934, p. 159). O líder integralista acreditava que a imprensa e os jornalistas teriam o papel de instruir os nacionais para se tornarem seguidores do integralismo, ou seja, a finalidade última seria política.

Durante o ano de 1933, o *Jornal do Comércio* publicou diversos textos integralistas marcados por tais postulados:

A cultura redime um povo e fortalece-lhe o espírito. Uma Nação é admirada e respeitada quando o seu povo é culto, quando ela é forte espiritualmente [...] O integralismo, antes de iniciar a sua marcha, marcou o seu caminho a definir os seus rumos: formou uma concepção sólida do Universo e do Homem; fixou um entendimento certo da Nação Brasileira; formou a consciência perfeita do Principio de Autoridade; formulou a compreensão nítida do Nosso Nacionalismo; estabeleceu paralelos concretos entre o Integralismo e os Partidos Políticos e os Governos; declarou sua atitude definida quanto às conspirações e a politicagem pessoal de grupos e facções; meditou sobre a consideração especial que merece a Questão Social; considerou em seu ao alto grau a Família e a Nação, que forma o Estado Integralista. Todos os bons brasileiros devem estudar o que o integralismo ensina [...] (*Jornal do Comércio*, 21 de setembro de 1933, p.2)

O integralismo surgiu como resultante da aspiração de diversos intelectuais da época que ansiavam por uma proposta nova, inspirada nos moldes italianos. Assim, de acordo com a discussão anterior, percebemos que até 1937, maior parte da elite intelectual campograndense não apoiou, enfaticamente, o governo de Vargas, já que o governante interferiu no mando local por meio da interventoria. Conforme a doutrina, o integralismo seria “derivado de integral, conotando totalidade, contra a democracia dos partidos e em favor de uma sociedade totalitária” (MAIO; CYTRYNOWICZ, 2007, p. 50). Em uma publicação assinada por Fúlvio Mandetta alguns dos “mandamentos” apontados pelo autor criticam o pluripartidarismo

Nós os integralistas não lamentamos a queda dos velhos partidos políticos, nem nos vangloriamos pelos novos que surgem. Estes carecem das mesmas boas qualidades que faltavam aqueles. Não estamos contra os governos portanto. Não nos preocupamos com as rápidas restaurações destas ou daquelas situações políticas e administrativas; não reparamos à tensão aflitiva reinante a estes ou aqueles proeminentes; o que nos interessa e apaixona é a reforma radical e completa da estrutura política, econômica ética e social do Paiz. Desde os municípios até a União. Queremos a transformação total do Estado e para isso o integralismo vem provocando a transformação da mentalidade nacional (*Jornal do Comércio*, 21 de setembro de 1933, p.2)

As publicações sobre as propostas e concepções do integralismo no *Jornal do Comércio* não significam que seu diretor-fundador, José Jayme, compartilhasse desses princípios, apesar da confluência de algumas temáticas e mesmo de práticas, como por exemplo, criticar os políticos e convocar a mocidade mato-grossense, por meio do Partido da Mocidade, para uma maior sociabilidade política em prol do futuro do país, já em 1933:

[...] chama a reunir os moços e todos os bons brasileiros que, diante da insuficiência de ação dos políticos, fecharam-se num círculo de desconfiança e de pessimismo e aí jazem prostrados num indiferentismo letárgico. Convida- os a contemplar no panorama do futuro o raiair de novos dias para o nosso Brasil. (*Jornal do Comércio*, 7 de setembro de 1933, p. 1).

A estratégia de recorrer à juventude, contudo, apesar de ser uma forma marcante e recorrente nos regimes de feição e ideologia fascista, não se pode atribuir-lhe exclusividade. De qualquer modo, outro elemento comum era o discurso sobre a desconfiança em relação aos políticos. Ao analisar, contudo, a trajetória de José Jayme, o jornalista demonstrou-se favorável à criação dos partidos regionais, como também de uma maior autonomia estadual diante da política nacional

centralizadora, que vinha se desenhando no Governo Provisório. Dessa maneira, a postura do advogado não condizia com a proposta dos integralistas.

Há que se ressaltar, como citado, as publicações referentes ao integralismo tiveram a assinatura de Fúlvio Mandetta que, algumas vezes, reproduzia textos de livros, como a de *Estudos Integralistas* e contava também com outros enviados diretamente do Rio de Janeiro. Fulvio Mandetta pertenceu a uma família italiana que imigrou para o Brasil em 1887, instalando-se primeiramente em Corumbá e, em momento posterior fixou residência em Campo Grande, onde possuía fábrica de refrigerante e gelo (ARCA, 2000, p. 8). Ao que tudo indica, os contatos com a Itália, ainda muito presente na família Mandetta nesse período, pode, de certa forma, ter influenciado o autor na sua simpatia ao fascismo.

Em diversos quadrantes do Brasil, o imaginário social da década de 1930 mostrou-se como um espaço onde houve lutas sobre o que deveria ser pensado e estabelecido na sociedade. É nesse sentido que a propaganda política, inclusive a de um movimento de extrema-direita, que é o caso do integralismo, fez uso intenso do imaginário social, nos anos de 1930- 1940, devido ao desenvolvimento mundial dos meios de comunicação e por ser percebida como um território profícuo para legitimar uma ordem política e social imposta por aqueles que detinham os meios de veicular suas idéias. Temos aí o “uso de objetos imponentes, imagens chamativas, grandes espetáculos, emoções fortes”, que foram utilizados inicialmente pelos integralistas, a fim de ganhar adeptos (BAZCKO, 1984, p, 302).

O *Jornal do Comércio* publicou em suas páginas questões que envolviam o debate político, cultural e econômico do Brasil dos anos de 1930 e 1940, se colocando diante de diversos posicionamentos do cenário nacional e regional. O ano de 1933 se apresentou como marco para o avanço do integralismo e, conseqüentemente, de elevado número de textos difundidos pelo impresso, que tomavam nota sobre o avanço do integralismo no Brasil. É em 1933 que ocorre “o primeiro ato público de relevo da AIB, uma marcha em São Paulo que reuniu cerca de 40 mil adeptos do movimento e marcou o lançamento de Miguel Reale à Assembléia Constituinte” (MAIO; CYTRYNOWICZ , 2007, p. 42). Maio e Cytrynowicz ainda mencionam que, concomitantemente, foram organizadas as “Bandeiras Integralistas” para o Nordeste e Sul do país, com o objetivo de difundir o movimento. De certa forma, o resultado foi positivo, obtiveram centenas de adeptos. Entre outros meios de irradiação das idéias integralistas estava a literatura do período que colaborou para o avanço do movimento integralista:

[...] a publicação, neste período de uma série de livros analisando a situação política brasileira numa perspectiva antilberal, bem como o aparecimento, de várias revistas e movimentos ideológicos de orientação política fascista, monarquista ou corporativista comprovam a receptividade das idéias autoritárias na década de 1930 (TRINDADE, 1979, p.97).

A força do “fascismo brasileiro” contou, sobretudo, com movimento-partido representado pela A.I.B. À medida que arregimentou novos membros, ela se apresentou também com uma estrutura fortemente hierarquizada, composta por dirigentes nacionais e regionais, que de acordo com o levantamento de Trindade pode ser classificada de acordo com quatro categorias:

A primeira correspondente aos dirigentes executivos nacionais: o Chefe, os membros do Conselho Nacional (mais tarde o Conselho Supremo) e os Secretários responsáveis pelos departamentos executivos nacionais. A segunda reúne a direção executiva ao nível regional: os chefes arquiprovinciais e os chefes provinciais: a terceira e quarta englobam os órgãos consultivos, ou seja, a Câmara dos Quarenta no âmbito nacional e Câmara dos Quatrocentos, composto de personalidades integralistas de todas as regiões do país. Este conjunto de órgão executivos e consultivos, que formam a Corta do Sigma, constitui a camada dirigente no sentido amplo da Ação Integralista (TRINDADE, 1979, p.130)

O movimento integralista adentrou no interior do país e ganhou simpatizantes, principalmente através da juventude que se deslocou para profissionalizar-se em grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo. De certa maneira, foram constantes as publicações integralistas no *Jornal do Comércio* que convocava a sociedade para construir o país e presenciar uma “nova era”, na qual não estariam presentes os resquícios do liberalismo. Para tanto, o homem integralista deveria ter um comportamento disciplinado, respeitando a hierarquia entre as lideranças integralistas e população. Em artigo do dia 12 de setembro de 1933, Fulvio Mandetta publica no *Jornal do Comércio* a respeito da tradição no fascismo, que segundo o autor, “procura reviver a época melhor do passado na sua doutrina de autoridade, de hierarquia e de disciplina”. A respeito da disciplina no interior do integralismo, também veiculou um “decálogo da mulher fascista”, publicado na Itália pelo jornal “La Stampa” de Turim (*Jornal do Comércio*, 30 de março de 1935, p.1). Nele, estavam transcorridas dez mensagens onde, de maneira geral, a mulher deveria prestar obediência ao marido e dedicar-se exclusivamente às tarefas domésticas.

A abordagem dos periódicos teve uma reviravolta a partir da década de 1940, fazendo alusão ao movimento partidário como sendo um “elemento alienígena” (*Jornal do Comércio*, 10 de dezembro de 1941, p.1). Isso ocorreu em razão dos movimentos insurrecionais da esquerda

brasileira em meados da década anterior. Como já mencionado, tanto os integralistas quanto os comunistas se encontravam no início do Governo Provisório dissociados do governo chefiado por Getúlio Vargas. O crescimento e articulação do movimento comunista fizeram com que se deflagra-se o Levante Comunista em novembro de 1935. Através da Aliança Nacional Libertadora e do PCB, se fortaleceu os enfrentamentos e o governo de Vargas passou a ser contestado até por antigos aliados. À medida que o movimento comunista se alastrava, “pediu-se ajuda do Intelligence Service inglês e da Gestapo nazista para identificar os revolucionários estrangeiros, e o chefe de polícia, Filinto Strubing Muller, iniciou uma brutal repressão” (VIANNA, 2003, p. 97). Percebe-se que governo varguista se voltou para sufocar o crescimento da vertente comunista, principalmente dentre os trabalhadores, prendendo diversas lideranças e pondo fim ao avanço dessa corrente de esquerda.

Por algumas afinidades, o governo brasileiro acabou unindo forças com os adeptos do integralismo, devido a grande representatividade que a AIB vinha desempenhando ao longo dos anos. Ambos tinham em comum o desejo de um governo autoritário através de um líder, o anticomunismo, o nacionalismo e a crítica ao liberalismo. Após 1935, o movimento integralista passou a crescer consideravelmente e os integralistas tendo Plínio Salgado como chefe supremo participam nos planos do golpe do Estado Novo. Conforme Silva, na visão de alguns historiadores, memorialistas, depoentes e de outros, o golpe do dia 10 de novembro de 1937 foi obra dos integralistas, articulados com Getúlio Vargas e contou com o apoio dos militares, como reflexo da luta anticomunista (SILVA, 2005, p.233). O interesse dos integralistas no golpe estadonovista esteve ligado na construção do Estado Integral, sob os moldes fascistas, o qual teria como líder supremo Plínio Salgado.

Em 1937, apoiando Getúlio Vargas, Plínio Salgado e os principais líderes triunfaram e realizaram a implantação do Estado Novo, onde a ajuda mútua do grupo de extrema-direita teve sua participação máxima ao forjar o Plano Cohen. Esse foi um documento que traçava um golpe comunista a ser realizado no país, que delineava planos para que a revolução comunista, derrotada em 1935, tivesse êxito em suposta segunda tentativa. Ao instaurar o golpe através da justificativa de impedir o avanço comunista, a relação entre governo federal e integralistas passou a ser de instabilidade. Alijada do poder, a A.I.B. passou a ser uma sociedade cultural e, em 1938, iniciou levantes no Nordeste e Rio de Janeiro. Enfim, nesse ano, Vargas decreta o fim dos partidos políticos e coloca os integralistas na ilegalidade. Isso resultou na preparação de um ataque ao Palácio da

Guanabara em 11 de maio de 1938 pelos integralistas, que acabou tendo como consequência a prisão de dezenas de militantes.

Em 10 de dezembro de 1941, o *Jornal do Comércio* reverteu de maneira explícita o seu discurso, num momento com sua liberdade de expressão cerceada pela ditadura mencionada:

O sentido nacional da vida brasileira e a concepção estatal dessa atitude de disciplina mental foram os fatores dominantes da estruturação do Estado Novo, idealizado e concretizado por esse grande estadista que é o Presidente Vargas. Existiam no país, em virtude da nossa organização legal, partidos políticos estrangeiros em pleno funcionamento, dentro das respectivas comunidades. O Chefe da Nação, em abril de 1938, para a garantia do Estado e para melhor absorção dos elementos alienígenas das nossas condições de vida, decretou o fechamento e a dissolução dessas organizações partidárias (*Jornal do Comércio*, 10 de dezembro de 1941, p.1)

O Progressista tratou com desconfiança os integralistas, apontando sua atuação desses em território mato-grossense, como integrantes da “quinta coluna”. Em “O Perigo da Quinta Coluna”, o impresso adverte seus leitores sobre a existência de indivíduos que “se preocupam somente com seus povos e governos distantes” (*O Progressista*, 22 de fevereiro de 1942, p. 2). Tais publicações ocorreram no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil apoiou os Aliados, grupo de superpotências mundiais composto pelos Estados Unidos, Inglaterra e França. Em “Como identificar os quinta colonistas”, outro artigo referente a movimentação dos adeptos do fascismo, tornou-se pública a ofensiva da imprensa na perseguição aos integralistas, convocando também todos aqueles “bons brasileiros” a delatarem a presença daqueles em seu meio (*O Progressista*, 25 de janeiro de 1942, p. 3). A publicação desse texto ocupou grande parte da terceira página do jornal *O Progressista*, delineando dez passos para a sociedade mato-grossense reconhecer os chamados “quinta colonistas”. Outro texto de 2 de abril de 1942, também desse impresso, veio definir quem seriam os integrantes da “quinta coluna”:

Além da quinta coluna germânica, de cor branca, e da quinta coluna amarela, existe a quinta coluna verde, aparentemente nacional, com a qual devemos redobrar cuidados: o integralismo, a hidra de sete cabeças. Essa gente continua trabalhando. Vendeu-se ao imperialismo nazista e não pode facilmente abandonar seus amos [...] Depois que o Presidente Getúlio Vargas, contra cuja vida atentaram, decretou a pena de morte ao integralismo, fechando-o como partido político e proibiu-lhe a existência legal, os galináceos de camisa cor de alface passaram a operar na sombra (*O Progressista*, 2 de abril de 1942, p.2).

O empenho da imprensa na tentativa de eliminar os apoiadores do fascismo no Brasil se deu também por meio da rádio. O canal P.R.I. 7 veiculou os dez passos publicados em 25 de janeiro de

1942 no periódico. As diretrizes difundidas nesses meios caracterizaram como suspeitos todos aqueles que não apoiaram os Estados Unidos. De forma geral, as diretrizes trouxeram um texto didático para que o grande público viesse apreender a informação:

1- Se alguém disser: “Não desejo combater pelos Estados Unidos, nós brasileiros não temos nada que ver com essa guerra”- esse indivíduo é um quinta colunista [...]; 2- Se alguém disser: É um absurdo a suspensão do ensino da língua estrangeira no Brasil, pois a cultura repele tal coisa e nas escolas brasileiras se ensinam línguas estrangeiras”, esse indivíduo é um quinta colunista.[...] 4- Se lhe disserem que “ o Brasil está sendo arrastado para esta guerra pelos Estados Unidos, eis aí um quinta colunista [...] 6- Se lhe disserem que os Estados Unidos e a Inglaterra querem cassar a nossa soberania, o indivíduo que tal coisa disser é um quinta colunista [...] (*O Progressista*, 25 de janeiro de 1942, p. 3)

O Progressista exerceu seu papel de coerção ao movimento integralista com uma incisiva e declarada repressão, comportando-se como um porta voz do governo varguista. De certa maneira, sob o regime da ditadura estadonovista, o periódico se viu integrado a uma teia da propaganda governista que procurava censurar as vozes destoantes daqueles que dirigiam o poder federal. Os integralistas eram vistos como uma ameaça pelos varguistas, pois vieram, ao longo dos anos trinta, arregimentando uma parcela significativa da classe média urbana em vários recantos do país. Para o êxito de se constituir o “Estado Integral”, trabalharam na construção de uma liderança, representada por Plínio Salgado, bem como do povo a ser liderado e de sua nação. (SILVA, 2005, p.69). A partir do momento que os integralistas foram alijados do poder, a perseguição ao grupo teve início no Brasil. Nesse caso, a imprensa campograndense, sobretudo *O Progressista*, atuou como colaborador nesse processo de perseguição ao movimento fascista brasileiro.

Em linhas gerais, entender as teias das relações políticas discutidas nesse capítulo possibilitou que fosse compreendido o interesse daqueles que dirigiam os jornais campograndenses em aliar as suas ambições em torno do poder local juntamente com a instalação de um governo centralizador instaurado pela Revolução de 1930. Como se percebe, os periódicos funcionaram como um meio de propagar os interesses de Vespasiano Martins e José Jayme Ferreira de Vasconcelos, proprietários dos periódicos, bem como de seus partidos.

CAPÍTULO 2

PROPAGANDA POLÍTICA E AS COMEMORAÇÕES OFICIAIS NA IMPrensa CAMPOGRANDENSE

*O Estado Novo salvou o Brasil da confusão e desordem*¹⁰

A citação acima referendada no *Jornal do Comércio* nos remete a uma ferramenta empregada durante a Era Vargas, a qual teve os meios de comunicação como uma espécie de instrumento a serviço do governo. Trata-se da propaganda política utilizada sistematicamente no período, com presença constante nos meios de comunicação, quer a imprensa escrita ou falada, como de textos audiovisuais trabalhados em cinemas pelo governo com o objetivo de ganhar a simpatia dos brasileiros. Com isso, as intenções da propaganda visavam controlar a sociedade por meio de textos fortes, ao construir representações acerca do Estado, governo, presidente e do homem brasileiro. Nesse caso, as comemorações oficiais tratadas pelo regime varguista, após o golpe do Estado Novo, são vistas como um campo fértil para a difusão das mensagens políticas utilizadas a fim de legitimar o governo do momento. Bazcko (1985, p. 314) faz uma consideração importante ao citar que na propaganda moderna, a informação estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação, contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente ativa, através do poder simbólico. É com esse olhar que tratamos os textos do *Jornal do Comércio* e de *O Progressista*, pois consideramos que as informações da propaganda política tentam trabalhar com o imaginário dos leitores. As propagandas tornavam-se cada vez mais chamativas quando inseridas no contexto das comemorações oficiais do regime, as quais trataremos a partir do terceiro subitem.

2.1. Propaganda Política e as suas inspirações.

Conforme o contexto delineado acima, notamos que a imprensa campograndense, aqui trabalhada, se mostra seduzida pela força daquelas mensagens políticas tratadas durante as festividades. Ao mencionar as comemorações de forma grandiosa em conformidade com as técnicas

¹⁰ *Jornal do Comércio*, 22/11/1941, p.1

de propaganda utilizadas por Vargas, as mensagens exibem um tom emotivo. Assim, utilizou mensagens e termos que convocam o leitor a participar do desenvolvimento da nação. Quando não ocorre a descrição de como foi a comemoração em Campo Grande, há uma forte veiculação de imagens positivas do regime varguista, principalmente quando tratam sobre o Estado Novo. Além disso, nas publicações na imprensa analisada, o perfil do presidente Getúlio Vargas foi alvo também de demarcações que o favorecia. A partir daí, os detalhes que compuseram as representações traçadas procuram tocar o leitor mato-grossense, através de textos e manchetes chamativas que ocupavam, na maioria das vezes, a folha de rosto dos periódicos.

Ao discutir propaganda política durante a Era Vargas, não podemos deixar de mencionar as influências que se deram sobre ela. Afinal, o modelo de propaganda política difundida no Brasil durante a Era Vargas, principalmente durante o Estado Novo, teve contribuições e parcerias com órgão de propaganda norte-americano. Contudo, alguns homens de influência de Getúlio Vargas, também demonstraram simpatia pelo modelo alemão. Nesse caso, os indivíduos inseridos no aparato de governo tiveram posturas firmes e atuaram com certa repressão em seus devidos cargos, quais sejam eles “Filinto Muller, Francisco Campos e Lourival Fontes” (OLIVEIRA, 2001, p. 41). O papel representativo de Lourival Fontes, por exemplo, esteve à frente do Departamento Nacional de Imprensa (DIP) desde quando denominado Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural no ano de 1934, atuou diretamente na formulação do mito Vargas e como ideólogo do Estado Novo. Conforme Lúcia Lippi de Oliveira, o intelectual “dirigiu a revista Hierarquia, visitou Mussolini e era adepto do fascismo. Passou a ser chamado de “o Goebbels tupiniquim” (OLIVEIRA, 2001, p.1). Lourival Fontes foi um dos diversos integrantes do governo varguista que se simpatizou, inicialmente, com algumas medidas tomadas pelos fascistas europeus. No entanto, devido a sua grande influência no aparato varguista, seria equivocado afirmar que a propaganda política no Brasil seguiu exclusivamente o modelo da cartilha fascista, pois o governo brasileiro se caracterizou como autoritário e não totalitário como no caso alemão.

Apesar disso, a bibliografia consultada e as fontes apontam uma difusão de idéias que tendem a “exigir” um direcionamento ao “bem comum da nação”, ou seja, seu enriquecimento. A propaganda veio, também, como um meio de tentar reprimir as idéias dos grupos da extrema direita e esquerda, como também os conflitos sociais. Assim, ela busca, através da repetição de textos favoráveis ao governo de Vargas, obscurecer, censurar, perante a população, as idéias divergentes existentes no Brasil, como foram os casos do comunismo e integralismo. De modo similar, ao da propaganda fascista, fez uso de uma linguagem simples, imagética e agressiva que visava provocar

paixões para atingir diretamente as massas. O apelo emocional passa a ser uma saída para a tentativa de angariar adeptos à doutrina varguista, a qual buscava dirimir conflitos internos no conjunto da sociedade e assim, se legitimar no poder. De acordo com Capelato, as características da propaganda dos regimes europeus dos anos de 1920 e 1930, tidos como totalitários, eram peculiares já que possuíam certas estratégias de persuasão como as seguintes:

[...] uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras; simplificação das idéias para atingir as massas incultas; apelo emocional; repetições; promessas de benefícios materiais ao povo (emprego, aumento de salários, barateamento dos gêneros de primeira necessidade); promessas de unificação e fortalecimento nacional (CAPELATO, 1999, p. 167) .

Países como a Alemanha e a Itália investiram também na propaganda política a fim de angariar adeptos ao regime fascista. A exemplo, o Ministério de Esclarecimento Popular e de Propaganda do Reich (Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda - RMVP), instituído por um decreto-lei em 12 de março de 1933, tinha como função a propagação de idéias para bem do Estado, da cultura e da economia, além da reconstrução nacional. O RMVP buscou atingir simbolicamente as grandes massas, por meio de um tom apelativo. O seu sucesso deveu-se a Joseph Goebbels, ministro responsável pelo RMVP,

[...] conhecido como o propagandista mestre do regime Nazista, cuja atuação frente a este órgão se estendeu por doze anos, tinha planejado apenas cinco departamentos para este novo ministério, abarcando rádio, imprensa, cinema, teatro e educação popular. Contudo, em abril de 1933 a estrutura deste ministério foi reorganizada e mais dois novos departamentos (finanças e contabilidade e música, arte erudita e cultura popular) foram acrescentados (SANTOS, 2004, p.25).

A organização da propaganda nazista na Alemanha chamou a atenção de outros correligionários de Getúlio Vargas, ainda no Governo Provisório, o qual enviou para Alemanha um dos homens do governo para compreender melhor sua dinâmica. Ana Carolina Nery dos Santos (2004), ao analisar as comemorações oficiais no Cine-Jornal Brasileiro, menciona em seu trabalho o interesse de Luiz Simões Lopes pela propaganda alemã. De acordo com a autora, o gaúcho Luiz Simões Lopes apoiou o golpe de 1930 e foi nomeado oficial de gabinete da Secretaria da Presidência da República, cargo que ocuparia até março de 1937. Ainda participou da reforma administrativa empreendida pelo governo federal, que culminou na criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), do qual foi nomeado presidente e por lá

permaneceu até a queda de Getúlio Vargas, em 1945 (SANTOS, 2004, p. 25). Simões Lopes, em carta enviada a Getúlio Vargas, elogiou a propaganda nazista, conhecendo o órgão de propaganda alemão, onde compilou notas e coletou informações da legislação alemã sobre trabalho (SANTOS, 2004, p. 26-27). A propaganda que Simões Lopes conheceu, além de suas pesquisas na Alemanha, foi aquela irradiada por panfletos, cartazes, jornais distribuídos gratuitamente, os quais algumas vezes foram lançados por aviões.

Apesar de algumas similaridades e simpatias, o governo brasileiro não estabeleceu um vínculo direto com algum órgão de propaganda fascista. Pelo contrário, momentos antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, o órgão de censura e propaganda brasileiro, o DIP, teve uma aproximação do órgão de propaganda estadunidense, *Office for Coordinator Inter-American Affairs* (OCIAA) (Agência Coordenadora de Assuntos Interamericanos). A respeito do relacionamento DIP – OCIAA, Silva de Queiroz Nery Mesquita, discute no segundo capítulo da sua dissertação de mestrado, o interesse da OCIAA em se aproximar do DIP. A OCIAA atuou numa tentativa de expandir uma política cultural norte-americana para os países latino-americanos a fim de propagar o *american way of life*. Conforme Mesquita, a Divisão Cinematográfica da OCIAA tornou-se de suma importância na estratégia de ação da política implementada pelo governo norte-americano (MESQUITA, 2002, p. 73). Para que a influência da propaganda estadunidense se concretizasse, a OCIAA realizou parceria e acordos com o DIP, ganhando a confiança e respaldo de seu diretor, Lourival Fontes:

A participação do DIP e as tentativas de Lourival Fontes em instrumentalizar o *mutual benefits*, conjugado a importância do apoio brasileiro à política externa norte-americana com a possibilidade de beneficiar o desenvolvimento de uma propaganda cultural brasileira cujo ator privilegiado seria o governo, é flagrante [...] Entre os dias 14, 20 e 26 de agosto e 1º e 2 de setembro de 1941, contatos significativos são realizados entre DIP e OCIAA. Enquanto os representantes do OCIAA sondavam questões relativas à censura no Brasil e de que forma a propaganda norte-americana estava sendo recebida em função da imprensa do Eixo, esta, há muito vinha questionando a democracia norte-americana e seus agentes, sugerindo que os EUA estariam tentando impor sua forma de governo a outros países, quer fosse esta forma adequada ou não, Lourival Fontes percebia o quanto esse momento seria “benéfico” para incrementar uma projeção brasileira no continente (MESQUITA, 2002, p. 77-78)

As estreitas relações entre o DIP e a OCIAA foi resultante da “política de boa vizinhança” empregada pelo Presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt. A OCIAA, foi uma ferramenta que buscou parcerias entre os países americanos, além de declarar as pretensões de criar

um vínculo entre as nações latino-americanas. Em suma, a OCIAA não atuou somente no campo de divulgação cultural no intuito de americanizar o Brasil e outros latino-americanos, como também se envolveu em outras áreas de interesse como: “comércio, finanças, assessoria econômica, transportes, agricultura, administração e saúde pública” (CAMPOS, 2001, p. 758).

Em relação ao departamento brasileiro responsável pelo controle e propaganda, existiu nos anos de 1930 aquele que em 1939 se finalizaria no DIP. Como mencionado, a imprensa, veículo estudado, estava sob constante vigilância do poder estatal através desse mecanismo de controle criados para tal finalidade. A função do DIP era de fiscalizar as publicações dos periódicos, assim como promover a propaganda do governo varguista. Sua criação vinha se delineando já no Governo Provisório¹¹, mas somente no Estado Novo sua função de censura e de difusão doutrinária do regime veio se consolidar. Ainda assim, o órgão estava estruturado da seguinte maneira: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão de Imprensa e Serviços Auxiliares.

No tocante à trajetória das divisões que estavam mais próximas da imprensa havia a Divisão de Divulgação a qual foi responsável pela veiculação e controle do discurso, e a Divisão de Imprensa pelas informações dispostas em jornais revistas e livros. A sua existência se deu de 1939 a 1945, tendo como função apresentar relações cordiais entre o Estado e a sociedade brasileira. Cabe lembrar aqui que os anos de 1940 e 1941 foram a época “áurea” do órgão, que “[...] fez forjar uma imagem sacralizada do regime”(PAULO, 1987, p. 102). Inclusive, esse período marcou o estreitamento de seu relacionamento com a OCIAA.

2.2. Propaganda política, representações e imprensa campograndense

A imprensa campograndense estudada nos possibilitou compreender que a propaganda política nela existente permitia identificar um conjunto de representações. A categoria representações, remete a nomeação, a criação de um conceito que será refletido por um grupo. Segundo Chartier, as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que a forjam, que no caso aqui estudado trata-se de dois periódicos de maior circulação de

¹¹ Durante esse período já existiam órgãos criados pelo governo Vargas que eram similares ao DIP. O trabalho de Boris Fausto (2006) *Perfis Brasileiros: Getúlio Vargas*, menciona o Departamento Oficial de Publicidade de 1931, o Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) de 1934, denominado em 1938 como Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que funcionou até 1939 com a implantação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP.

Mato Grosso da década de 1930 e 1940, *Jornal do Comércio e O Progressista*. Assim, no que tange às representações, essas

não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17).

A categoria representação, de acordo com Chartier, está intrinsecamente ligada à noção de prática, mostrando que as visões de mundo dos sujeitos históricos provocam ações (práticas) nas diversas esferas de uma sociedade. Tais concepções do autor, também remetem ao que ele chamou de luta de representações. É válido mencionar aqui que a fundamentação teórica de Chartier acerca de tal categoria, se encontra em Bourdieu, o qual declarou representações como “enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam,”. No que tange aos conflitos de representações Bourdieu e Chartier acreditam que se tratam de lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento de alguma enunciação (BOURDIEU, 2007, p. 118-120).

Nas discussões de Chartier (2002, p.73) o autor procura identificar que quem tem o poder de representar, tem o poder de classificar categorias sociais, como a de identidade nomeando uma definição e muitas vezes interferindo na imagem que uma sociedade tem de si mesma. Nesse caso, a imprensa analisada classificou o perfil do líder Getúlio Vargas, do Estado Novo, do trabalho e trabalhador brasileiro, também através da propaganda. Temos então uma maneira peculiar de definir como deveria ser pensado Estado, governo e sociedade. A construção de tais representações expressavam os interesses daqueles que estavam no poder, lançou mão de uma tentativa de formar e controlar a opinião pública, a fim de buscar a estabilidade política de um “Estado forte”. No entanto, a análise da utilização dos meios de comunicação e o uso da propaganda permitem constatar que, apesar da enorme importância desses veículos, para a divulgação das mensagens políticas, não se pode exagerar sua importância no que se refere ao controle das consciências, como afirma Capelato (1999, p. 177). Enfim, a adesão unânime ao regime não ocorreu. Portanto, afirmar que a propaganda política utilizada para legitimar o regime varguista controlou efetivamente a opinião pública e os conflitos sociais seria um engano. Notamos aí que a representação depende do conhecimento e reconhecimento dos receptores das mensagens, o que pode colocar em questão a eficácia mecânica da propaganda política.

No que concerne à elaboração de representações e à classificação de uma categoria, temos o caso da exaltação de Getúlio Vargas, ao ter sua imagem tratada como um mito pela imprensa campograndense, principalmente durante o Estado Novo. A sua imagem passou a ser associada como conciliadora das classes e dos conflitos políticos e sociais. Nesse ponto, o *Jornal do Comércio* é enfático ao mencionar que Vargas é uma revelação da Revolução de 1930, aliás, a única digna de nota. No caso da Revolução de 1932, o periódico congratula Vargas por suas habilidades políticas: “o Sr. Getúlio possuiu o condão de transformar pacientemente, calculadamente, os mais ferrenhos adversários em colaboradores muito eficientes do seu governo”(*Jornal do Comercio*, 1 de março de 1935, p.1). Percebemos também a intenção de forjar uma imagem de *dirigente único*, ou seja, de que somente Vargas tinha o perfil adequado para *comandar* o país, procurando enfraquecer assim, a emergência de outro adversário político.

A favor de uma representação positiva de Vargas, atuavam também os intelectuais que colaboraram em prol da propaganda política durante a Era Vargas, especialmente durante o Estado Novo. Tais atores estavam a serviço do governo, como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral. Lourival Fontes, Francisco Campos, entre outros, que se utilizaram da imprensa escrita dos grandes centros do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Assim como o *Jornal do Comércio*, Oliveira Vianna mencionou durante o período que:

Do que precisamos é do Presidente Único. Isto é, Presidente que não divida com ninguém sua autoridade; do Presidente que ninguém mande; do Presidente soberano, que exerça em suma seu poder em nome da nação, só a ela subordinado e só dela dependente (BEIRED, 1999, p.161).

A construção do mito Vargas teve, sem dúvida, uma forte colaboração desses intelectuais que estavam a serviço da propaganda do líder e do seu regime. Os meios de comunicação passam a ter um papel fundamental nesse processo ao veicular discursos elaborados por esses colaboradores do regime varguista, sobretudo através da imprensa escrita. Da mesma forma que esses intelectuais, a imprensa campograndense colaborou para a criação do mito Vargas, sobretudo após o golpe do Estado Novo, quando a influência dos órgãos de propaganda do regime se fez presente no interior dos meios de comunicação.

Nesse sentido, tanto o *Jornal do Comércio* como o periódico *O Progressista*, dirigido por Jayme F. de Vasconcelos e Vespasiano Martins, respectivamente, procuraram atender às expectativas do regime ao exaltar a imagem de Vargas. Tais periódicos o associaram como um estadista *nato*, capaz de conduzir o Brasil nos caminhos do desenvolvimento econômico e da

estabilidade política, antes ameaçada pelo liberalismo. Notamos a colaboração do *O Progressista* a esse respeito: “o Brasil vai marchando impávido e sereno, firme e resolutamente para a glória, para o progresso e para a imortalidade” (*O Progressista*, 2 de abril de 1942, p. 2). Essas afirmações do impresso reafirma a fidelidade do periódico à Vargas e seu governo durante a ditadura. Assim, contrariar as idéias do governo federal e deixar de lado a propaganda política que o favorecia, poderia resultar em graves consequências para o jornal, como a sua extinção.

Enfim, o Estado Novo surge como uma nova época para os jornais, onde através dos impressos procurava-se construir uma imagem do governante como um líder que estaria próximo da população brasileira verificando de perto seus problemas. Para tanto, as divergências entre os homens de imprensa e o governo precisavam ser obscurecidas para que tal tentativa tivesse eficiência. Nesse caso, sobretudo no que se refere ao *Jornal do Comércio*, as diferenças foram minimizadas. Para fiscalizar o discurso da imprensa, são fortalecidos os órgãos de censura, dos quais trataremos a seguir.

De acordo com os argumentos acima, percebemos que a Era Vargas trata-se de um período bem peculiar da história política brasileira. Afinal, durante a sua vigência foi delineado e instaurado um regime ditatorial, o Estado Novo, que tinha por finalidade construir um Estado “forte”, caracterizado, sobretudo, por seu perfil centralizador. Sob a direção do então Presidente Getúlio Vargas, segue-se um período de controle dos meios de comunicação, com ação de órgãos de cooperação que estavam sob tutela estatal (sindicatos), além de uma nova organização cultural e econômica do trabalho quando houve “o contato entre povo e governante como a nova filosofia” do regime (GOMES, 2005, p. 209).

A existência dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIP), subordinados ao DIP, também foi um fator importante para a história da imprensa da Era Vargas. Os DEIPs tratavam-se de seções estaduais do serviço de censura e propaganda, criados após a instalação do Estado Novo, em 4 de setembro de 1940 através do Decreto-Lei nº. 2.557. Outra questão acerca deles, foram os cargos de direção, compostos por homens de confiança de Getúlio Vargas nomeados exclusivamente por ele, visto que o DIP era subordinado diretamente ao Presidente. Como Diretor do DEIP de Mato Grosso, teve destaque o trabalho do jornalista Arquimedes Lima, o qual através do departamento interveio várias vezes na atuação da imprensa, ou seja, nas publicações dos jornais mato-grossenses. Em alguns textos notamos que a atuação do DEIP era vista como um meio que aproximava o governo Vargas da população local. Em entrevista ao impresso *O Progressista*, o Diretor do DEIP procurou transmitir a mensagem de que com a

ascensão do governo forte de Vargas a imprensa pôde ter um desenvolvimento eficiente (*O Progressista*, 9/05/1943, p. 2). Além disso, de acordo com o olhar do jornalista, a imprensa era vista, nos anos do governo de Getúlio Vargas, como mais uma resultante da idéia de “avanço do Brasil rumo ao progresso”¹², ao mencionar que:

[...] o papel preponderante da imprensa, como órgão de propaganda, é extenso e complexo e, por isso, de valor capital, o que tem sido reconhecido por as novas formas de governo, evoluindo, como a civilização (*O Progressista*, 09/05/1943,p.2).

A busca de um controle da opinião pública através da imprensa e a sua importância para o Estado nacional foram enfatizados a todo o momento por esse periódico, o qual intitulava a imprensa como “uma autoridade diante do povo e das instituições” (*O Progressista* 09/05/1943, p.2). No entanto, algumas questões, como as dificuldades do jornalista do interior foram lembradas, embora bem superficialmente, pelo Diretor por meio da entrevista no periódico. Esse foi o caso de uma reivindicação efetuada pelo jornal devido a pouca valorização do jornalista do interior do Brasil. Através dessa passagem, afirma que somente os jornalistas do Rio de Janeiro e São Paulo são convidados pelo governo a fazer viagens a grandes centros mundiais, como Inglaterra e Estados Unidos. *O Jornal do Comércio*, através de artigo cujo autor foi José Vilar San Juan, afirma que os jornalistas do interior “por residirem e trabalharem numa localidade mais afastada são sujeitos a sacrifícios e vicissitudes” (*Jornal do Comércio* 17/06/1943, p. 3). Essas dificuldades o autor do texto afirma ser de ordem financeira e técnica e que por causa delas os jornalistas do interior mereceriam também ser privilegiados com tais viagens.

Contudo, a questão que envolve insatisfações dos jornalistas do Oeste brasileiro não se restringe somente às considerações mencionadas anteriormente. Um fator que se mostrou presente foi o descontentamento com a remuneração do jornalista. As condições técnicas incipientes também foram evidenciadas na edição de aniversário do *Jornal do Comércio*, no artigo que tratava do aniversário de cem anos de existência da imprensa mato-grossense:

¹² De acordo com Dupas (2006, p. 30) “a assunção da idéia de progresso associada à frenética lógica capitalista. Em termos gerais, *progresso* supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza um número de existências felizes. Mas, visto assim, o problema se recoloca no que vem a ser *felicidade*. [...] Embora se possa julgar, por critérios mais subjetivos ou objetivos, que houve progresso ou declínio num período passado, parece claro que não pode haver garantia nenhuma de continuidade de qualquer dessas alternativas no futuro. Até porque garantia é incompatível com história. Como Bobbio (1997, p.52) costumava advertir, a única coisa que ele havia compreendido em sua longa vida é que a história é imprevisível.” Dupas, Gilberto: *O Mito do Progresso*. São Paulo: UNESP, 2006

Quem diria, há um século, que 100 anos depois, enquanto todas as profissões e indústrias tivessem seus trabalhos limitados a 80% de obstáculos e reduzidos a 8 horas diárias – com o aperfeiçoamento do maquinismo- seria a imprensa do interior a quase mesma imprensa trabalhosa e mal remunerada de então? (*Jornal do Comércio*, 13/04/1939, p.1)

Esse artigo foi publicado em abril de 1939, período no qual a fiscalização existia, mas os órgãos que a exerciam com mais eficiência e centralização ainda não eram tão presentes no cotidiano dos periódicos, visto que o DIP surgiria em dezembro de 1939 e o DEIP em 1940. No caso do DEIP, seu próprio diretor citou a falta de incentivos financeiros para um desenvolvimento mais efetivo da imprensa mato-grossense, como veremos mais adiante. Dessa forma, podemos compreender de acordo com essas insatisfações que a fiscalização existia, mas quando era do interesse dos proprietários dos impressos, suas reivindicações emergiram.

No tocante ao fator governo com mais “prós” do que “contras”, estampados nas páginas dos periódicos estudados, notamos que tanto o *Jornal do Comércio* como *O Progressista* eram credenciados no DIP e faziam a propaganda a favor de Vargas daqueles que o apoiavam. Quando os periódicos estavam subordinados ao DIP, e com isso ao DEIP, eram beneficiados com a isenção de taxas aduaneiras pela importação de papel de imprensa. Esse benefício foi resultante de mais um decreto-lei da Era Vargas, já durante o período do Estado Novo, qual seja nº. 1938, de 30 de dezembro de 1939, que estabelecia novas normas de isenção aduaneira para o papel de imprensa, na qual a justificativa seria o desenvolvimento da imprensa para o bem público (MARTINS; DE LUCA, 2008, p.173). Em troca, estabelecia-se um acordo onde a propaganda política publicada pelos periódicos garantiria a construção de uma imagem positiva do regime varguista e de seu máximo representante: Getúlio Vargas. Nesse ponto, os jornais aqui analisados procuraram realizar esse trabalho, principalmente o jornal *O Progressista*. São inúmeras as manchetes que trazem títulos chamativos e textos que procuram persuadir o leitor, favorecendo a imagem de Vargas: *Vargas Estadista da América, Aspectos marcantes do Estado Novo*¹³, *O Estado Novo salvou o Brasil da confusão e desordem, O 7 de setembro de 1822 e o 10 de novembro de 1937 são as duas maiores datas do Brasil, Mato grosso hospeda o preclaro Presidente Getúlio Vargas*¹⁴. Em linhas gerais são várias as publicações onde haviam chamadas evocativas como as citadas aqui.

Na maioria dos casos tratavam-se de artigos elaborados ou incentivados pelo DEIP de Mato Grosso. Através de tal órgão, o Estado pretendia o controle da opinião pública e “divulgava um discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo,

¹³ *O Progressista* 06/05/1943, p.1; 22/12/1941,p.3

¹⁴ *Jornal do Comércio*, 7/09/1941, p.1; 29/07/1941, p.1

identificando-os com o país e o povo” (CAPELATO, 1999:167). Temos aí o DEIP como um agente que incentivava explicitamente a propaganda política, não só do país e de Vargas, mas também do Estado de Mato Grosso. Nota-se a partir da entrevista de Arquimedes Pereira Lima, diretor do DEIP, ao jornal *O Progressista*, que havia no interior da instituição a preocupação de divulgar aspectos positivos desse Estado. Daí, o apresenta como uma região que foi produto resultante do *progresso* implantado pelo governo varguista. Nessa mesma entrevista, o diretor do DEIP assinala como uma das principais funções do Departamento:

Fazer a propaganda governamental do desenvolvimento do Estado, para facilitar sua tarefa; incentivar o reerguimento econômico; Os jornais do Rio e São Paulo, como de todo o país, onde até bem pouco tempo não se encontrava uma notícia de Mato-Grosso, estão hoje cheios de noticiário do nosso Estado. O Interventor Julio Muller tem a máxima boa vontade com o DEIP e uma elevada compreensão da função da propaganda. (*Jornal do Comércio*, 13/04/1943, p.1).

Nesse caso, o diretor do DEIP procura salientar a questão da participação dos jornais na construção da imagem de Mato Grosso como um Estado moderno. Como já afirmado anteriormente, ele responde a interesses da elite política local, representada inclusive pelo presidente/fundador do *Jornal do Comércio*, em divulgar aspectos que a valorizassem. A propaganda privilegiada da porção sul em ambos periódicos analisados veio responder, também, as divergências de interesses entre essa e a região norte de Mato Grosso, sendo que o sul em alguns movimentos reivindicou a divisão do Estado.¹⁵ No entanto, devemos considerar que a idéia de enaltecer as regiões do Centro-Oeste brasileiro era também aspiração do governo federal, a imprensa atua também nesse sentido como um instrumento ideológico a fim de legitimar o governo, convertendo em uma confluência de interesses.

O papel de promover a propaganda foi realizado pelo DEIP de Mato Grosso, o qual se declarava seguidor fiel do DIP. A propaganda foi efetuada como um meio de censura, além daquela efetuada pelos aparatos do Estado, como o DIP. Na propaganda, a censura ocorre no momento em que só determinadas mensagens são publicadas, resultando na repetição de determinada informação a todo o momento. Com isso, outras imagens que poderiam contrariar àquela criada pelos órgãos

¹⁵ A temática acerca do divisionismo foi discutida por Marisa Bittar em BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)* 2v. Tese (Doutorado em História)- FFLCH/ USP, São Paulo, 1997; AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*. (2006). Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados; WEINGARTNER, Alisoete A. dos Santos. *Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul: 1889-1930*. Porto Alegre: Ed. EST, 2002

oficiais não se faziam. Nesse sentido também afirma Ângela de Castro Gomes, ao mencionar que a propaganda como forma de legitimação do regime varguista foi um meio de censura, principalmente no tocante ao Estado Novo. A autora a trata como um meio de “produção de uma ideologia política, ao mesmo tempo que atinge a finalidade de articulação e inculcação de informação e ideais legitimadores”. Dessa forma, a propaganda assume uma forma repressiva, já que no caso dos impressos buscava-se estabelecer a imagem que o brasileiro deveria ter do regime, ou seja, ela teria que ser redondamente positiva, a fim de legitimar o governo.

A presença das restrições aos meios de comunicação, seja por intermédio da propaganda ou não, veio à tona no *Jornal do Comércio* algumas vezes. Arquimedes P. Lima, como diretor do DEIP mato-grossense, procurou desmistificar a idéia de que o Departamento fosse um “aparelhamento de compressão contra os jornais”(*Jornal do Comércio* 13/04/1943,p.2). Ele menciona que a única tarefa da imprensa seria a de efetuar propaganda e dar assistência necessária aos periódicos mato-grossenses. Contudo, um discurso contraditório entra em cena quando na mesma entrevista, citada aqui anteriormente, o diretor do DEIP faz uma pequena crítica ao interventor do período estadonovista Julio Muller. Isso devido à referência ao pouco incentivo financeiro do governo estadual ao órgão de propaganda e censura, o que dificultaria a assistência financeira à imprensa mato-grossense:

O Interventor Julio Muller tem a máxima boa vontade com o DEIP e uma elevada compreensão da função da propaganda. O seu apoio ao Departamento sob minha direção é integral e daí as perspectivas de êxito que temos dentre nós, apesar de não estarem por ora, em proporção com a imensa tarefa que temos de executar, as modestíssimas dotações que nos foram concedidas”(*Jornal do Comércio* 13/04/1943,p.2).

O caso da imprensa receber recursos financeiros, mesmos tão escassos do poder público, nos mostra a importância de investigar a afinidade, ou não, com os interesses de quem a financia¹⁶. Nesse caso, ocorre a reprodução de tais interesses, os quais buscavam assegurar o controle da sociedade e de sua opinião. Assim, como afirma Foucault, “em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos” (FOUCAULT, 1996, p. 8). Os perigos que o autor menciona fizeram-se presentes e algumas vezes silenciados, já que poucas foram as vozes dissonantes que tiveram abertura na imprensa de Campo Grande, principalmente

¹⁶ Supomos que a natureza da assistência financeira consistia na colaboração com a insenção aduaneira para o papel de imprensa conforme previa o Decreto Lei nº 1938 (MARTINS; DE LUCA. *História da Imprensa no Brasil*, p.173).

quando tratava-se de periódicos que eram dirigidos por grupos intelectuais que estavam no mando local. A exemplo, após 1937 se teve a proibição de qualquer discurso favorável ao integralismo. O desaparecimento de artigos relacionados ao tema ocorreu, também, devido a constante vigilância voltada para os meios de comunicação. Isso não significa que a presença integralista em Campo Grande foi nula, dado que os artigos veiculados pelo *O Progressista* afirmaram, em forma de denúncia, a presença deles pela região.

Apesar do representante do DEIP mato-grossense afirmar, no ano de 1943, que o órgão não praticava a censura não sendo assim um *órgão de compressão*, em 1941, encontramos um artigo intitulado *O serviço de propaganda*, onde o autor mencionou o caráter repressivo do DIP e do DEIP. Assim, afirmou que

Como a má propaganda é destrutiva e dispersiva, o DIP e o DEIP têm poderes coercitivos e repressores. Por isso de acordo com a Lei, não admitem que os órgãos de publicidade veiculem comentários ou artigos desazorroados, desrespeitadores das instituições e das autoridades (*Jornal do Comércio* 03/09/1941 p.4) .

Foram várias publicações discutindo as funções desses órgãos. A maioria delas os apresentava como entidades que tinham como função disciplinar e orientar a propaganda, através de instruções do governo. Embora as restrições estivessem presentes no interior do DIP e do DEIPs, manifestar livremente a opinião foi o desejo de alguns leitores do *Jornal do Comércio*. Numa nota publicada em 15 de janeiro de 1940, percebemos a existência de reivindicações em torno da liberdade de expressão:

Para atender a constantes reivindicações dos nossos leitores, que se queixam de não encontrar facilidade para publicar suas queixas e reclamações com liberdade, resolvemos estabelecer a presente secção, nos moldes da similar do nosso pretigioso homônimo do Rio de Janeiro [...] (*Jornal do Comércio* 15/01/1940).

Logo em seguida, o periódico afirma que os artigos deveriam trazer, entretanto, as firmas dos seus autores reconhecidas por Tabelaio, com a expressa declaração que se responsabilizariam pela publicação de acordo com a Lei de Imprensa. Dessa forma, qualquer manifestação que infringisse a ordem estaria contrariando o que estava disposto no Decreto nº. 24.776, de 14 de Julho de 1934 e no artigo 122 da Constituição de 1937. No caso da Constituição, e suas considerações relacionadas com a imprensa, abarcavam em si a idéia de “garantir a paz, a ordem e a segurança

pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação”¹⁷. A garantia de estabelecer a paz, a ordem e a segurança pública, restringindo a atuação da imprensa, visava limitar a atuação de vozes dissonantes aos anseios do governo de Vargas, evidenciando assim a forma autoritária do regime. Nesse sentido, os leitores do *Jornal do Comércio* estavam limitados na tentativa de publicar suas queixas no periódico.

A partir do que foi discutido anteriormente, constatamos que os discursos do *Jornal do Comércio* e do impresso *O Progressista* procuraram colaborar com a doutrina varguista na tentativa de manter a ordem. Mas, quando havia pequenos interesses dos grupos, como a falta de incentivo financeiro para a imprensa, as reclamações eram publicadas. Assim, no que se trata da imprensa como um agente histórico, os impressos campograndenses procuraram afinar-se com os ideais estadonovistas, ao colaborar com a propaganda do regime.

A investigação da subjetividade na imprensa, é um dos papéis do historiador que se utiliza dos jornais como meio de compreensão do passado. No caso da imprensa analisada, os artigos atendiam a interesses que buscavam o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso e suas diversas instituições, inclusive a imprensa da própria região. Por isso, a busca da equiparação de investimento governamental na imprensa local, muitas vezes comparada à imprensa de grandes centros como Rio e São Paulo.

De acordo com esse discurso percebe-se a criação de representações e ações por parte do dirigente do Estado, que almejava mobilizar multidões rumo ao oeste, o caracterizando-o como um local onde a *brasilidade mais pura* estava contida. Nesse sentido,

[...] os homens de letras apoiavam os ideais da *Marcha para Oeste*, na medida em que o projeto acenava com um futuro de progresso para a região e prometia romper com o isolamento, além da ideologia de integração nacional e a idéia do Oeste como lugar de brasilidade vinham como que conferir a mais completa autoridade à própria construção do IHMT. (GALETTI, 2000, p. 319)

Assim como os intelectuais do IHMT, a propaganda local contida nos periódicos atuou a fim de conciliar Mato Grosso e a idéia de integração nacional. Na ocasião da visita de Getúlio Vargas a Mato Grosso, surgiram alguns artigos elucidativos a esse respeito, como o intitulado *Até parece mentira... Mas é verdade!*. Nesse texto, percebe-se a surpresa do autor a respeito da visita de Getúlio Vargas. Além disso, o autor constatou que o estadista cumpriria sua palavra, contida na

¹⁷ Constituição de 1937, alínea a do inciso 15.

frase “o sentido da brasilidade estava na *Marcha para Oeste*” e que garantiria então a materialização da sua política para desenvolver o interior do país. Podemos notar que a propaganda sobre Mato Grosso estava intrinsecamente ligada à idéia de que os governos federal, estadual e municipal, representados após o Estado Novo por Getúlio Vargas, Julio Muller e Vespasiano Martins, respectivamente, caminhavam juntos, em conformidade. Assim, os periódicos veiculariam a idéia que a fase de facções comandando o Estado e também a cidade de Campo Grande teria acabado. De acordo com o *Jornal do Comércio*, essa fase teria chegado ao fim graças à emergência do Estado Novo, o qual “extinguiu os elementos menos capazes que ocupavam altos cargos da administração municipal”, com a posse de Vespasiano Martins como Prefeito de Campo Grande (*Jornal do Comércio*, 24/09/1941, p.1). O interessante dessas afirmações do impresso é a negação de que Vespasiano Martins foi durante um período representante de um dos partidos políticos de ocasião, no caso o Partido Progressista, também extinto no pós 1937.

No que se refere a essas relações políticas, é válido mencionar os argumentos de René Rémond: “os cidadãos se sentem mais membros de um corpo político, e consentem mais que nunca em participar de decisões que afetam a coletividade”(RÉMOND, 2003, p. 25). Dessa maneira, os dirigentes políticos da esfera federal, estadual e municipal, juntos teriam interesse nesse período de se atentar para as preocupações sociais a fim de ganhar respaldo político das massas. Afinal o desenvolvimento da região mato-grossense abarcava não só os interesses das classes mais abastadas mas também do geral da população, já que resultaria em mais empregos. A esse serviço estava a propaganda. A respeito disso, ela veiculava informações tanto de como estavam caminhando os investimentos do governo federal na região, quanto referente à desmistificação de Mato Grosso como terra de *barbárie*. Em relação a tal assunto, surgiram diversos artigos, mas há de se destacar o intitulado *Propaganda fator de progresso*, que trata da questão da desmistificação de Mato Grosso como território de *barbárie* (*Jornal do Comércio*, 29/09/1941, p. 4). Nessa publicação, o artigo diz que Mato Grosso não deveria ser considerado por muitos “um lugar de chapadões intermináveis, de selvas abruptas com onças ferozes e tribos de índios bravios”. Para desfazer tais concepções, o texto mostra os caminhos a serem tomados:

Promovendo uma propaganda bem feita de tudo que possui o Estado, divulgando dados referentes a sua economia, o seu comércio, a sua indústria, a sua agricultura, a sua pecuária, o seus pontos de turismo e de tudo, enfim que possa constituir atrativo e despertar interesse na metrópole (*Jornal do Comércio*, 29/09/1941, p. 4).

No tocante a isso, percebemos uma construção cultural acerca do que pensar de Mato Grosso, ou seja, a construção de uma identidade mato-grossense que colaborava com uma doutrina política de integração nacional. Afinal, a idéia de enaltecimento dos potenciais econômicos, políticos e culturais de Mato Grosso o colocaria na dinâmica de progresso, uma das finalidades da política *Marcha para Oeste*.

A partir daí, notamos outro tipo de propaganda que, de forma recorrente, se encontrava na imprensa campograndense, principalmente depois de 1940. Os periódicos e o poder público do antigo Estado de Mato Grosso investiram em tentativas de se extinguir o “estigma de barbárie” que a região carregava perante as outras regiões brasileiras. Assim como intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHMT), criado em 1919, a imprensa campograndense buscou por fim ao estereótipo negativo que o Estado carregava. De acordo com Zorzato (2000, p. 421) essas imagens eram veiculadas por viajantes, militares e comerciantes vindos principalmente dos mais importantes centros econômicos do país e também do exterior. Esses aspectos difamavam a região perante os outros quadrantes do Brasil, o que provocou uma reação das elites mato-grossenses. A partir daí, os grupos locais procuraram construir uma nova identidade tanto dos habitantes locais, como também de Mato Grosso. Ao estudar a identidade mato-grossense Zorzato afirma que as representações negativas associaram os mato-grossenses a um povo *sanguinário, vingativo, preguiçoso e ignorante* (ZORZATO, 2000, p. 421). No tocante ao Estado de Mato Grosso, esse era colocado como *atrasado, incivilizado e selvagem*. Com a finalidade de desmistificar essas representações do Estado, nas páginas da imprensa aqui estudada, os mato-grossenses passam a ser apresentados como os “civilizadores do sertão”, enquanto sua região era colocada como um local que colaborava para a modernização econômica do país.

A exemplo, temos o jornal *O Progressista* que representou a região como industrializada, assim como os grandes centros do sudeste do país. Através do artigo cuja manchete anunciou “A indústria mato-grossense é um fato”, o periódico procurou inserir Mato Grosso no discurso de modernização que se irradiava pelo Brasil (*O Progressista*, 30/01/1940, p. 4). Nesse artigo, o jornal criticou a literatura que colocava o país como sendo essencialmente agrícola e demonstrava que os mato-grossenses estavam lutando junto com as outras regiões para a industrialização atingir seu apogeu. A cidade de Campo Grande é veiculada pela imprensa como aquela que estava à frente desse processo, como cita *O Progressista*, ela é lembrada como *a cidade oficina, a cidade trabalho*. As demais cidades são referendadas como aquelas que seguem seu exemplo: “as demais cidades tomaram-se justa emulação e estão seguindo as pegadas luminosas da cidade modelo” (*O*

Progressista, 30/01/1940 p. 4). A exaltação de Campo Grande se fez muito presente no periódico *O Progressista* já que era dirigido por Vespasiano Martins, líder político local de grande representatividade. Em linhas gerais, a propaganda que apresentou um perfil positivo do Estado de Mato Grosso estava inserido num momento em que vários investidores estavam sendo atraídos para a região.

O tipo de propaganda tratada acima possui nítida dimensão política à medida que ela era proposta por aqueles que estavam ligados a esfera de poder, pois o território por esses administrados não poderia ser representado como “atrasado”. A somar, notamos que a propaganda política durante a Era Vargas foi essencial para produzir e para difundir a concepção de mundo dos dirigentes do Estado brasileiro para o conjunto da sociedade (VELLOSO, 1982, p. 72). As construções de identidades mato-grossenses já foram trabalhadas por grupos locais antes da ascensão de Vargas no governo federal. O que acontece é um respaldo perante os governantes de todas as esferas em criar um perfil do Estado para materializar seus interesses. Assim, a identidade mato-grossense passa a ser trabalhada numa linha que se relaciona com um objetivo do governo federal, de integrar e, no caso do poder e da “elite de mando” do sul de Mato Grosso de desvincular possível relação com o norte, como afirma Queiroz (2005, p. 4). Notamos que os meios de comunicação analisados atuaram com muita ênfase, publicando textos com anúncios chamativos, como *Finalmente o Estado Novo alcança a Metrópole do Oeste*, se referindo a Campo Grande como um pólo de desenvolvimento (*Jornal do Comércio*, 24/09/1941, p.1). Enfim, os meios de comunicação mato-grossenses, no nosso caso os impressos *O Progressista* e *Jornal do Comércio*, encontraram um campo fértil para os ideais de progresso varguista e para suas intenções de promover a propaganda do Estado, a fim de construir uma identidade que desse respaldo político a grupos locais.

Tivemos aí a história dos discursos de algum modo “sistematizados” sobre o imaginário social, tendo a propaganda como instrumento que procurou manipular interesses e garantir certa eficácia. Isso devido à propaganda política ser um meio que busca exaltar as sensibilidades dos leitores, se apresentando através dos meios de comunicação como um mecanismo de poder. No entanto, seria errôneo afirmar que houve uma opinião única, ou seja, consoante ao discurso do governo e da imprensa com inspiração nas concepções fascistas. Como afirma Capelato, é importante ressaltar que houve divergências “mesmo entre os ideólogos do regime quanto a aceitação do nazi- fascismo como modelo de organização da sociedade e do Estado” (1998, p.169). Podemos concluir que a imagem de uma sociedade harmônica e homogênea propagada pelo regime e seu líder não se sustenta a uma análise mais cuidadosa, não houve a propalada adesão única.

Como já apontamos, o governo de Vargas se inspirou nos aspectos delineados pelos regimes de caráter totalitário, tanto para fins de controle social como para a sua legitimação no poder. No que se refere ao controle social, ocorreu investimento significativo pelo governo, já que se temia a possibilidade de levante popular na região sudeste brasileira, que poderia originar manifestações em função de conjuntura identificada como um entrave social. No caso, esse entrave consistia no grande número de indivíduos desempregados que geravam um

[...] desconforto nos governantes dos grandes centros urbanos, como São Paulo, pois eles acreditavam num possível levante popular se houvesse o contato dos sem-trabalho com os trabalhadores da indústria” (OLIVEIRA, 1999, p. 160).

Além disso, a tentativa de controlar o imaginário social era uma maneira de bloquear o surgimento de opinião contrária ao regime, já que antes da Revolução de 1930, houve um fortalecimento do movimento operário e junto a ele do movimento de esquerda. O fim da Aliança Nacional Libertadora (ANL) marca o enfraquecimento dos sindicatos liderados pelos membros da esquerda, representados pelo Partido Comunista (PC). A partir daí, a questão social passa a ser vista como uma questão de segurança nacional. Os comunistas passam a ser duramente perseguidos a partir de 1935, a fim de eliminar a possibilidade de que surgisse qualquer voz discordante ao regime, o que não ocorreu efetivamente¹⁸. É nesse sentido que se fortalece uma propaganda a fim de apresentar uma sociedade harmônica e desinteressada nos conflitos de classes, efetivando-se durante o Estado Novo¹⁹.

Como vimos, a questão da propaganda está ligada ao que conhecemos por *imaginário social*. Segundo Bronislaw Bazcko (1985, p. 303), tal categoria se refere ao “lugar de expressão das expectativas e aspirações populares latentes, onde ocorre também as lutas e conflitos entre o povo dominado e as forças que o oprimem”. A imprensa campograndense encontrou nesse *lugar de expressão* um espaço chamativo para veicular as suas representações acerca da sociedade, Estado e governo. Dessa forma, os meios de comunicação se portavam como os guardiães da ordem, vendo no imaginário um local de respaldo político.

¹⁸ A respeito do movimento de esquerda no Brasil e a questão do trabalhador trataremos melhor no capítulo 3.

¹⁹ Entendemos o conceito de classe a partir de Thompson. O autor entende classe por um fenômeno histórico. De acordo com ele, não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico. (THOMPSON, E. P., *A formação da classe operária inglesa*, p. 12).

O governo varguista investiu fortemente naquilo que definimos como imaginário. Em linhas gerais, Bazcko afirma que o poder carismático encontrou um campo fértil nos imaginários sociais, sobretudo fazendo uso da propaganda política (BACZKO, 1985, p. 307):

[...] mediante a propaganda moderna, a informação estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação, contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente activa, através da qual se exerce o poder simbólico (Ellul 1962; Domenach 1954; Scharamm e Roberts 1965 apud BACZKO, 1985:314).

Conforme a citação delineada acima, podemos afirmar que “o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva” (BAZCKO, 1985, p. 309). A partir dessa definição, consideramos que, enquanto Vargas esteve no poder, a imprensa procurou atuar como uma intermediadora desse processo de regulação da vida social dos agentes, sendo a guardiã e gestora que veiculou representações conforme os interesses do regime. Essa atuação da imprensa se dá a partir do momento em que ela se propõe a significar um estatuto e uma posição diante o contexto em que atua, elaborando representações. Ao construí-las, o jornal impresso procura se perpetuar no espaço que conhecemos por imaginário social. Isso ocorreria, se suas percepções do social, ou seja, as representações fossem reconhecidas pelos seus leitores.

Ao analisar os impressos, notamos a atenção dada às comemorações tidas como oficiais. As festas cívicas, com o advento do Estado Novo penetram também o universo da imaginação social. Os impressos sofrendo grande influência dos órgãos de propaganda, DIP e DEIP, passam a dar uma atenção às festividades.

2.3. Comemorações oficiais e a imprensa

Durante o Estado Novo, realizou-se certa aproximação entre o líder carismático Getúlio Vargas e a população brasileira. Para tanto, elegem-se algumas datas que deveriam ser lembradas, das quais destacam-se: o dia de implantação do Estado Novo (10 de novembro); Dia do Trabalho (1º de maio); o Dia da Independência (7 de setembro) e o aniversário do Presidente Getúlio Vargas (19 de abril)²⁰. O governo estadonovista passa então a trabalhar intensificamente nessas datas, tornando-as grandes espetáculos festivos, quando os símbolos e imagens do regime e de seu líder são usados exhaustivamente. A partir disso, são realizadas cerimônias públicas a fim de legitimar os

²⁰ Outras comemorações como o Dia da Raça, 30 de Abril e o Dia da Independência do Brasil também foram lembrados pelo período getulista estudado, mas nos limitaremos naqueles mencionados anteriormente, já que mereceram grande destaque pela imprensa mato-grossense.

atos do governo, em tons afetivos e paternais. Tais acontecimentos ganham grande repercussão e participação popular, onde as emoções tendem a se exacerbar nos espetáculos festivos organizados pelas lideranças que estão no poder. CAPELATO, 1998: 37). Nas políticas de massas, as potencialidades dramáticas são mais fortes e o mito de unidade ligado à imagem do líder torna o cenário da teatralização especialmente adequado ao convencimento (CAPELATO, 1998: 37). Nesse contexto, os meios de comunicação surgem como portadores da palavra oficial, colaborando com a grandiosidade das comemorações. Conforme tal afirmação, os jornais estudados atuam como se participassem do tom festivo, relatando os *ecos* das festividades em Campo Grande, cidade onde foram editados.

Notamos que o *Jornal do Comércio*, já em 1933, dá ênfase às comemorações. Embora, durante o Estado Novo o governo varguista as envolvia numa roupagem mais eloquente, pois percebeu a importância simbólica do olhar diferenciado dado a elas. A ênfase recai principalmente no ato da mobilização popular, ao veicular textos significativos relacionados a cada festividade, além de anunciar os feitos do governo. O culto às comemorações está associado às estratégias das autoridades governistas em prol da disciplinarização do homem brasileiro. Foi nesse contexto que as comemorações oficiais foram usadas pelos impressos como tradicionais, ao transformar os textos jornalísticos em veículos de cargas de afetividade, entre um líder carismático, o Presidente Getúlio Vargas, e a população brasileira. Algumas comemorações, como a do Dia do Trabalho, tratavam de momentos onde o líder anunciava a “doação” da legislação social, muitas vezes ovacionada pelo público de trabalhadores que assistiam às falas do líder e de seus apoiadores.

2.3.1 O aniversário natalício de Getúlio Vargas – 19 de abril

Em primeiro lugar, iremos discorrer acerca do aniversário natalício do Presidente Getúlio Vargas, cuja comemoração mobilizava os mais diversos grupos em clubes, agremiações, praças, estádios entre outros. De forma geral, os periódicos aqui analisados mostravam que a comemoração tinha ocorrido sob a mais perfeita ordem e de forma grandiosa nos mais diversos quadrantes do Brasil, conforme o próprio título de um dos artigos que discorrem a respeito da data: “*O Presidente Getúlio Vargas e as entusiásticas homenagens do Brasil.*” (*Jornal do Comércio*, 19/04/1940, p.1). De fato, apesar do título do texto indicar que tratará a respeito de como foram as homenagens ao Presidente nas várias regiões do Brasil, o artigo pretende exaltar o regime estadonovista e seu principal dirigente:

O Estado Novo é um monumento que se impõe à face do Brasil, atestando e proclamando a capacidade admirável de um grande administrador. E pelo Estado Novo, pelo monumento gigantesco que constitui o orgulho do Brasil presente e a esperança cintilante do Brasil futuro, que o País se inclina agradecido diante do Presidente Getúlio Vargas, no dia privilegiado que assinala o seu nascimento, de que tanto tempo brotaram para a nacionalidade (*Jornal do Comércio*, 19/04/1940, p.1).

O artigo enaltece Vargas como único capaz pela administração do Estado Novo. O regime é colocado pelo *Jornal do Comércio* como uma forma de governo memorável, a ser recordado no futuro com orgulho, pretendendo perdurá-lo. Ao concebê-lo como monumento, concordamos com o que Le Goff discutiu acerca da origem filológica do termo:

[...] monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só uma parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1990, pág. 536).

Sobretudo Le Goff discute monumento como aquilo que é imortalizado por alguém ou algum grupo. Nesse caso, compreendemos que o impresso e todos aqueles que influenciaram as suas publicações, como o DIP, pretendiam eternizar o Estado Novo, representando-o como um regime que seria capaz de resolver todos os problemas dos brasileiros. De acordo com a visão do impresso, a imagem de Vargas como dirigente desse regime estaria, ao mesmo tempo, imortalizada.

O culto ao sistema de governo e ao seu dirigente foi recorrente nos impressos, por meio da propagação de emotividade, a partir da menção da esperança. A exaltação de Vargas se fazia a partir de diversas práticas, como a instalação de fotografias do governante nas sedes de sindicatos, os patronais ou de empregados. A apelação às imagens, sejam elas fotográficas ou discursivas, foi utilizada de forma intensa principalmente com o objetivo de veicular uma representação de uma nação harmoniosamente orgânica, sem conflitos sociais. A aproximação entre o dirigente do Estado e a população, fenômeno original do período, é objetivada nesses discursos gerando um efeito de mobilização durante as festividades. De toda a forma, os textos dos periódicos se mostram conclamativos para incitar todas as classes, grupos e indivíduos para colaborarem com o desenvolvimento econômico da nação e legitimar a política de quem estava no poder.

As manifestações públicas surgem como o maior exemplo de procurar enfraquecer as veiculações de idéias contrárias. No caso dos escolares, de acordo com D'Araújo, foi decretada a participação obrigatória de todo o estudante nesses eventos, tanto os promovidos na localidade,

quanto os dias de festas nacionais, recomendados pelo Departamento de Educação (D'ARAÚJO, 2000:15). Do mesmo modo, os sindicatos trabalhistas eram convocados a participar de tais festividades, principalmente no caso do Dia do Trabalho (1º. de maio). Dessa forma, o governo procurava mostrar um Brasil uno, voltado para as causas patrióticas. Assim, os meios de comunicação e a máquina de propaganda colaboraram para a veiculação da idéia dessa comunidade harmoniosa, assim o *Jornal do Comércio* e *O Progressista* não foram exceções.

A imprensa aqui analisada mostrava o calendário festivo de Campo Grande na comemoração do aniversário natalício de Vargas, durante o Estado Novo. Em tal cidade, as escolas contavam com números musicais, recitativos, discursos, desfiles, interpretações teatrais. Já no que se refere aos sindicatos trabalhistas de Mato Grosso, esses geralmente se reuniam em salões, onde se exaltava o líder nacional. Além disso, as festividades contavam com um momento onde se materializava a idéia de “doação das benesses sociais” do governo federal, representado por Vargas, ao povo.

Assim, nesse contexto, as notícias das festividades do aniversário de Vargas, comemoradas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo, chegaram a todo vapor no Estado de Mato Grosso através da imprensa escrita. Nos periódicos, a comemoração do aniversário natalício de Vargas, além de fortalecer mais uma vez a imagem do Presidente aparece como um exemplo de colaboração entre os mais diversos grupos sociais de Campo Grande. De acordo com o *Jornal do Comércio*, no ano de 1940, a festividade oficial ocorrera sob a mais perfeita ordem e contava com o discurso das mais diversas instâncias da sociedade campograndense. O impresso procurou enfatizar que o momento festivo contava com representantes dos mais diversos segmentos, reunidos em um só evento, quais sejam: o Prefeito Municipal, representante dos Sindicatos Trabalhistas, representantes da imprensa, inclusive do próprio periódico, e representante da Ordem dos Advogados do Brasil (*Jornal do Comércio*, 20/04/1940, p.1). Dessa forma, fica evidente a intenção de veicular a imagem de uma sociedade harmônica, sem conflitos sociais, tentando acobertar os que existiam, como veremos no próximo capítulo. Em primeiro lugar, a intenção seria a de promover a identificação da classe trabalhadora com o governo federal. O discurso do representante dos sindicatos, Luiz Alexandre, aparece mostrando, entre outras questões, a satisfação dos trabalhadores perante a atenção do Estado a essa categoria:

Em pinceladas gritantes de vida e expressão pintou o panorama do Brasil de outrora e do Brasil de hoje, mostrando, no contraste eloqüente dos fatos, uma grandeza sem par de uma administração de ordem trabalho e inteligência que abraçou a realidade total do País,

começando pelo magno problema da valorização do elemento humano (*Jornal do Comércio* 20/04/1940, p.1).

Essa passagem veiculada pelo *Jornal do Comércio* mostra a atenção que o elemento humano passou a representar no movimento pós 1930. Vargas conseguiu grande apoio das camadas populares por voltar-se juridicamente para esses setores, através da legislação trabalhista. Inclusive, essas festividades oficiais era a ocasião oportuna na busca de atingir o imaginário de grande parte da população, ao divulgar os feitos do governo varguista para denegrir a imagem dos governos anteriores. Até então, as questões sociais, ou seja, os problemas que giravam em torno da pobreza e do trabalho, estavam marginalizados. Quando Vargas e seus correligionários assumem o poder, as referidas questões passaram a ser tratadas como uma questão política. Essa maneira como Vargas tratou a pobreza, e com isso o elemento humano, foi tida como revolucionária por Gomes, pois tivera pela primeira vez na história republicana uma atenção política do Estado por meio de leis sociais (GOMES, 2005, p. 97). “Se a legislação social não era um meio de acabar com a pobreza, era um expediente necessário que, associado a outras medidas, poderia dar ao trabalhador uma situação mais humana e cristã” (GOMES, 2005:98). Enfim, as classes populares deixaram de ser uma “questão de polícia”, como nos períodos anteriores, e passaram a ser “uma causa do Estado”.

A partir daí, durante o Estado Novo, as publicações passaram a enfatizar tal tratamento diferenciado dado às massas, respaldando Vargas como o onisciente e onipresente. Durante a ditadura, ele passa a ser pensado como o único capaz de resolver os problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil e as comemorações são espaços onde essa imagem de unicidade de Vargas é trabalhada. Ao mesmo tempo em que ele é colocado como superior, passa a ser intitulado como acessível. A esse respeito, o jornal *O Progressista*, em 1941, fez uso de uma página inteira para homenagear Vargas na sua data natalícia. Em torno da fotografia oficial de Vargas, o impresso utiliza a data de 19 de abril para colocá-lo como um estadista moderno, capaz de tratar das mais difíceis crises pelas quais passou o Brasil. No entanto, numa passagem do texto fala implicitamente do uso da força utilizado pelo governante em algumas ocasiões, não mencionadas:

Surgindo de um movimento revolucionário de excepcionais proporções, galgando por isso mesmo o Governo revestido de poderes amplos e discricionários, jamais fez uso indevido de sua formidável força, antes a tem empregado sempre com admirável moderação e estritamente nas horas necessárias (*O Progressista* 19/04/1941, p.1).

O trecho citado reconhece o poder do governo Vargas como discricionário, ou seja, o classificou como livre de condições, ilimitado, além de declarar como válido o uso da força em determinadas situações. As publicações referentes às comemorações procuravam não colocar os chamados *perigos* em evidência, para não contradizer tal imagem harmônica tão propalada. Os fatos referentes à presença de integralistas em Campo Grande, a existência de prisioneiros de guerra, a censura na imprensa, o anti-semitismo etc, são alguns temas que a imprensa não divulgou nas edições referentes à comemorações. No caso do dia 19 de abril, aniversário de Vargas, o texto comemorativo foi reservado para desenhar um perfil agradável do presidente. Assim, os periódicos procuraram participar desse movimento de construção do mito getulista, visto que não era interesse de um órgão cujo proprietário ocupava o cargo de prefeito contrariar os anseios do governo federal, no caso do periódico *O Progressista*.

As tentativas de se formar uma imagem positiva de Vargas não ocorreu a partir do Estado Novo. Com a criação do Departamento Oficial de Publicidade em 1931, incentivou-se a criação de canções populares que elevaram a imagem de Vargas, como a canção “GeGê (seu Getúlio)” (FAUSTO, 2006, p. 115). Em um momento posterior criou-se outros órgãos com a mesma função de propaganda do líder e de seu governo, mas nada comparado ao “arcabouço institucional criado no curso do Estado Novo” (FAUSTO, 2006, p. 116). O aparelho de propaganda centralizado na estrutura do DIP, influenciou os poetas mato-grossenses do período. O artigo do impresso *O Progressista* (21/04/1942, p.4) que descreve a comemoração cívica do aniversário natalício de Getúlio Vargas de 1942, fez referência ao poema “Getúlio Vargas. A poesia foi declamada pela aluna Doroti Lopes de Azambuja, da 3ª. série da Escola Nossa Senhora Auxiliadora de Campo Grande. O autor da poesia trata-se de Otávio Cunha Cavalcanti, citado também na publicação, o qual pertenceu ao Centro Mato-Grossense de Letras em 1921. Houve também outras explanações durante a comemoração cívica, onde alunas discorreram sobre a “figura ilustre” do presidente, homenagearam com diálogos, cantaram o hino nacional, tudo ante a fotografia oficial de Getúlio. A presença da juventude durante a festa natalícia só não foi tão mencionada na imprensa campograndense comparada às publicações referentes ao Dia da Independência (7 de setembro).

2.3.2. O aniversário do Estado Novo - 10 de novembro

O aniversário do regime denominado Estado Novo, iniciado a 10 de novembro de 1937, foi marcado no país inteiro por cerimônias e inaugurações. Dessa maneira, se salientava a idéia de um

“novo Brasil”, possível somente com a intervenção do Estado na economia. Para objetivar a idéia de “novo”, são as inaugurações que ocupavam posição de destaque nas comemorações. Os periódicos marcavam essa data com inúmeros artigos que voltavam a sua atenção para a materialização do desenvolvimentismo estadonovista. Assim, os impressos publicavam inúmeras imagens que apontavam as obras do Estado Novo em Mato Grosso, enaltecendo o regime pela sua dedicação ao Estado. Nessas comemorações, no caso do *Jornal do Comércio*, as edições eram compostas por números especiais de 16 páginas, sendo que alguns anos alcançaram até 32 páginas de publicações dedicadas ao regime.

A data comemorativa passa a ser um momento em que diversos representantes do poder político da esfera federal, estadual e municipal passam a dar respaldo às realizações do Estado Novo. Com manchetes chamativas, a imprensa analisada apresenta algumas obras do governo nas diversas localidades espalhadas pelo Brasil. É nesse sentido que o artigo *O decênio do Presidente Getúlio Vargas*, do jornal *O Progressista*, enaltece a liderança política do momento, enumerando as benfeitorias do governo não só em Mato Grosso como também no restante do país:

Portos vão sendo abertos em todos os pontos do litoral que impõe o grande comércio; estradas de ferro vão integrando pontos remotos aos centros vitais do país; rodovias se abrem por toda parte unindo zonas longínquas e unificando o país; organizam-se e preparam-se o exército e a marinha continuamente (*O Progressista*, 10/11/1940, p.1).

A comemoração do Dez de Novembro abarcava, sobretudo, essas inaugurações. O jornal *O Progressista* cedeu espaço para a veiculação de textos referentes às comemorações, embora em número menor comparado ao *Jornal do Comércio*. Embora, quando *O Progressista* reservou espaço para fazê-lo, exerceu o papel da propaganda no local concedido. Percebemos que o periódico estava preocupado em divulgar o desenvolvimento de Campo Grande, a partir do ideário de progresso, o que seria conveniente para o proprietário do jornal, político atrelado as causas campograndenses. Além disso, como mencionado no Capítulo 1, em tempos anteriores, o Diretor- Presidente Vespasiano Martins foi considerado inimigo político do Governo Provisório de Vargas.

Como foi mencionado, o *Jornal do Comércio* reservou grandes espaços para a comemoração do aniversário do Estado Novo. No entanto, isso ocorreu mais no ano de 1941, com sua edição especial de 16 páginas. Isso não quer dizer que em outras oportunidades o periódico deixou de promover a veiculação dos elementos doutrinários do regime, como foi o caso em algumas edições que faziam referência ao aniversário de existência do impresso. A exemplo disso, a edição especial

de 13 de abril de 1943, com 36 páginas, lançada em comemoração aos de 22 dois anos de existência do periódico mencionou os empreendimentos efetuados pelo governo federal no período, falou da importância da propaganda e entrevistou Arquimedes Lima, diretor do DEIP mato-grossense. Assim, não deixou de lado a questão da propaganda política do Estado de Mato Grosso e da veiculação da doutrina varguista. Como citado, o ano de 1941 é aquele em que as páginas do periódico destacam as realizações do Estado Novo, sempre relacionando-as com o contexto mato-grossense. Em inúmeras imagens onde aparecem as obras do Ramal Ferroviário de Campo Grande a Ponta Porã, nota-se, entre o texto do jornal e o que as fotografias procuram demonstrar, certo tom inédito e de dinamicidade, como demonstra a passagem que afirma: “a vida trepidante e vertiginosa dos tempos modernos, com suas exigências sempre crescentes, criou para os dirigentes das nações um ambiente novo” (*Jornal do Comércio*, 10/11/1941, p.4). Com isso, procura-se materializar a idéia de uma fase “nova”, nacionalista, que se vivia no Brasil dos anos de 1930 e 1940, onde parecia que as regiões distantes dos centros econômicos do sudeste estavam estritamente ligadas.

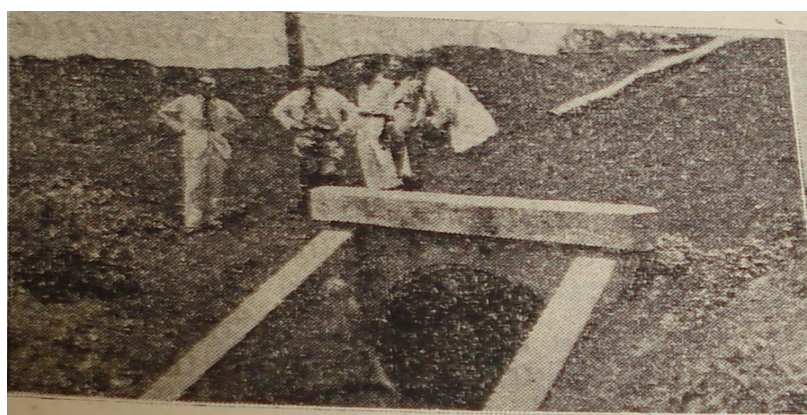


Fig. 1 Visita do Presidente Getúlio Vargas às obras do Ramal de Ponta Porã.
(*Jornal do Comércio*, 11/10/1941, p.4)

A partir das fotografias publicadas ao longo da data comemorativa, notamos os fins políticos nas páginas dos impressos, cuja publicação consistiu em justificar as obras empregadas como benesses realizadas pelo governo federal em parceria com a administração local. As fotografias publicadas durante a data comemorativa de instalação do Estado Novo são colocadas para o leitor como um fator testemunhal. Além disso, transmitem um caráter material comprobatório das políticas empregadas pela política varguista de desenvolvimento do território mato-grossenses. Boris Kossoy menciona que o uso e descoberta da fotografia propiciou também esse aspecto já que apareceria como uma espécie de “documentação e denúncia graças a sua natureza testemunhal (sua

condição técnica de registro preciso do aparente e das aparências)”(KOSSOY, 2001, p. 27). Tais afirmações encontram-se condizentes com as intenções do *Jornal do Comércio* nesse momento, ao tentar direcionar o leitor uma espécie de “versão de verdade e infalibilidade” da política nacional empregada na região, “denunciando” através das imagens um retrato da “verdade” oficial. Diante desse uso da fotografia cito novamente Kossoy, o qual, nesse caso, coloca a fotografia como uma arma temível, passível de toda sorte de manipulações, na medida que os leitores a vêem apenas, a “expressão da verdade”, posto que resultante da “imparcialidade” da objetiva fotográfica (KOSSOY, 2001, p 27).

A edição de 1941 do impresso *Jornal do Comércio* referente ao aniversário do Estado Novo foi a que mais se dedicou em reservar suas páginas à comemoração do regime. Em suma, ela não descreve como foi a festividade em Mato-Grosso, trata, em sua maior parte, em falar das obras desse ramal ferroviário, com as respectivas fotografias da visita de Getúlio Vargas inspecionando o local de obras. O poder das fotografias publicadas, ao que tudo indica, procura levar o leitor a atribuir tais realizações ao regime estadonovista.



Fig.2: Presidente Getúlio Vargas visita obras do Ramal de Ponta Porá da Ferrovia Noroeste do Brasil. (*Jornal do Comércio*, 10/11/1941, p.2)

Observa-se, a partir da análise dos artigos e suas fotografias, a intenção do impresso em propagar um discurso onde Vargas apareceu como centralizador. Isso devido à publicação de várias imagens, onde o presidente verificava pessoalmente as grandes obras investidas pelo seu governo, o

que concede a realização desses empreendimentos ao presidente e à sua política. Tendo como *aliada* a imprensa, viu o momento oportuno para demonstrar essa idéia de materialização dos planos do Estado Novo, durante a comemoração oficial do regime. Nesse caso, a imprensa analisada investiu na difusão de imagens como uma maneira mais fácil de Vargas chegar até seu público, legitimando a representação de um líder carismático. Além disso, os impressos mato-grossenses buscaram concretizar a idéia de eficiência do regime estadonovista.

O uso da fotografia na edição do *Jornal do Comércio* de 10 de novembro de 1941 não se deu de forma ingênua. A página 4 contava com 9 fotografias, sobre as obras do Ramal de Ponta Porã, sendo todas essas imagens envoltas de um texto que enumerava as construções em andamento. Tais construções se referem desde a estrada de rodagem de ligação até a elaboração de caixas d'água que compunham toda a estrutura do Ramal. Ao publicar juntamente fotografias, junto aos textos, é válido mencionar que a fotografia atua na representação dos eventos, contribuindo para formar opinião sobre determinado assunto (LAVARDA, 2009:14). Ao estruturar a publicação dessa forma, entendemos que a idéia do periódico seria a de legitimar a proposta do Estado Novo, de criar um país “novo”. Nesse caso, para os estudiosos em História, podemos entender que as fotografias aqui citadas, atuam como fontes pretensiosas e não podem ser interpretadas ingenuamente.

A respeito do Ramal de Ponta Porã, o jornal estampa a imagem do Major Américo Amarinho Lutz, diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (E.F.NOBS) e do General Mendonça Lima, Ministro da Viação e Obras Públicas.



Fig. 3: Major Dr. Américo Marinho Lutz(diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e General Mendonça Lima (Ministro da Aviação e Obras Públicas) (*Jornal do Comércio*, 10/11/1941,p.3)

O *Jornal do Comércio* tinha a prática costumeira de publicar as fotografias de políticos e representantes de órgão que julgava importante para a realidade mato-grossense. No contexto do regime estadonovista da Era Vargas, ao enumerar esses e outros nomes responsáveis pelas obras da ferrovia, o periódico visava veicular a imagem desenvolvimentista e patriótica desses indivíduos que vão de engenheiros ao diretor da E.F.NOB. Além de dar ênfase a tais obras, o jornal procurou também demonstrar a preocupação do “Chefe da Nação” em verificar os dados do recenseamento realizado naquele ano, onde Vargas aparece rodeado dos responsáveis pelo levantamento em Mato Grosso.



Fig.4 Presidente Getúlio Vargas conferindo dados do recenseamento (1941) em Mato Grosso (*Jornal do Comércio* 10/11/1941, p.1)

Através dessa estratégia, verifica-se a idéia de transmitir uma mensagem aos leitores, onde a cooperação entre os diversos segmentos da sociedade estava voltada para a construção do Brasil novo, indiferente às divergências políticas regionalistas, ou seja, um país UNO.

Nas publicações que tratavam não só da comemoração do Estado Novo, notamos a prática corriqueira de inserir Mato-Grosso no panorama desenvolvimentista. Tal questão ocorreu devido ao momento histórico vivido pela elite do sul desse Estado. Esse foi o momento onde uma *elite condutora* estabeleceu-se como liderança política no sul da região mato-grossense, que fazia oposição à elite cuiabana (AMARILHA, 2006, p. 53). Com isso, o *Jornal do Comércio*, que tinha como diretor um membro da elite intelectual campograndense, de certa forma viu uma oportunidade de promover a região como moderna, em conformidade com as mudanças que se passavam no restante do país. Para tanto, na maioria das vezes a imprensa aqui trabalhada obscureceu as dificuldades pelas quais passavam o Estado, embora antes de 1937 elas fossem publicadas com maior frequência nos periódicos.

2.3.3. Dia do Trabalho – O 1º de Maio

No tocante à comemoração do 1º. de Maio, teve origem em 1884, quando no Congresso de Federação do Trabalho, reunido em Chicago, os trabalhadores promovem uma paralisação em 1º. de Maio em prol da diminuição da jornada de trabalho, visando a implementação de 8 horas de trabalho por dia. Como o pedido não fora atendido de imediato, a paralisação, juntamente com uma manifestação, se estendeu até o dia 4 do mesmo mês, quando vários trabalhadores foram atingidos por uma bomba. Nesse período líderes são perseguidos e a data de 1º. de Maio de início marca um dia para preservar a memória da luta da classe trabalhadora, oficializada no segundo Congresso da Segunda Internacional, realizado de 16 a 23 de setembro de 1891, em Bruxelas.

No caso do Brasil, as comemorações do 1º. de maio não contavam com uma grande mobilização do público trabalhador até mesmo no eixo Rio de Janeiro- São Paulo. No entanto, a data era lembrada pelos trabalhadores, que antes do golpe de 1930 se organizavam em torno das concepções socialistas e anarquistas, essa última influenciada pelos italianos. Contudo, com as rédeas do sindicalismo nas mãos do Estado, nos moldes corporativistas, o governo varguista a trata como uma festividade oficial do Estado Novo²¹. No sudeste brasileiro, o primeiro Dia do Trabalho comemorado foi em 1938, quando o presidente Getúlio Vargas discursou no palácio da Guanabara, Rio de Janeiro, e enfatizou o teor da festividade.

No ano seguinte, a fim de mobilizar uma grande parcela da população, a data passou a ser comemorada nos grandes centros do país como um verdadeiro espetáculo festivo. A celebração que contou com a participação de Getúlio Vargas ocorreu no maior estádio de futebol da época, o do Vasco da Gama, onde o presidente discursou entre diversos grupos de sindicatos e estudantes, de uma maneira coloquial (FAUSTO, 2006, p. 127).

Da mesma maneira que nas comemorações que envolviam centros como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, os impressos mato-grossenses deram grande ênfase à temática que envolve o Dia do Trabalho. A comemoração passou a ser entendida como um dia de afirmações pacíficas, de confraternização nacional entre todos os indivíduos de uma nação, fazendo-se acreditar que não

²¹ Sobre o corporativismo do Estado brasileiro da Era Vargas a organização dos trabalhadores e a visão da imprensa a respeito disso trataremos no Capítulo 3.

havia divergência entre as classes e que a divisão da sociedade em grupos de exploradores e explorados não existia.

O Sindicato dos Operários da Construção Civil desta cidade, festejou ante-ontem a data gloriosa de 1 de Maio. A solenidade cívica revestiu-se de um cunho altamente significativo. Presidiu-a o Sr. Dr. Governador da cidade, que abriu a sessão com palavras alusivas a data. Falaram ainda sobre o mesmo motivo o Sr. Presidente do Sindicato, um operário, o representante do Sr. Comandante da Região e o Sr. Juvenílio Aldes de Melo, encarregado da Secção de Fiscalização das leis trabalhistas desta cidade e representante do Sr. Inspetor Regional do Trabalho, pelo qual foi transmitida a alviçareira notícia de que o Chefe da Nação assinara a lei do Salário Mínimo, sendo as suas palavras recebidas com palmas e vivas ao Chefe da Nação e demais autoridades representativas do País. As festividades se prolongaram, com grande afluência dos operários, ao local onde foi servido churrasco a vontade, tudo dentro de uma ambiente de alegria sem par (*Jornal do Comércio*, 06/05/1940,p.1).

Há uma recorrência na alusão das emoções nessas festividades expressas pelo discurso do jornal, utilizando mais uma vez a imagem de uma sociedade harmônica, como forma de cooperação entre as classes, evidenciando ao tratar disso a exaltação de sensibilidades, provocando paixões, como diz Capelato:

As emoções tendem a se exarcebar nos espetáculos festivos organizados pelo poder [...] Nas políticas de massa as potencialidades dramáticas são mais forte e o mito da unidade ligando a imagem do líder torna o cenário da teatralização adequado ao convencimento (CAPELATO, 1998, p. 37).

Notamos no discurso do periódico, a presença de um tom apelativo, através de um poder simbólico²² que procurava dominar as consciências, com uma finalidade de controlar os leitores. Esse fator foi similar com o tom empregado por Vargas nos seus pronunciamentos. Geralmente, o discurso do líder nacional nas comemorações que participava se iniciava com a expressão “Trabalhadores do Brasil”, uma forma de convocação das massas operárias para promoverem o desenvolvimento nacional. As leis trabalhistas eram anunciadas durante essas festividades e mostravam-se como um presente para os “homenageados do dia”. A partir desse discurso, houve tentativas em estabelecer uma relação de reciprocidade entre trabalhadores e governo, por meio do “mito da doação”, cujo fim último era estabelecer a paz social.

²² Entende-se essa variante de poder como aquele “poder invisível, que pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2007, p.8).

A comemoração do Dia do Trabalho pode contar com a importante atuação do Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho. Esse exerceu tal função durante o período de janeiro de 1942 a julho de 1945, e executou uma forte atuação na tentativa de doutrinação dos trabalhadores em torno do ideário do trabalho. O seu programa de rádio *Falando aos trabalhadores brasileiros* era transmitido semanalmente dentro do programa a *Hora do Brasil*, exercendo o papel de intermediário entre o Estado e os trabalhadores. De certa forma, foi uma idéia original dentro do território brasileiro, a existência de uma propaganda doutrinária que poderia atingir um público dos cantos mais remotos do país. Como analisa Gomes, as palestras semanais envolviam a legislação social produzida, a história das leis sociais, seu conteúdo e seus pontos polêmicos (GOMES, 2005, p. 214). A autora afirma ainda que essas temáticas eram tratadas em tom pedagógicos e até mesmo de modo paternal. Esses eram alguns dos fatores que foram instrumentos do trabalhismo no Brasil, tendo como materialização, as leis trabalhistas. Dessa forma, ao mesmo tempo em que procurava passar uma imagem de doação das leis trabalhistas, executava o controle ao reprimir qualquer movimento contrário aos interesses do regime.

Como vimos, as comemorações oficiais foram um dos instrumentos de poder utilizado por Vargas e ideólogos²³ do regime estadonovista, como uma forma de mobilizar multidões a favor do trabalho no Brasil. Esse passava a ser relacionado com riqueza e cidadania ao mesmo tempo (GOMES, 1982, p. 151). Enfim, as festividades elencadas como oficiais foram fortes aliadas para o sucesso do trabalhismo no Brasil, pois era um momento de mobilização a fim de compartilhar as doutrinas do governo varguista, especialmente do controle social desses trabalhadores.

A partir das publicações acerca do Dia do Trabalho, notamos a forma como se desejava que a comemoração fosse apreendida: novamente veicula-se a idéia da maneira harmoniosa como os diversos segmentos da sociedade festejaram a data. Além disso, os impressos evidenciaram a difusão de uma forte propaganda política em torno do trabalho. Encontramos nos textos jornalísticos que tratava da data comemorativa, a utilização de um discurso religioso para legitimar a importância do trabalho na sociedade:

O mundo dos homens complemento e coroa do mundo de Deus é obra nossa, fomos nós que construímos no passado, somos nós que o estamos engrandecendo e seremos nós ainda que o ampliaremos no futuro. ECCE OPUS TUUM! Trabalhadores do Brasil! Trabalhadores de todo o Mundo! Estamos diante de uma obra que é nossa, só nossa, exclusivamente nossa (*Jornal do Comércio*, 30/04/1940, p.1).

²³ De acordo com Oliveira os principais ideólogos do regime eram Azevedo Amaral, Almir de Andrade, Cassiano Ricardo e Lourival Fontes. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. O pensamento de Azevedo Amaral. In. OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

Nesse discurso envolto de imagens religiosas associadas ao mundo trabalhador, como se esse fosse uma extensão do mundo divino cristão, encontramos uma fala que evoca uma união de todos para marcharem em busca de um desenvolvimento econômico do país. “Ali se encontra o culto do amor à pátria, a fé na prática e no futuro, o apostolado para a pátria, a predestinação do líder, o fim dos antigos intermediários entre o poder e a predestinação do líder” (LENHARO, 1986, p. 194). As palavras em latim “ECCE OPUS TUUM!”, eis a sua obra, destacadas pelo próprio jornal, demonstram que através da linguagem religiosa, poderia angariar adeptos ao varguismo, através do discurso.

Ao falar da utilização de uma linguagem religiosa, nos remetemos à conversão para o domínio público de símbolos e imagens do discurso teológico. Isso resulta num intercâmbio da doutrina do Corpo Místico de Cristo como muito bem discutiu Lenharo em *Sacralização da política*: “A Cabeça do corpo místico e, portanto, a cabeça do corpo social, possui todos os cinco sentidos, ao passo que o resto do corpo apenas possui o tato” (LENHARO, 1986, p. 167). Então, o Corpo Místico seria traduzido para uma linguagem laica como sendo um corpo social, o qual como o corpo humano, garantiria através das articulações o pleno funcionamento dentre os membros. Dessa forma, vemos que através desse discurso, semelhante ao da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, procurou-se mais uma vez difundir a idéia de cooperação entre trabalhadores e patrões. Esses seriam os membros do corpo social que de acordo com a idéia de cooperação funcionariam em plena sincronia.

Assim, no texto do *Jornal do Comércio* mencionado anteriormente, temos a veiculação de um discurso místico ao afirmar que “o mundo dos homens é complemento e coroa do mundo de Deus”. A finalidade disso seria de estabelecer normas de conduta que vinha ao encontro da idéia de tentar evitar ou, ao menos, mascarar os conflitos sociais devido às possíveis insatisfações. A sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade ancorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas (LENHARO, 1986, p. 18). Para tanto, por meio de suas mensagens fortes e marcantes, a propaganda política se apresentou como um terreno propício para a veiculação de mensagens religiosas legitimadoras de fins políticos.

Apesar de tentar desmistificar alguns discursos, não pretendemos caracterizar o Estado Novo como um período estigmatizado como uma fábrica de mitos. Mas buscamos demonstrá-lo

como um fenômeno populista que tinha em seu cerne técnicas persuasivas bem trabalhadas, embora nem sempre eficazes. Podemos mencionar que a sua eficácia não fora plena, já que houve movimentos nos mais diversos cantos do Brasil, como os comunistas e integralistas, que mesmo diante de muita repressão não deixaram de existir. Isso mostra que a propaganda política teve sua força, mas não conseguiu apagar alguns grupos de oposição e nem mesmo obter uma aceitação completa entre os seguidores do regime.

Os textos referentes às comemorações oficiais do regime chamam a atenção pelo tom de apelo emotivo e de convocação da população em prol do desenvolvimento econômico do país. Ao dizer “Trabalhadores do Brasil! Trabalhadores de todo o Mundo! Estamos diante de uma obra que é nossa, só nossa, exclusivamente nossa...”, o periódico assinala uma importante característica de um discurso afinado com o ideal varguista que tinha como objetivo a aproximação entre o presidente e a população. Isso também por reproduzir a expressão falada pelo líder em seus discursos. O uso do pronome possessivo “nossa” é o exemplo mais evidente dessa tentativa de aproximação, mostrando uma relação repleta de símbolos e emotividade. Com isso, lembramos que o simbólico, presente na linguagem ou nas instituições, nesse caso no discurso da imprensa campograndense, é inseparável do mundo social histórico (CAPELATO, 2000, p. 233).

O periódico, ao adotar o chamado “Trabalhadores do Brasil”, estaria associando o poder de seu discurso com o exercido durante as palestras do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, e da mesma forma, com as falas de Getúlio Vargas nas festividades do 1º de Maio, celebradas no estádio Vasco da Gama e, posteriormente, no Pacaembu. Isso devido, a ambos evocarem os trabalhadores através de tal expressão, convocando-os a colaborarem a favor da produção econômica do país.

Apesar desse discurso que procurava demonstrar a sociedade como um todo uno, orgânico, que trabalhava como um corpo unificado em prol do desenvolvimento econômico da nação, notamos que ao mesmo tempo a oposição ao regime, embora mascarada pelo poder de tal discurso, não deixara de existir. Mesmo com toda máquina de propaganda e intelectuais apoiando as políticas do governo, houve resistência ao Estado Novo, seja pelos comunistas, como também pelos integralistas, pois ambos pretendiam chegar ao poder. Notamos que a presença dos comunistas em Campo Grande fizera-se presente no interior dos sindicatos, embora reprimida pelo governo estadonovista, como foi o caso de José Duarte, presidente do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste do Brasil (SILVA, 2005, p. 86).

Em geral, temos o *Jornal do Comércio* que obteve maior empenho em veicular algumas questões em torno da idéia de trabalho e do mito Getúlio Vargas com maior freqüência. A doutrina

varguista de mobilizar a população em proveito do ideário nacionalista também foi uma preocupação do impresso. Já, o jornal *O Progressista* se concentrou na construção do mito Getúlio Vargas e da imagem de Mato Grosso, como uma região engendradora na idéia de progresso. As comemorações oficiais atuaram no sentido de favorecer tais perspectivas e, no caso da comemoração do Dia do Trabalho, articulou usando uma série de artifícios, a favor da questão do trabalho que se tornou uma preocupação do governo varguista.

2.3.4. Dia da Independência do Brasil – 7 de setembro

Se D. Pedro I proclamou, às margens do Ipiranga, a independência política do Brasil, o Presidente Getúlio Vargas, ao fundar o Estado Novo, a 10 de novembro de 1937, proclamou e realizou a efetiva independência econômica da nação.

A epígrafe referente ao texto da folha de rosto do *Jornal do Comércio* de 7 de setembro de 1941 (p.1), ocupou completamente a primeira página do impresso, sem restar espaço para outro tema a ser tratado. O jornal faz questão de veicular um discurso que apresenta o Estado Novo, como o desfecho do processo de independência político-administrativa realizado pelo então imperador D. Pedro I. Enfim, por meio da imprensa buscou-se estabelecer a idéia de que os problemas causados pelo liberalismo do pré 1930, foram resolvidos pelo governo varguista.

Como cita Fausto (2006, p. 127), a idéia de estabilidade do país foi constantemente divulgada pelo próprio Getúlio Vargas, sendo o espaço das festas cívicas um momento apropriado, conforme a doutrina estadonovista.

Antes da Era Vargas, principalmente do Estado Novo, as comemorações de 7 de setembro estavam associadas, de maneira significativa, à grandes paradas militares. A partir de 1934, a festividade tem atenção maior do governo de Vargas, quando o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural realizou uma festividade de maiores proporções no Rio de Janeiro. Esse momento ficou conhecido como *Hora da Independência*, o qual consistia em “demonstrações de esquadrilhas de aviões, cantos orfeônicos e desfiles de estudantes, trabalhadores e associações esportivas e patrióticas” (SANTOS, 2004, p. 97). A festividade contava com vários dias de atividades cívicas próximos a data de 7 de setembro de todo ano. A juventude passou a ser inserida nesse contexto a partir de 1935, devido à preocupação das Forças Armadas e do governo federal. A principal finalidade em inserir a juventude nessa atividade cívica seria a de

despertar o sentimento de pertencimento à nação, criando laços que compromettesse a mocidade nos assuntos da pátria. Nesse momento, percebemos o direcionamento do Exército a assuntos ligados à educação do brasileiro, evidenciando uma ligação entre militares e civis.

O *Jornal do Comércio* em 1935 faz referência à tentativa de sedimentação do sentimento de identidade nacional que o governo Vargas procurou implantar dentre os brasileiros:

O Sete de Setembro é, podemos dizer sem receio de contestação séria, a mais sublime efeméride dos fatos nacionais, o maior dia de quanto festejamos, a mais auspiciosa data de quantas exalta nosso patriotismo [...] Neste dia festivo, em que vamos levar ao altar da Pátria a obra de nosso patriotismo, deveríamos firmar, tacitamente, um pacto de harmonia e de trabalho produtivo, pois já estamos cansados de lutas estéreis e enojados de tanto ódio entre os filhos de tão rico e generoso pai [...] Paz entre irmãos, paz entre as classes produtoras- células vigorosas da Pátria, fontes permanentes de riqueza e de bem- paz entre os povos, para maior grandeza da humanidade, paz entre os partidos e as corporações políticas, paz, sempre a paz, eis ao grande objetivo dos homens inteligentes e bons (*Jornal do Comércio*, 07/09/1935).

A interpretação dessa passagem do *Jornal do Comércio* nos faz compreender que a propaganda política, referente às comemorações cívicas, já era trabalhada para tentar tornar menos visível os conflitos de classe, enaltecendo além dos trabalhadores, os grupos produtores. O ano de 1935 marca a expansão da atuação de partidos políticos de ocasião, embora direcione também ao fechamento oficial do movimento político de oposição ao governo naquele momento, efetuado pela ANL (Aliança Nacional Libertadora). Dessa forma, era um ano de movimentos políticos que poderia entrar em conflito com o governo de Vargas. Por isso, o texto jornalístico acima citado faz referência a expressões como *lutas estéreis* e *pacto de harmonia e trabalho*, a fim de não veicular ao grande público os conflitos existentes. Mas, o periódico não se manteve alheio à atuação de grupos divergentes à proposta de Vargas. Em junho de 1935, o *Jornal do Comércio* publica a instalação de uma sede da ANL em Campo Grande, citando a adesão de alguns membros ao movimento, sendo esses trabalhadores vinculados a partidos, sindicatos e grêmios, no caso o Partido Socialista, Sindicato dos Operários da Construção Civil, o Sindicato dos Ferroviários da Noroeste e o Grêmio Castro Alves (*Jornal do Comércio*, 10/06/1935, p.1). Esta publicação que pede a paz entre as mais diversas instâncias da sociedade brasileira, reflete o contexto conturbado que ameaçava a ordem política que o governo Vargas almejava.

No que se refere ao periódico, *O Progressista*, assim como o *Jornal do Comércio*, faz muitas referências ao 7 de setembro, data que comemoramos a Independência do Brasil. A edição do dia 10 de setembro de 1940 vem relatando como foram os desfiles de comemoração da data em Campo Grande. A folha de rosto se ocupou inteiramente a elogiar o governo Vargas e demonstrar

através de três artigos, a fidelidade do impresso quanto à propaganda dos feitos do governo estadonovista, por meio de publicações que fazia referência à comemoração do Dia da Independência. No artigo, cuja manchete *Independência: 7 de setembro de 1822 – 1940*, trata por meio de um tom poético o enaltecimento do Brasil. Sob a égide do nacionalismo se condiciona a seguinte passagem que nos chama a atenção:

O Brasil é um país tradicionalmente pacífico e clarividente, onde a instituição do arbitramento rebrilha acima dos desastros humanos [...]. Nenhum ânimo imperialista o preocupa, abraçado como está de nações amigas, ativas e calmas. Dentro, porém, desse quadro pacifista estamos alerta, preparando o povo, para o primeiro rebate de alarme. Nada queremos dos outros e nada entregaremos do que é nosso, senão da produção nacional, cambiada de utilidade dos outros povos (*O Progressista* 10/09/1940, p.1)

Como vimos, tal publicação veicula uma imagem significativamente nacionalista, chamando a atenção dos leitores para colaborar com o desenvolvimento econômico da nação. A construção simbólica do nacionalismo permeava, de forma recorrente, as publicações acerca do movimento festivo do 7 de setembro. A unidade nacional nesse período fez-se presente também por meio da língua, religião e educação. No que se refere ao último aspecto, os educadores passaram a ter o importante papel de exercer o ensino do civismo. As considerações de Maria Luiza Tucci Carneiro (1999, p. 333) são válidas já que cita o nacionalismo como um fenômeno político moderno. O Estado Novo trata o nacionalismo como uma prioridade para afastar os fantasmas da crise do liberalismo, o qual trouxe desestabilidade política e econômica do Brasil. Para isso, ele coloca os interesses nacionais como coletivos, em detrimento dos individuais. É nesse sentido que os estudantes brasileiros são preparados para o culto à nação, onde as festas cívicas surgem como o momento ideal de demonstração de sua identidade nacional. Dessa forma, a juventude foi apresentada como aquela que participaria do progresso e poder. Isso devido às intenções da esfera governista de colocá-la como difusora de “valores e representações oficiais” (GALINARE, 2007, p. 351).

Como mencionado, a juventude esteve muito presente nas festas cívicas. No ano de 1940, a comemoração do Dia da Independência contou com a participação de mais de mil estudantes num só desfile na cidade de Campo Grande. Conforme a descrição do impresso *O Progressista*, estavam presente na festividade o Instituto Oswaldo Cruz, o Colégio Dom Bosco, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, o Grupo Escolar, a Escola Normal, o Colégio Ruy Barbosa, Escolas Reunidas, Escola Cayru, entre outros agrupamentos escolares (*O Progressista* 10/09/1940, p.1). O impresso chama a atenção para o grande número de esportistas na festividade. Os esportes e as festas públicas

funcionavam como a teatralização de uma imagem de *nação feliz e longeva*. Ao mesmo tempo, essas celebrações cívicas comemoravam o *novo* (DRUMOND, 2009, p. 410), é o que nos sugere a preparação da juventude para as apresentações, como a geração que representava o nascimento de uma nova época.

A preocupação em aproximar os jovens das festividades refletia na prerrogativa de que esses eram considerados componentes importantes na ideologia de um regime que se pretendia pragmático e inovador (SANTOS, 2004, p. 98). Essa questão foi compreendida em artigos levantados e, de certa forma, apresentam a juventude como o elemento que daria continuidade ao regime estadonovista. No ano de 1943, o impresso *O Progressista* foi elucidativo a respeito ao citar que durante a chamada “Parada da Juventude” o povo campograndense vibrava durante o desfile dos futuros defensores do Brasil (*O Progressista* 07/09/1943). Percebemos aí que o tom de espetáculo da solenidade, procurava reunir os campograndenses em torno de um sentimento comum, sobretudo, aquele de devoção à pátria. Junto com os desfiles de estudantes e atletas, a presença de militares do Exército foi permanente, assim como o culto aos seus heróis, como o Duque de Caxias.

Os periódicos procuraram descrever também as festividades na capital da República do período, no caso o Rio de Janeiro. Em 1943, por exemplo, foi reproduzido em *O Progressista* o discurso de Getúlio Vargas durante a *Hora da Independência*, onde ele menciona que “o ânimo combativo da gente moça do Brasil é de excelente têmpera. Vibra nas manifestações de exaltação patriótica e se retrata na massa excepcional do voluntariado” (*O Progressista* 07/09/1943, p. 1). Dentre as exaltações da pátria existentes no pronunciamento do líder, encontramos outros aspectos inovadores, considerando as publicações referentes aos anos anteriores. Durante o ano de 1943, e também em 1942, os impressos dedicavam um espaço significativo para noticiar os acontecimentos e, sobretudo, a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Nesse ponto, o discurso publicado do Presidente Getúlio Vargas é elucidativo a respeito, pois procura direcionar os brasileiros para o que era mais importante conforme os ideais do seu governo naquele exato momento: vencer a guerra e fortalecer a independência econômica e política do Brasil.

Notamos que as publicações acerca da comemoração oficial referente ao Dia da Independência receberam um espaço considerável nas páginas dos periódicos analisados. Ao compreender como foi a dinâmica adotada pelos jornais, percebemos a atuação do DIP na construção do roteiro. Na nota referente à Semana da Pátria, especificamente do desfile do dia 4 de setembro de 1940, o periódico menciona o caráter das publicações, pois segundo o impresso essas

estão consoantes e afinadas à “obediência e determinação do chefe da nação” (*O Progressista*, 10/09/1940, p.1). Com a finalidade de chamar a atenção dos leitores, a maioria das publicações que fizeram referência à temática da Semana da Pátria estampava a folha de rosto dos impressos, com manchetes evocativas, quais sejam: *Independência: 7 de setembro de 1822 – 1940; O 7 de setembro de 1822 e o 10 de novembro de 1937, são as duas maiores datas do Brasil; A palavra oracular do Presidente Getúlio Vargas dirigida aos brasileiros a 7 de setembro; As grandes solenidades cívicas militares de amanhã; e Como foi comemorada a máxima data nacional.*²⁴ Com a atuação dos órgãos de propaganda nos bastidores da imprensa, os textos referentes às festividades atendiam às prerrogativas do aparato estadonovista de veicular o que seria favorável para estabelecer um Estado forte e viável para a legitimação daqueles que ocupavam posições de destaque no governo. A publicação pela imprensa dos discursos de Getúlio Vargas realizadas em eventos, foi conveniente na intenção de aproximar o líder populista da população.

CAPÍTULO 3

²⁴ *O Progressista*, 10/09/1940, p.1; *O Progressista*, 07/09/1941, p.1; *Jornal do Comércio*, 07/09/1941, p.1; *Jornal do Comércio*, 12/09/1941, p.1; *O Progressista*, 08/09/1942, p.2.

TRABALHISMO E IMPRENSA: REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO E DOS TRABALHADORES URBANOS EM CAMPO GRANDE

3.1. Historiografia e trabalhismo: algumas visões

A escrita sobre a história do trabalho ganhou nos últimos trinta anos novas contribuições metodológicas e teóricas. A revisão das fontes por autores que iniciaram uma produção no período de redemocratização trouxe um novo olhar sobre a questão do trabalho no Brasil. Dessa maneira, houve um interesse tardio dos historiadores brasileiros pelos estudos relacionados com o operariado e sobre a temática do trabalho que abordasse as pessoas comuns, sobretudo devido ao regime militar.

O crescimento dos programas de pós-graduação nos anos de 1980 e o aumento de teses e dissertações acerca da temática foram fatores que colaboraram para a historiografia do trabalho. Além dessas mudanças, houve também a aceitação do debate da historiografia de outras escolas em relação ao tema, a exemplo da historiografia marxista inglesa com Edward Thompson e Eric Hobsbawm.

Em relação às fontes, Cláudio Batalha cita que existiu certa diversificação que possibilitou a ampliação dos temas e do enfoque, utilizando agora a imprensa, juntamente com o recurso das fontes judiciais, da documentação policial, dos arquivos de empresa, da história oral (BATALHA, 2003, p. 153). Foram essas e outras contribuições que fizeram com que a história do trabalho e, com isso, do trabalhador, fossem tratadas com novas abordagens, como no caso dessa temática referente à década de 1930 e 1940.

O grupo de pesquisadores e pesquisadoras ligados ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), atual Escola de Ciências Sociais e História da Fundação Getúlio Vargas, contribuíram com inúmeros trabalhos. Entre os diversos nomes destacam-se: Lúcia Lippi de Oliveira, Mônica Pimenta Velloso e Ângela Maria de Castro Gomes, que juntas buscaram compor o conjunto doutrinário da ditadura de Vargas em *Estado Novo: Ideologia e poder* (1982). Nesse livro, as autoras buscaram discutir a construção ideológica do Estado Novo, fazendo uma análise dos colaboradores que desenharam o perfil do regime, traçando uma configuração do campo intelectual. Além disso, nessa obra, onde estão reunidos textos das três autoras, há um espaço reservado para uma breve análise da democracia brasileira dos anos de 1930

e sobre a questão social no Brasil, nela Ângela Maria de Castro Gomes discute sobre ideologia e trabalho e a construção do “homem novo” no Estado Novo.

Outro trabalho importante publicado pela editora da Fundação Getúlio Vargas foi *Repensando o Estado Novo*, coletânea fruto do Seminário *Estado Novo: 60 anos*, realizado em novembro de 1997²⁵. Nesse encontro, historiadores, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, economistas e juristas reuniram-se para discutir o Estado Novo, a fim de pensar o regime sob os mais variados olhares e rupturas e continuidades em relação à atualidade. Entre os nomes mais conhecidos e reconhecidos pela historiografia que trata, de um modo geral, a Era Vargas está a organizadora da publicação, Dulce Pandolfi, além de Boris Fausto, Ângela Maria de Castro Gomes, José Murilo de Carvalho, Maria Luiza Tucci Carneiro, Maria Helena Capelato, Sérgio Miceli, Marcos Chor Maio, entre outros autores. Nessa publicação, Ângela Maria de Castro Gomes faz um debate referente ao mundo do trabalho e a ideologia estadonovista que pensou a questão social no Brasil.

No tocante à contribuição da autora Ângela Maria de Castro Gomes, em 1988 publicou *A invenção do trabalhismo*, um dos referenciais para compreender o envolvimento do Estado brasileiro na formulação de uma identidade para a classe trabalhadora. Nesse trabalho, a autora retoma a trajetória do processo histórico da constituição da identidade da classe trabalhadora para compreender o sucesso do trabalhismo, em relação ao qual analisou os seguintes questionamentos que resumem a sua discussão sobre o trabalhismo tratado pelo estado varguista : 1) quem foram seus principais artífices?; 2) quando foi testado e implementado; 3) que recursos de poder foram mobilizados pelo Estado; e 4) que elementos básicos esse discurso trabalhista articulou. Entre os documentos mais utilizados pela autora para a construção de seu livro, estão os jornais e revistas impressos, documentos de arquivos privados, publicações oficiais e depoimentos. Gomes transita basicamente em duas áreas de pesquisa: História política do Brasil e pensamento social brasileiro.

Além de *A invenção do trabalhismo*, sua tese de doutorado, outra conhecida publicação de Gomes, trata-se de *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil* (1979), sua dissertação de mestrado também publicada. Enfim, as obras da autora estão entre as mais citadas publicações que giram em torno da questão do trabalho da década de 1930 e 1940, pois foi um dos primeiros estudos sobre a compreensão do universo trabalhista brasileiro desse período.

²⁵ Evento organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), em parceria com o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), os departamentos de História e de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), a Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e o Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Outro trabalho que chamou a atenção pela sua nova abordagem acerca do “mundo” do trabalho foi o de Jorge Ferreira. Tal autor, em *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular* (1997), apresentou uma proposta que tem como base a idéia de “circularidade cultural” sugerida por Carlo Ginzburg. Nesse livro, o autor procurou analisar uma série de questões que ele mesmo apresentou como desafiadoras:

Como a política implementada pelo Estado repercutiu entre os trabalhadores e que resposta obteve? Teriam o operário, o desempregado e o trabalhador de salário mínimo reproduzido em palavras exatamente aquilo que a propaganda política estatal pregava? O apoio que os pobres manifestavam a Vargas corresponderia ao apoio que o presidente esperava deles? Seria correto afirmar que a população pobre e trabalhadora passou a interpretar sua realidade social a partir das novas idéias, passivamente e sem críticas? Qual, enfim, o impacto que a política estado-novista causou entre as pessoas comuns daquela época? (FERREIRA, 1997, p.22)

A abordagem de Ferreira que permeia o campo da História Cultural salientou as dificuldades enfrentadas em uma pesquisa que pretendeu analisar o imaginário popular dos trabalhadores durante o primeiro período de Vargas no poder. De fato, um dos desafios em pesquisar cultura popular dos anos de 1930 e 1940 foi a escassez de fontes conservadas em arquivos. Em relação a essa questão, o autor afirmou que em parte as dificuldades foram superadas pela existência no Arquivo Nacional de um expressivo conjunto de cartas e processos administrativos, onde as pessoas comuns tiveram a oportunidade de se manifestar e deixar registradas e sistematizadas suas experiências (FERREIRA, 1997, p.23). As cartas enviadas ao Presidente da República Getúlio Vargas identificaram o conjunto de idéias, valores, conceitos e imagens estudadas pelo autor. Porém, ele não descarta a produção de aparatos culturais daqueles que compuseram a camada dominante. A partir das interpretações de Ferreira nesse livro, a historiografia do trabalho pôde compreender o imaginário popular diante da ofensiva de representações criadas pelo Estado brasileiro que buscava impor sua visão de mundo. Ao ler o livro de Ferreira, pode-se perceber que muitas vezes as pessoas comuns se apropriam do discurso dominante como estratégia de ter seus interesses atingidos.

Em relação a história do trabalho que envolve o atual Mato Grosso do Sul, especificamente a região de Campo Grande, foram utilizados nesse estudo dois trabalhos que contribuíram para apontar indícios a respeito da atuação dos trabalhadores e do Estado Brasileiro no período que abarca a análise dessa pesquisa. Assim são eles: *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso* (1920- 1980) e *Operário nas indústrias da construção civil: participação e luta por direitos sociais. Uma história do sindicalismo*

em Campo Grande - MS, 1928-1979. O primeiro, fruto da tese de doutorado de Alisolete Antonia dos Santos Weingartner, discorre a respeito da trajetória do Sindicato dos Operários da Construção Civil e do Mobiliário. No tocante ao segundo, o autor Eronildo Barbosa da Silva traz sua colaboração a respeito da trajetória de alguns sindicatos do sul-mato-grossense. Ambos os trabalhos apresentam os primeiros apontamentos a respeito da história do trabalho campograndense, com um caráter descritivo a respeito da trajetória de alguns sindicatos da cidade.

Essas e outras referências foram primordiais para interpretar a relação entre a imprensa campograndense e o pensamento trabalhista brasileiro. A bibliografia apontou alguns passos que delinearão a narrativa desse estudo. Através dela foi compreendido que o trabalhismo foi a maneira especial como o governo chefiado por Getúlio Vargas tratou a questão social no Brasil. Dessa forma, dialogamos temáticas tratadas pelos autores com evidências da imprensa acerca do universo trabalhista e da propaganda política. A partir disso, pode-se citar que os periódicos participaram desse contexto. Desse modo, entendendo as diversas abordagens a respeito do Estado pós-1930 e da questão social no Brasil, foi possível pensar a maneira como se comportou a imprensa campograndense dentro das peculiaridades que envolveram o percurso histórico mato-grossense desse período.

3.2. Trabalho e governo Vargas: imprensa, representações e práticas

O golpe civil militar de 1930 inaugura um processo de grande intervenção estatal nas relações entre capital e trabalho. A compreensão da dinâmica do trabalhismo varguista que teve início com a tomada de poder por Vargas e seus correligionários, requer o conhecimento de diversos fatores desencadeados durante a República Velha. Entre eles, está o percurso traçado pelos trabalhadores do sudeste brasileiro, a ideologia do movimento trabalhista dos primeiros anos do século XX e o tratamento dado pelos governantes do período pré-1930. Foi durante a década de 1930 que a questão social como foco primordial de um governo republicano, mas em momento anterior houve a preocupação esporádicas de autoridades para atender algumas reivindicações da classe trabalhadora. Em relação a tal ponto, “cabe chamar atenção para o desenrolar de um debate político travado nos próprios órgãos legislativos do Estado, que associava a questão social a uma série de outros problemas fundamentais”, como afirma Gomes (1982, p.278). Apesar disso, num momento inicial não houve um avanço significativo dessas autoridades em se pensar o problema social no Brasil.

Algumas propostas, formuladas pelas organizações da classe trabalhadora, foram lançadas a fim de se pensar a questão social no Brasil, principalmente, aqueles aspectos ligados a situação do trabalho. Desse modo, algumas correntes socialistas e anarquistas, já no final do século XIX, debatiam o assunto. No caso dos socialistas, esses estavam influenciados pelo clima de uma República recém-proclamada e pelo passado escravista, ou seja, por temas voltados para o trabalho livre e o homem num mundo republicano (GOMES, 2005, p. 28). De modo geral, os socialistas reformistas buscam a transformação gradativa do sistema social existente e defendem a autonomia organizatória dos trabalhadores (FAUSTO, 1986, p. 41). Gomes menciona que as inúmeras tentativas dos socialistas em criar e, sobretudo, manter associações de classe subordinadas para depois reconhecê-las como base de sustentação política organizadas em partidos não teve, assim, tanto sucesso na capital da República (2005, p.28). No caso dos anarquistas, esses tiveram maior êxito no que tange à organização da classe trabalhadora e “se esboçaram como portadores de uma doutrina emancipadora das camadas dominadas da sociedade” (FAUSTO, 1986, p. 71).

A reunião de 1912, conhecida como “Congresso Pelego”, por ter sido organizada pelo Tenente Mário Hermes, filho do ex-presidente da República, eleito deputado pelo Estado baiano, reuniu algumas das propostas de melhorias no campo do trabalho, comuns com as dos anarquistas paulistas: oito horas de trabalho, limitação do trabalho de mulheres e menores, descanso semanal, indenização por acidentes, pagamento por semana e melhoria de condições de higiene (FAUSTO, 1986, p.56). Essas e outras reivindicações, como a de garantias de estabilidade no emprego, foram comuns não só em localidades onde o movimento trabalhista esteve um pouco mais organizado, mas também em Campo Grande. A propósito, algumas das movimentações dos trabalhadores portadores de tais idéias migram para Campo Grande, por meio do canal de comunicação resultante da conexão estabelecida pela Ferrovia Noroeste do Brasil com os grandes centros brasileiros. Além disso, a transferência do comando da Circunscrição Militar para a cidade, em 1921, facilitou o conhecimento das reivindicações sociais da capital da República e de outras localidades. No início da década de 1920 houve um aumento da migração de trabalhadores do sudeste considerados subversivos. Conforme os apontamentos de Weingartner (2001, p.21) muitos vieram para Mato Grosso, pois aos olhos das autoridades do governo central, a região era considerada “sertão”, um lugar inóspito e de difícil propagação de ações que “incomodariam” a grande economia, então, tais indivíduos não teriam condições de divulgar suas idéias, ledo engano dessas autoridades (2001, p. 21). Por certo, Mato Grosso também foi um espaço de reivindicações dos trabalhadores e a

imprensa campograndense teve sua participação em declarar, esporadicamente, a opinião dos jornais quanto à questão do trabalhador brasileiro e, em especial, o mato-grossense.

Em diversos recantos do país, principalmente em São Paulo, uma das classes trabalhistas mais organizadas foi a dos ferroviários. A trajetória desses trabalhadores foi marcada por significativa tradição sindical nos grandes centros do Brasil. Destacam-se os papéis nas greves paulista em 1917, que também mobilizaram outras cidades. No caso da Noroeste, houve também algumas manifestações grevistas em terras mato-grossenses. Eronildo Silva (2005 apud Corrêa, 1997, p.61-62) menciona que em 1919 a categoria realizou algumas exigências, como aumento de salário, a demissão do médico Marinho Rego e do inspetor de tração Machado e a remoção de Francisco Garcia, presidente do Centro de Aquidauana. A pesquisa de Silva apontou a colaboração de Jorge Bodstein Filho na greve e manifestações efetuadas pelos trabalhadores ferroviários. Em momento posterior, na década de 1930, Bodstein foi redator chefe do *Jornal do Comércio*, o qual até o ano de 1933 ocupou alguns cargos administrativos de grande alcance estadual, quais sejam: Diretor do Tesouro, Inspetor da Fazenda, Intendente Geral do Município de Aquidauana e Coletor Estadual de Santana do Paranaíba (*Jornal do Comércio*, 24/10/1933, p.1).

Devido aos diversos cargos que ocupou nesse período, Bodstein possuiu alguma influência no interior de Mato Grosso. Durante a greve, que foi duramente reprimida, o jornalista foi acusado de ser comunista pela imprensa cuiabana:

A polícia agiu rápido. Iniciou-se uma grande operação para prender os culpados. Mais de 100 trabalhadores foram parar na cadeia naquele dia, a grande maioria sem ter nada a ver com a greve. Eles nem sabiam porque estavam presos. O jornal O Matto Grosso, ligado aos interesses dos patrões, logo denunciou que a greve era coisa de comunista e tinha sido inspirada pelo professor Jorge Bodstein Filho, pregador das idéias maximalistas, que levavam os trabalhadores a excessos e desmandos de toda ordem, a ponto de ter o governo de usar contra eles medidas de rigor (SILVA, 2005, p. 62).

Em momento anterior à fiscalização da imprensa pelo DIP e DEIP, o *Jornal do Comércio* publicou em suas páginas algumas reivindicações quanto às condições de trabalho do setor ferroviário, no caso, dos trabalhadores da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB). Em 15 de março de 1935 foi publicado o artigo “Dificuldades do transporte ferroviário”, no qual abordava que o transporte ferroviário sofria sérios problemas de infraestrutura e de pessoal para executar a viagem do gado para o Estado de São Paulo. O texto não possui assinatura de um autor específico, mas denunciava as deficiências da NOB e a exploração da mão de obra em relação a alguns trabalhadores que operavam suas máquinas, sobretudo a excessiva carga de trabalho:

Ora, não se concebe como um pobre ferroviário, que labuta pesadamente, durante um dia inteiro e uma noite, a fio sem ser substituído, resista cumprir a obrigação de conduzir um trem de gado, até Bauru, sem gozar as regalias do sono. É um fato que parece pilheira mas, perde a sua feição de gracejo para entrar para o rol das cousas sérias, reais, que estão a exigir uma providencia enérgica (*Jornal do Comércio*, 15/03/1935, p.2).

O impresso destacou que não era a primeira vez que reivindicava ações que melhorassem as condições de trabalho desses trabalhadores e dos prejuízos que causavam aos exportadores de gado bovino (*Jornal do Comércio*, 15/03/1935, p.2). De fato, em 26 de maio de 1934, quase um ano antes, o *Jornal do Comércio* se comportou de maneira muito mais incisiva ao tratar das condições de trabalho dos ferroviários. O jornal criticou o enriquecimento visível da NOB e o excesso de trabalho que não acompanhou o desenvolvimento da ferrovia:

A renda da Estrada cresce anão para anno, o seu trafego centuplica-se, o trabalho do operário dobra, as responsabilidades administrativa dos chefes multiplicam-se violentamente. O pessoal de maquinas e de trens é o mesmo de 10 anos atrás, sobrecarregado de serviço e com vencimentos minguados, que mal lhe chegam para a subsistência (*Jornal do Comércio*, 26/05/1934, p.2)

Paulo Roberto Cimó Queiroz (2004, p. 92) em suas pesquisas verificou os mesmos questionamentos nos documentos analisados, os quais apontaram a falta de mão de obra para o pleno funcionamento da NOB, tanto em território paulista quanto mato-grossense. O autor menciona ainda, que após a Revolução de 1930 os salários chegaram a ser rebaixados, gerando insatisfações que influenciaram o movimento grevista insurgido em janeiro de 1934, embora logo resolvida pela intervenção da Diretoria e da Polícia (2004, p. 91-92).

As passagens citadas no *Jornal do Comércio* referentes aos conflitos em relação ao grupo dos ferroviários, apontaram que a predominância de seus interesses não foi somente zelar pelo bem estar do ferroviário, mas também pelos danos econômicos sofridos pela classe hegemônica. Em 19 de março de 1935, outro texto do mesmo impresso veio ao encontro com esse fator, onde o Interventor Fenellon Muller foi apresentado como aquele que poderia solucionar os entraves sofridos pela NOB em Mato Grosso, juntamente com o novo Diretor da Noroeste, Alfredo de Castilhos (*Jornal do Comércio*, 19/03/1935, p.3). O jornal procurou representar o Interventor como aquele que resolveria os problemas sociais e econômicos acarretados pela deficiência do transporte da NOB, colocando Fenellon Muller como uma figura que procurou solucionar os conflitos gerados pela pouca infra-estrutura da ferrovia.

O *Jornal do Comércio* no mês seguinte, especificamente em 18 de junho de 1935, questionou as condições de vida do trabalhador brasileiro. O texto afirma que os brasileiros são completamente atrasados por não conhecerem as condições de vida do trabalhador de seu país, sejam os que exercem seu ofício no campo ou nas fábricas. Além disso, rememorou acerca da precariedade material, moral, higiênica e psicológica do trabalhador, que para o jornal

[...] eram ignoradas por quantos se interessam pelo assunto pela falta absoluta de elementos que possamos contar [...] Com um levantamento estatístico, dessa natureza, todos teriam a lucrar: o Estado, o patrão e o operário. Só com um trabalho dessa ordem poderemos, então, realizar uma verdadeira obra social e organizar lei sábias de proteção aos nossos trabalhadores (*Jornal do Comércio*, 18/06/1935, p.3).

Esse texto refletiu a divulgação das discussões realizadas pelo governo de Vargas durante o processo de valorização do trabalho, projeto já pensado no início dos anos de 1930. A idealização do trabalhador brasileiro por meio da doutrina varguista preocupou-se em pensar as condições materiais, morais, higiênicas e psicológicas do homem nacional. A criação de ministérios e órgãos dedicados a propaganda e controle foram essenciais para gerir esse processo. Durante o discurso de posse de Lindolfo Collor, no recém criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em dezembro de 1930, foi mencionada a necessidade de se examinar as condições de trabalho no Brasil. A sua argumentação, alegou que, como vitorioso da Revolução de 1930, assumiria o compromisso de colocar a questão social em primeiro lugar nos planos do Ministério, afirmando que o operariado brasileiro merece e requer determinada “assistência e proteção em vários e vários capítulos” (CARONE, 1978, p. 223). Essas e outras colocações apresentadas por Lindolfo Collor perpassaram aquelas mencionadas pela passagem do *Jornal do Comércio*, pois o Ministro do Trabalho ainda fez algumas indagações:

Onde, por muitas regiões, a garantia de salários dignos e remuneradores? Onde a proteção indispensável a todo o esforço humano? Onde a regularização do trabalho de mulheres, de adultos e menores? Onde os seguros sociais, as aposentadorias, as casas higiênicas e baratas, as escolas, os recreios, para não falar senão naquilo que todo homem deve ter direito como tem direito ao sol? (CARONE, 1978, p. 223)

O governo brasileiro se atentou para a demanda que os sindicatos trabalhistas de diversos quadrantes do país estavam reivindicando, com a finalidade de legitimar Getúlio Vargas e seus correligionários no poder e manter o controle social. No tocante à posição do *Jornal do Comércio*,

tornaram-se evidente que o impresso não realizou críticas declaradas ao governo em ascensão, pelo menos referentes à questão trabalhista. De todo modo, o governo se atentou em se apropriar das insatisfações das associações de classe durante as duas primeiras décadas do século XX, utilizando-as como plataforma em defesa das questões sociais no Brasil.

No que envolve Campo Grande e a participação da sua imprensa no projeto do trabalhismo varguista, percebemos que ao considerar o momento anterior ao golpe do Estado Novo, no caso do *Jornal do Comércio*, houve uma notável mudança de discurso. Até 1937, o periódico questionava as condições de vida do trabalhador brasileiro, no entanto, de maneira que não comprometesse o funcionamento do jornal. Em grande parte, as publicações existentes indagavam acerca das condições de trabalho, porém pensando no entrave econômico decorrente da falta de estrutura nos locais de trabalho.

A partir de 1940, verificamos uma peculiaridade em ambos os jornais no que se refere ao universo do trabalhismo. Os impressos *O Progressista* e o *Jornal do Comércio* utilizaram do discurso oficial para promover a cidade de Campo Grande como um local promissor e moderno, encaminhada nas trilhas do novo conceito de trabalho. O artigo intitulado “Campo Grande, a cidade que trabalha”, publicado em *O Progressista*, é elucidativo a respeito:

Há uma onda de intensa atividade avassalando a cidade, que acorda cedo, para a marcha rítmica desse trabalho imenso que tornou Campo Grande a metrópole econômica do Estado. O desenvolvimento dessa ação sadia que dinamiza a todos, tem um sentido inegalável. A “Cidade Morena” tem a gama deliciosa e atraente de seduzir aqueles que possuem a mística honesta do trabalho [...] Campo Grande é a cidade que trabalha, aumentando sempre seus contornos de urbs moderna, onde a vida é um constante tumultuar de ânsias indefinidas e insopitáveis. Ânasia de rasgar o céu do Cruzeiro com a ponta dos seus edifícios e com o trabalho e produção honesta daqueles que, patrioticamente, aqui empregam as suas atividades. Campo Grande, a cidade que trabalha! (*O Progressista*, 27/01/1942, p.1).

O texto ocupou posição de destaque no periódico, precisamente a primeira página. Como já mencionado, houve uma preocupação de intelectuais mato-grossenses em promover o Estado e, no caso de Campo Grande, elevar a cidade a fim de garantir posição de destaque no cenário regional. Ademais, o jornal *O Progressista* teve seus motivos particulares em promover a cidade, pois tinha como proprietário a forte influência regional de Vespasiano Martins, que ocupava em 1942 o cargo de prefeito.

Em outra publicação, o mesmo periódico trouxe uma breve referência ao projeto político *Marcha para Oeste*, em cujo texto enalteceu de forma grandiosa o trabalho, porém não associando

às classes subalternas, mas sim aos empresários. O texto com nome sugestivo, “Rumo ao Oeste”, procurou materializar a idéia de que “o sentido da brasilidade é rumo ao oeste”, como mencionou Getúlio Vargas em discurso durante o lançamento do projeto (*O Progressista*, 02/04/1942, p.2). O artigo tratava da instalação das empresas paulistas Frigorífico Wilson e da Companhia União dos Refinadores em Campo Grande. Em tom evocativo e em letras garrafais, o periódico assimila o discurso do presidente por meio da apresentação do artigo: “A Companhia União dos Refinadores e o Frigorífico Wilson vão marchando para o Oeste brasileiro” (*O Progressista*, 02/04/1942, p.2). O impresso se congratula ao noticiar o feito e se apresenta como porta-voz do desenvolvimento econômico realizado, pois “está em toda parte onde se encontra o trabalho”. Nesse artigo, o jornal atribuiu a Getúlio Vargas o crescimento econômico campograndense, representando o estadista como o grande responsável da chegada de tais empresas na cidade. Ao finalizar, enobrece o trabalho apresentando-o de forma positiva, pois segundo a visão do periódico, “as palavras do chefe benemérito foi ouvida em todos os quadrantes da Pátria, despertando os homens para a glorificação apoteótica do trabalho que é a estrada da glória” (*O Progressista*, 02/04/1942, p.2).

Nessas passagens, o jornal se alinhava ao discurso trabalhista, na defesa da questão da “homogeneização das classes”, cuja elaboração pretendia colocar no mesmo patamar social a elite dominante e os trabalhadores. Ambos estariam inseridos no projeto estatal que buscou propagar uma idéia de colaboração entre as classes. Nesse sentido, “a contenção da luta de classes em favor da cooperação orgânica entre as classes e entre essas e o Estado seria uma divisão ideológica da ação do Governo Vargas, em nome da paz social e da prosperidade da nação” (PARANHOS, 1996, p. 74). Salgado Filho, o segundo Ministro do Trabalho, deixou clara a idéia de dirimir os conflitos de classes por meio de uma política de consenso, que aos olhos do governo poderia suavizar ou extinguir os conflitos entre capital e trabalho. Em agosto de 1933, na cidade de São José dos Campos, o Ministro declarou que “o progresso de uma nação só é possível com a conjugação harmoniosa das suas grandes forças produtoras: o capital e o trabalho” (CARONE, 1978, p. 226). As palavras de Salgado Filho remetem à construção de um ideário pensado desde a posse de Getúlio Vargas no poder, visando transmitir uma imagem de paz social, embora os conflitos fossem constantes, tendo o ápice em 1935 com a sublevação dos comunistas que contou com a participação dos sindicatos. No decorrer do Governo Provisório, Salgado Filho, enquanto ocupou a pasta ministerial, tratou da instituição das comissões mistas para julgar conflitos entre empregadores e empregados, promoveu a regulamentação do trabalho feminino e do horário de trabalho na indústria

e no comércio, ocupou-se da organização de sindicatos profissionais e instituiu a carteira profissional²⁶.

No período de 1940 a 1943 esteve presente de maneira, mais recorrente, o discurso enaltecendo a questão trabalhista. Em *O Progressista*, a publicidade também se apresentou fiel nesse aspecto. No dia 17 de março de 1942, o periódico trouxe uma publicação das Casas Pernambucanas, empresa ligada ao setor de vestuário, onde procurou equiparar a remuneração do trabalhador comum com a de um indivíduo de classe abastada, afirmando em letras garrafais: “O dinheiro do operário é igual ao do milionário”. Dessa maneira, pode-se perceber que o discurso oficial foi apropriado de diversas formas e para necessidades variadas.

A regulamentação do trabalho por meio da legislação social foi também mencionada pelos periódicos de maneira recorrente, precisamente durante o Estado Novo. Como já mencionado no capítulo 2, a propaganda política por meio dos órgãos de censura e propaganda atuaram nesse sentido. Em muitos casos, as publicações trataram de transmitir a mensagem de “doação” das leis sociais por parte do líder carismático representado por Getúlio Vargas (*O Progressista*, 30/04/1942, p.2). A aproximação entre Getúlio e a classe trabalhadora, durante o lançamento das leis sociais por meio da imprensa, facilitou a arregimentação de alguns sindicatos junto o governo varguista. Com a finalidade de se legitimar no poder, foi de interesse de Getúlio e sua equipe, apoiar os grupos sociais em ascensão: a classe trabalhadora que seguia um curso de organização em sindicatos e a burguesia industrial e comercial. Ao mesmo tempo que promovia medidas de controle dos sindicatos, o governo varguista tratava de regular os direitos trabalhistas

Entre março e novembro de 1932, estabeleceram-se novas modalidades para a concessão de férias, criou-se a Carteira Profissional, regulou-se o horário de trabalho na indústria e no comércio, bem como o trabalho de mulheres e menores. A Justiça do Trabalho foi prevista na Constituição de 1934, mas veio a ser regulamentada somente em 1941, no curso do Estado Novo (FAUSTO, 2006, p.49)

Contudo, para que houvesse alguma forma de modificação ou criação na legislação trabalhista vigente, foi necessário que o governo promovesse negociações com o setor da indústria e comércio, visto que a situação afetaria diretamente esses grupos. Gomes, em *Empresariado e Legislação social na década de 30*, é enfática a respeito: “se o empresariado caminhou em direção à aceitação da legislação trabalhista, o governo, por sua vez, procurou adequar a regulamentação destas leis, em vários de seus aspectos, às demandas do setor empresarial” (GOMES, 1982, p. 287).

²⁶ Essas informações estão presentes no *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001 disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/salgado_filho

Apesar disso, essa política de conciliação com o empresariado, efetuada ao longo do governo, não foi declarada nas páginas da imprensa analisada.

No caso da imprensa campograndense, as publicações valorizavam de maneira demasiada as leis trabalhistas lançadas, apresentando-as como se fossem uma doação, ou seja, um benefício doado “exclusivamente” pelo “chefe da nação”. Como mencionado em item específico sobre as comemorações do Dia do Trabalho, foi evidente esse fator, pois se tratava de um momento onde “avulta mais ainda pelas leis sociais outorgadas pelo benemérito Presidente Getúlio Vargas” (*O Progressista*, 30/04/1942, p.2). Os jornais passaram a veicular a imagem de Vargas como o benfeitor, representando sua figura como um mito. No que diz respeito a essa questão, houve repercussões na imprensa estrangeira, verificadas por meio do *Jornal do Comércio*, que aponta a ação de um periódico português chamado *Novidades*. Este veiculou a idéia de aprovação e agradecimento do trabalhador brasileiro ao seu governante devido a legislação social:

A homenagem que o operariado de todo o Brasil, numa expressão de solidariedade que desde a primeira hora assumiu o caráter de consagração histórica, vai fazer ao Presidente Getúlio Vargas é das que enaltecem, mais do que um homem, uma idéia que em si mesma encerra um grande sentido de dignificação e enobrecimento da vida. Essa homenagem é um monumento, no Rio de Janeiro, ao ilustre Chefe de Estado que firmou a Legislação Social do Trabalho, hoje consideradas uma das primeiras do mundo [...](*Jornal do Comércio*, 09/10/1941, p. 3).

A exaltação de Vargas como o único responsável da criação das leis trabalhistas e o mito da doação desses direitos, procurou apagar do imaginário social a trajetória das lutas empregadas pela classe trabalhadora durante anos. Contudo, os ministros realizaram tal feito desde o início da década de 1930. Salgado Filho, durante o já citado discurso em São José dos Campos em 1933, legitima o Governo Provisório como “governo de fato”, que “concedeu uma legislação sem nenhuma exigência, imposição ou pressão de qualquer ordem, mas sim espontaneamente” (CARONE, 1978, p. 226). Tais passagens, procuraram acobertar as tensas negociações com o empresariado e as lutas reivindicatórias presentes durante o Governo Provisório. Ao realizar o diálogo com os empregadores, o governo já procurava demonstrar uma política de cooperação entre governo, empresariado e, também, a classe trabalhista.

No tocante às ásperas relações entre empregadores e o governo Vargas, temos o exemplo do salário mínimo, que desde o início dos anos de 1930 houve o debate em torno da sua implantação, inclusive durante a Constituinte em 1934. Porém, o setor do empresariado resistiu à forma como

estava sendo feita a sua regulamentação (GOMES, 1982, p. 287). Os grupos dominantes defendiam a idéia de que a estipulação deveria ter por base as necessidades normais do trabalhador e não da sua família, o que ocorreu de fato no texto que o implantou em 1938. O salário mínimo foi regulamentado pela Lei nº 185 do ano de 1936 e pelo Decreto lei nº 399 de 1938 e pelo Decreto lei nº 2162 de 1 de maio de 1940, o qual fixou os seus valores²⁷. De fato, os antagonismos entre governo e interesse privado estavam presentes durante o Governo Provisório. No entanto, foi principalmente durante o Estado Novo que se veiculou a idéia de um espírito reformador do governo varguista, por meio de uma estrutura que mobilizou efetivamente os meios de comunicação, quando parte de algumas dissidências entre elite dominante e governo já estavam resolvidas.

A discussão levantada acerca de uma política de consenso, muito mencionada na historiografia como corporativista, também foi exaltada pelos periódicos, como notamos na publicação de 1935 do *Jornal do Comércio*. Trata-se de um texto distante da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, no qual percebe-se uma apreciação do modelo corporativista da Itália, Alemanha e Portugal. O impresso representa o corporativismo como um “fenômeno político do século”, único capaz de eliminar o comunismo que “triunfou num país semi bárbaro” (*Jornal do Comércio*, 30/03/1935, p.2). Anos mais tarde, em 12 de setembro de 1941 o, *Jornal do Comércio* veiculou em primeira página a “palavra de ordem” do Presidente:

O imperativo da união nacional continua sendo a nossa palavra de ordem. Não há na conjuntura difícil da nossa época, lugar para as salvaçãoes individuais, para os privilégios de poucos, para as vantagens de grupos ou facções. Os interesses da coletividade sobrepõem-se aos interesses pessoais. Quando existe a iminência de perigo, não é possível atender a reivindicações particulares, nem admitir situações excepcionais, edificadas à custa do sacrifícios na maioria da população [...] ou se salvam todos ou perecem todos (*Jornal do Comércio*, 12/09/1941, p.1)

O periódico deu grande destaque a esse pronunciamento de Getúlio Vargas, inclusive reproduzindo-o, em parte, em meio letras garrafais, denunciando o afinamento da ideologia varguista com a proposta corporativista. Nessa proposta, caberia ao Estado, através de sua elite dirigente, definir novas formas de organização e de participação (D'ARAÚJO, 2003, p. 218). Em primeiro lugar, as novas formas de organização do governo Vargas foram caracterizadas, pela pertinente aproximação entre o dirigente do Estado e as classes trabalhadoras, materializada por meio de uma legislação tratada pelos governantes como uma “doação”. Em segundo, temos a

²⁷ Conforme o Decreto lei de 1938, no seu artigo segundo, o salário mínimo teria que satisfazer as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

negociação entre governo e elite dirigente, pois as reformas realizadas no campo do trabalho não poderiam ferir o seu interesse. Enfim, um dos fatores que permeia as relações de trabalho até os dias atuais, foi o atrelamento dos sindicatos junto à estrutura de governo, o conhecido sindicalismo pelego.

O controle sindical ocorreu desde o primeiro momento da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1931, foi promulgado o Decreto nº 19.770 de 19 de março que instituiu um modelo de organização associativa fundado no sindicato único. Em 1934, o Decreto nº 24.694 de 12 de julho reformou o Decreto de 1931, ampliando o espaço de autonomia dos sindicatos, porém estabelecendo a exigência de reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho²⁸. Em 1939, sob o regime de ditadura, foi elaborada a última e definitiva lei de sindicalização da década, a qual previa a repressão por parte do Ministério do Trabalho chefiado agora por Agamenon Magalhães. O Decreto lei nº 1402, de 5 de julho de 1939, reinstituíu a unidade sindical e o sistema de tutela do Estado sobre os sindicatos, rompidos pela lei de 1934, embora os dispositivos da lei anterior vinham sendo desrespeitados pela ação repressiva da polícia (GOMES, 1982, p.293). A ação repressiva do governo perante os sindicatos foi resultante dos movimentos comunistas insurgidos em 1935, nos quais sindicatos tiveram uma participação fundamental.

No período em que houve a previsão de autonomia dos sindicatos, O *Jornal do Comércio* demonstrou esporádicas preocupações em relação ao trabalhador. No caso de Campo Grande, em 1934, houve uma clara tomada de posição do periódico a favor de um problema enfrentado pelos sindicatos dos Choferes da cidade. Em julho deste mesmo ano, o delegado de polícia campograndense promoveu dura repressão a essa classe trabalhista, os motoristas traziam nas tampas dos radiadores dos seus veículos, pequenas flâmulas das cores dos seus clubes esportivos locais e foi “julgada por essa autoridade bandeira do Paraguai” (*Jornal do Comércio*, 20/07/1934, p.2). Outro motivo seria a proibição de estacionar em frente às casas comerciais mesmo com passageiros e nas principais ruas de Campo Grande. O artigo relata que, devido à perseguição realizada pela autoridade policial, os trabalhadores realizaram uma greve atestada em ata de reunião, conforme relata o jornal. O periódico agradece a confiabilidade do sindicato por ser portador de suas notícias e “põe a disposição do Sindicato dos Choferes, as suas colunas para publicar matéria em defesa das suas justas aspirações” (*Jornal do Comércio*, 20/07/1934, p.2). De acordo com essa e outras publicações do *Jornal do Comércio* percebe-se diversas preocupações com os problemas trabalhistas, antes do golpe estadonovista. Apesar de agregar alguns elementos

²⁸ Os decretos estão disponíveis no site da Câmara Federal <http://www2.camara.gov.br> acessado em 13/03/2011.

consoantes do discurso oficial delineado no Governo Provisório, presentes na oratória do primeiro ministro do trabalho, esse periódico imprimiu seu posicionamento em relação aos contextos locais e nacionais do mundo do trabalho.

O ano de 1933 foi de reabertura do impresso após o seu empastelamento devido o posicionamento do seu diretor durante a Revolução de 1930. Pode-se dizer que, durante os sete primeiros anos de 1930, o jornal não deixou clara sua afinidade com o Governo Provisório, nem com Getúlio Vargas, como mencionado no capítulo primeiro. De certa forma, esse fator refletiu no caráter do seu discurso nesse período. A exemplo, o jornal responsabilizou indiretamente o governo nacional pelas constantes trocas de interventor durante a década que gerou uma instabilidade política regional, imprimindo uma visão negativa quanto ao futuro do Estado:

Mato Grosso foi uma unidade da federação trabalhada por lutas infrutíferas e inglórias. Isto se deu em toda a sua existência de vida republicana até o advento da revolução de 1930, que nos prometera nova orientação política e novos moldes de governo. Das fraquezas dos partidos antigos e das rivalidades dos seis chefes, na maioria das vezes de caráter de personalíssimo, surgiram várias e prolongadas perturbações da ordem, com movimentos armados no norte e no sul do Estado.

Cada substituição de governo era momento azado para a luta de campanário, quase sempre degenerando nos piores resultados para o povo [...] De 1930 para cá o cenário em nada alterou o velho rumo da política do Estado e o que temos visto e presenciado é suficiente para deduções as mais pessimistas no encarar o presente principalmente os dias do futuro (*Jornal do Comércio*, 28/06/1933, p.2)

A constante participação e articulação dos movimentos trabalhistas durante os primeiros anos do Governo Provisório foram percebidas pelo mesmo impresso. Isso pode significar que assuntos relacionados ao mundo do trabalho teve campo fértil entre os leitores campograndenses, resultando nas publicações citadas ao longo desse trabalho. Sem dúvida, devido sua grande circulação em Mato Grosso, o *Jornal do Comércio* pode ser considerado produtor de formas simbólicas, uma vez que “as instituições da mídia orientam as opiniões de seu público conforme os recursos culturais de cada receptor” (THOMPSON, 2004, p. 25;30). A questão trabalhista se tornou motivo de atenção do poder público e foi notícia corrente no cotidiano da população, o que, de certa forma, pode verificar o interesse em veicular matérias a respeito.

A movimentação entre os trabalhadores do comércio reunidos na Associação Comercial de Aquidauana também foi motivo de atenção do *Jornal do Comércio*. Nessa publicação o impresso afirmou que o operariado brasileiro passou de um processo de “letargia” para um de atuação em busca de seus direitos devido a “evolução progressiva nacional” no tocante ao universo trabalhista.

Segundo o periódico “o surto de evolução progressiva nacional, modificando leis, costumes e praxes, revolucionou a vida de todas as classes, originando as sindicalizações” (*Jornal do Comércio*, 27/07/1933, p.3). A transição entre a República Velha, caracterizada por uma sociedade agrícola, e a “República Nova”, foi representada pelo periódico como sendo um desenvolvimento intelectual do trabalhador brasileiro, mesmo sofrendo a repressão dos seus empregadores:

Antes esmagados pelo peso das marretas e das sacas de café, os operários ao entardecer, rolam no albergue, um pão duro, com milho mal moído. Hoje, vão aos congressos, impõem direitos trabalhando a horas regulamentares e desafiam as iras do patronato insaciável. Estão garantidos por dispositivos legais, nascidos da evolução social (*Jornal do Comércio*, 27/07/1933, p. 3)

Até meados de 1930, o periódico discorreu a respeito da questão trabalhista imprimindo nos textos o seu ponto de vista. Ao tratar a classe patronal como “insaciável” estaria sendo considerado dissonante em relação ao projeto governista de imprimir a harmonia dentre os grupos sociais. Como o projeto de censura não teve seu alcance em Mato Grosso nesse momento, mas mesmo quando existiu, tanto os veículos de imprensa quanto o DIP com a propaganda oficial, não tiveram sucesso na finalidade de formar a “opinião pública” (CAPELATO, 1999, p. 175). O maior exemplo disso foi a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) que teve amplo apoio de diversos sindicatos, inclusive alguns de Campo Grande.

Em março de 1935, foi lançada a ANL, que teve apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), unindo partidos políticos, sindicatos, diversas organizações femininas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militares (VIANNA, 2003, p. 81). Conforme Marly de Almeida G. Vianna a “ANL foi reconhecidamente, a maior organização de massas que o país já teve. Em cerca de três meses, organizou centenas de núcleos em todo o Brasil, sendo a maioria no Rio de Janeiro” (2003, p. 82). Em Mato Grosso também foi instalado um núcleo da ANL, na cidade de Campo Grande, onde o Partido Socialista, o Sindicato dos Operários da Construção Civil, o Sindicato dos Ferroviários da Noroeste e o “Grêmio Castro Alves” desta cidade se filiaram à ANL (*Jornal do Comércio*, 25/06/1935, p. 3). No tocante ao Sindicato dos Operários da Construção Civil houve a presença de comunistas no interior da diretoria da associação de classe (WEINGARTNER, 2001, p. 56). Eronildo Barbosa da Silva verificou que o presidente do Sindicato dos Ferroviários da Noroeste do Brasil, José Duarte, comunista convicto e filiado ao PCB, foi o responsável pela seção da ANL em Mato Grosso, promovendo comícios em outras cidades do Estado, além de Campo Grande (2005, p. 81). O governo federal percebendo a força de atuação dos aliancistas colocou os partidos

políticos na ilegalidade. Em 26 de julho de 1935, o delegado de polícia campograndense Heitor Pereira, enviou uma carta ao *Jornal do Comércio* endereçada ao Diretor do periódico, na qual comunicou o encerramento forçado das atividades da ANL:

Levo ao vosso conhecimento que por decreto n. 229, do Governo Federal, de 11 de julho do corrente ano, foi determinado o fechamento dos núcleos da “Aliança Nacional Libertadora” em todo o Brasil (pelo prazo de 6 meses), em conseqüência do que ficou suspensa toda qualquer atividade partidária, em torno daquela agremiação política. Em vista por exposto, ficará sujeito a penalidades da Lei Federal n. 38 de 4 de abril findo (Lei de Segurança Nacional), todo aquele que por qualquer meio procurar contrariar o decreto acima citado (*Jornal do Comércio*, 26/07/1935, p.1).

Quando em novembro de 1935 ocorreu o movimento insurrecional comunista, houve uma repressão aos membros apoiadores da ANL em Mato Grosso, incluindo aqueles do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Sindicato dos Trabalhadores da Noroeste. Conforme Weingarther, os operários da construção civil foram duramente reprimidos pelas autoridades locais, atingindo o movimento sindical nos anos de 1935 e 1936 (2001, p. 67). No caso do Presidente da agremiação dos ferroviários, José Duarte, esse foi preso e afastado do sindicalismo. Registra-se que vinha sendo reprimido desde 1934, quando exigiu melhores salários para os trabalhadores da ferrovia, resultando em diversas transferências: de Bauru passou por São Paulo, Água Clara e, enfim, Mato Grosso, no início de 1935 (SILVA, 2005, p.85).

O *Jornal do Comércio* abordou as questões relativas à ANL de maneira lacônica. Comunicou a instalação da ANL em Campo Grande e em seguida publicou a carta assinada pelo delegado de polícia, Heitor Pereira, apenas citando que o jornal teve o “imenso prazer em publicar a carta” (*Jornal do Comércio*, 26/07/1935, p.1). De certa forma, percebe-se que o impresso não se simpatizou com a proposta comunista, em artigo veiculado no mês de agosto de 1935, que, por exemplo, se colocava ao lado do Governo Provisório por reprimir os partidários da ANL. Nesse texto, o impresso caracterizou o movimento como “extremista” e que “o governo ao fechar a Aliança Nacional Libertadora não prejudicou o operariado” (*Jornal do Comércio*, 03/08/1935, p.2). Para finalizar, o jornal colocou que os benefícios sociais deveriam ser conquistados dentro da lei, demonstrando-se favorável ao corporativismo, citando também que: “a integração do proletariado ao regime democrático foi uma das promessas mais solenes da Revolução. E está cumprida a promessa feita. Temos a legislação social que é talvez a mais perfeita do mundo” (*Jornal do Comércio*, 03/08/1935, p.2). De certa forma, a respeitabilidade que o *Jornal do Comércio* recebeu das autoridades locais pode ter colaborado para que uma publicação como essa fosse realizada,

ficando explícita a relação estreita entre o Delegado de Polícia local e o Diretor/Proprietário do impresso, José Jayme, pois esse endereçou a carta que anunciou o fechamento da ANL diretamente ao jornalista.

Em relação às demais publicações que tinham um discurso dissonante da proposta varguista, favorável em ocultar os conflitos de classe, podemos afirmar que, apesar de poucas, essas podem ser associadas tanto à participação de Jorge Bodstein Filho, simpático à causa progressista, quanto aos gráficos inseridos no impresso. No caso dos gráficos, que participavam do sindicato da Construção Civil em alguns momentos, esses foram portadores de um conhecimento mais vasto da luta operária e podem ter interferido no caráter das publicações dos periódicos campograndenses (Weingarther, 2001, p. 41). Assim, notamos interferência de diversos discursos na trajetória do jornal, interferindo diretamente nas representações acerca do universo trabalhista local e nacional.

Com o advento do Estado Novo em 1937, os impressos analisados trouxeram poucas questões que versaram sobre qualquer forma de protesto referente ao cotidiano do trabalhador. De qualquer modo, *O Progressista* em 20 de maio de 1941, de maneira modesta, publicou em nota uma reclamação realizada pelo Sindicato dos Choferes de Campo Grande. O sindicato constituía-se em uma associação de trabalhadores envolvidos no transporte urbano da cidade. A breve passagem anunciou a mensagem de José Gomes Ribeiro, que fez um apelo às autoridades locais e à Inspetoria de Veículos, “no sentido de normalizar o serviço das jardineiras urbanas, determinando percurso certo e imutável” (*O Progressista*, 20/05/1941, p.3). No mesmo texto, o jornal responde a reivindicação do sindicalista, se portando como porta-voz das autoridades locais, confirmando que o transporte coletivo carecia de reforma urgente, pois se tratava de uma questão que envolvia o bem coletivo. A publicação finaliza afirmando achar justo o apelo do presidente do sindicato “acreditando que as autoridades locais lhe emprestaram o devido apoio” (*O Progressista*, 20/05/1941, p.3). Em linhas gerais, a reclamação não foi uma ameaça que abalaria de forma estrutural as relações entre capital e trabalho em Campo Grande, mas demonstrou que houve um canal de comunicação entre a imprensa local e os sindicatos do município.

A respeito desse vínculo entre as associações de classe e a imprensa, notamos uma interessante publicação que trata da reclamação de um grupo de sindicatos quanto ao aumento do custo de vida em Campo Grande, principalmente no setor alimentação. A carta publicada pelo *O Progressista* trouxe reivindicação sob o título: “Os sindicatos apelam para o Prefeito sobre o encarecimento dos gêneros alimentícios” (*O Progressista*, 27/09/1941, p.1). Os sindicatos e seus respectivos presidentes que assinaram o manifesto são: Sindicatos dos Operários da Construção

Civil, Manoel Francisco Leal; Sindicato dos Contadores e Guarda Livros, Antônio Teixeira Coelho; Sindicato dos Empregados do Comércio, Olintho Borges Fialho; Sindicato dos Choferes Elias Medeiros; Sindicato dos Empregados da Indústria de Vestuário e Calçados, Dionísio A. Flores de Oliveira. O manifesto desse bloco de sindicalistas, traz detalhadamente os gêneros de primeira necessidade que tiveram exorbitante aumento em meados de 1941 e que prejudicaram a qualidade de vida das “classes menos protegidas”, como menciona o documento. Percebe-se que se trata de uma matéria paga pelos sindicalistas e que não houve resposta nem comentários do jornal. Isso significa, que não era objetivo de *O Progressista* veicular uma imagem negativa da cidade e da administração do Prefeito Vespasiano Martins, também proprietário do periódico.

O *Jornal do Comércio* também reproduziu a carta de protesto, porém fez um breve comentário e dura crítica em relação ao aumento de preços dos produtos de necessidade básica, como a carne. O impresso revela que a alta nos preços de alguns produtos se deu devido ao aumento das matérias primas importadas, influenciada pelo conflito da segunda grande guerra. Porém, o impresso questionava que não existia justificativa para o aumento dos gêneros nacionais, os quais “alguns estão em crise de superprodução devido a falta de mercado internacionais” (*Jornal do Comércio*, 29/09/1941, p.1). No entanto, o jornal não atribuiu o problema às autoridades locais e sim a possíveis “açambarcadores” que viram na crise internacional uma oportunidade para aumentar os preços. O impresso pede aos representantes municipais para investigar o caso e se colocou solidário à causa dos sindicatos campograndenses. A maneira que o *Jornal do Comércio* abordou a reivindicação dos sindicalistas se deu de forma diversa de *O Progressista*. Houve grande receptividade em publicar a manifestação e não uma pequena reprodução da carta, como ocorreu no segundo periódico. A reivindicação foi colocada como a principal publicação da edição do *Jornal do Comércio*, com três manchetes apresentadas na primeira página, onde duas estavam escritas com letras garrafais. O que mais chamou a atenção foi a primeira: “O problema da carestia de vida em Campo Grande está exigindo dos poderes públicos urgentes medidas acauteladoras dos interesses do Povo” (*Jornal do Comércio*, 29/09/1941, p.1). Enfim, *O Progressista*, como porta voz oficial do chefe do Executivo Municipal, economizou em tratar de um tema que poderia comprometer o intenso trabalho de promover uma propaganda positiva de Campo Grande, a fim de sinalizá-la como a “metrópole do Oeste”.

No período do Estado Novo, essa seria a única publicação de maior projeção no *Jornal do Comércio* e em *O Progressista* que visava atender aos interesses das classes trabalhadoras. Porém, nenhum dos periódicos discutiu a respeito do custo alto de vida em Campo Grande durante o

período que se deu a publicação, o que se verifica foi o silêncio de ambos, uma estratégia para transmitir uma imagem positiva do governo varguista e da administração municipal e estadual, além de tentar inserir Campo Grande no discurso de progresso.

Como temos comentado nesse estudo, após o golpe estadonovista, os impressos pesquisados estiveram diretamente atrelados ao discurso oficial, principalmente devido a censura do DIP e DEIP. A partir de 1940 houve certa preocupação em promover uma intensa propaganda política do regime e criar uma identidade oficial do trabalhador e representar o trabalho como atividade positiva e inerente a dignidade humana. Através dessa característica marcante do trabalhismo varguista, pensou-se uma racionalização do universo trabalhista a fim de empregar uma disciplina ao trabalhador brasileiro.

3.3. A disciplinarização através da imprensa

A grande imprensa brasileira atuou politicamente como um instrumento do Estado para o processo de racionalização do trabalho, preocupada em pensar a questão de forma racionalizada. O conjunto de questões originadas das relações entre capital e trabalho como a saúde, educação, alimentação, salário, entre outros, surgem como uma preocupação do governo dos anos de 1930 e 1940. Como sabemos, o periódico que teve as edições da década de 1930 grande parte conservadas em acervos, o *Jornal do Comércio*, fez referências a questões de saúde do homem brasileiro. Durante o Estado Novo, os órgãos de propaganda colaboraram em difundir uma posição saudável do trabalhador, por prerrogativas do governo varguista que pretendia inseri-lo como apto para as atividades laboriais.

Ademais, com a finalidade de transmitir uma idéia positiva do brasileiro, outro ponto que merece destaque nesse estudo é a propagação da idéia de um “homem novo” que deveria exercer seu papel social nessa nova sociedade proposta após a Revolução de 1930. Esse homem, caracterizado pelo varguismo, seria afeito ao trabalho, de tipo físico saudável e uma educação voltada para o desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, o “homem novo” seria o cidadão brasileiro, mas não pela posse de direitos civis e políticos, mas pela posse de direitos sociais que seriam “doados” pelo Estado (GOMES, 2005, p. 201). O homem na sociedade brasileira, trabalhada pela política varguista, deveria ser o cidadão-trabalhador, colaborando sempre para a coletividade do país.

Em virtude da ênfase dada a questão social no Brasil no pós 1930, a atuação da imprensa brasileira não passou ilesa quanto ao investimento na construção de uma imagem positiva do homem brasileiro. Durante o período do Estado Novo o discurso dos periódicos campoprandenses a respeito dessa questão se tornou presente e muito freqüente. Por certo, *O Progressista*, ao exaltar o presidente na publicação intitulada “Todo poder à Getúlio Vargas”, citou que o estadista buscava “abrasileirar o brasileiro”, enviando o nacional da “orla atlântica para o cerne da pátria” (*O Progressista*, 26 de agosto de 1940, p.1). O periódico fez referência ao projeto em execução *Marcha para o Oeste* que, conforme os discursos de Vargas, tentava direcionar parte dos brasileiros rumo aos territórios portadores de “reservas de brasilidade”.

O Estado procurou inserir esse homem brasileiro num projeto de disciplinarização desencadeado através dos diversos instrumentos de propagação do regime: imprensa, discurso do Presidente, cartilhas escolares, etc. A intenção desse discurso, que tinha como finalidade criar uma nova identidade do brasileiro e mascarar as contradições entre os grupos da sociedade, vinha ao encontro com a intenção de demonstrar as relações de forma sincronizada, conforme uma doutrina oficial. Lenharo afirma que

A construção/regeneração do homem brasileiro se deu a partir da formulação de uma cultura, onde o culto ao trabalho estaria presente a todo momento. O zelo com a estrutura humana, a implantação de uma política biológica deixando claro a preocupação com a disposição dos trabalhadores, foram questões condicionantes.(LENHARO, 1986, p. 105)

Nesse sentido, as políticas públicas de saúde mostraram o afinamento dos ideais de consolidação de uma saúde pública voltada para a política social. O Estado mesmoo doava a assistência ao trabalhador em troca de uma maior produção econômica d. Os seus objetivos “visavam impedir a perda de saúde e estimular a capacidade de trabalho através de melhores condições de vida”(GOMES, 1982, p. 157). Os órgãos norteadores dessa assistência social proliferavam-se durante o governo varguista, dentre eles estão: Ministério da Educação e Saúde Pública, Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), Liga Nacional contra o Mocambo, Institutos de Previdência e Assistência Social. Nesse âmbito, como marco dos investimentos estatais nessa área merece atenção a reforma e a gestão de Gustavo Capanema (que) no Ministério da Educação e Saúde Pública – MESP - (1934-45):

[...], Foi a reforma do Mesp, proposta em 1935 e implementada por Capanema a partir de janeiro de 1937, que definiu a política de saúde pública, reformulando e consolidando a

estrutura administrativa do ministério e adequando-a aos princípios básicos que orientaram a política social do governo Vargas (FONSECA; HOCHMAN, 1999, p. 82).

No período em que se formulava o Mesp, no início dos anos 1930, sobretudo a partir de 1935, o *Jornal do Comércio* passou a veicular assuntos relacionados ao ideal de saúde do brasileiro. Da mesma forma, após 1937, o impresso surgiu como um guardião que se preocupou com a questão, propagando um discurso de eugenia através do Exército, em defesa de uma conduta do brasileiro que favorecia o desenvolvimento nacional:

O brasileiro que estremece sua pátria olha com respeito as classes armadas que imbuidas de um alto espírito de ordem e de disciplina, trabalham silenciosamente pelo fortalecimento da unidade nacional, pela melhoria eugênica da raça, na luta contra o analfabetismo e no aperfeiçoamento moral e físico de milhares de jovens brasileiros que transitam pelas casernas (*Jornal do Comércio*, 3 de dezembro de 1941,p.2)

O autor do texto atribuiu às classes armadas a responsabilidade de disciplinar o nacional, além de condicioná-lo fisicamente para o seu “novo papel” de uma proposta de reconstrução do país. Com isso, o trabalhador estaria apto a desenvolver suas atividades, afastando-se do ócio improdutivo, preocupação constante do primeiro governo varguista. Outra questão que remete ao papel do Exército de introduzir uma educação física aceitável para que o homem brasileiro tivesse um padrão físico e moral que correspondesse às mudanças de uma “república nova”, ou seja, ser saudável significaria preparar o brasileiro para o projeto de desenvolvimento nacional. Ressalte-se que o interesse dos militares das forças armadas em tratar da educação física do brasileiro se arrastava desde os anos 1920. No entanto, este somente foi aceito pela esfera governamental a partir da gestão de Gustavo Capanema no Mesp, entre 1934 a 1945, cujo período foi de estreitas relações entre os militares e o ministério (CASTRO, 1997, p.10). Conforme o que se pode compreender da passagem citada anteriormente pelo *Jornal do Comércio*, afirmamos que o Estado procurou delinear um homem de condições físicas saudáveis e afinadas com o discurso de eugenia, sem doenças venéreas e que conduzisse os brasileiros ao zelo de saúde. Ao fazer isso, estaria mais apto para promover o papel que o Estado varguista lhe reservava: garantir a riqueza da nação. Temos aí, a preocupação do governo no que se refere à produção social a partir do corpo e da mente conforme um tratamento eugênico (LENHARO, 1986, p.107). Os discursos se tornaram mais explícitos e divulgados ao público leitor dos jornais após o Estado Novo devido a intensa máquina de propaganda.

Nos momentos iniciais do Governo Provisório, Getúlio Vargas proferiu discurso onde ressaltou claramente o direcionamento que a questão da saúde iria receber em seu governo. O estadista mencionou sua preocupação quanto ao “aperfeiçoamento da raça e do progresso do país” e, de acordo com o governante, “a questão deveria ser tratada com interesse primordial” (SOUSA, 2000, p. 222). Esse discurso se deu durante um período onde foi preocupante a mortalidade infantil no Brasil, o que resultou em diversas medidas do poder público para por fim nessa questão. Nesse contexto, foi realizado em 1933 no Rio de Janeiro a Conferência Nacional de Proteção à Infância e de seus debates em 1934 foi criada a Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, vinculada ao Ministério da Educação. A finalidade de tais instituições constituía em “construir uma nação composta de *cidadãos fortes e capazes* e assim concretizar o projeto nacionalista zelando pela saúde e o desenvolvimento físico e mental das gerações futuras” (SOUSA, 2000, p. 225).

Durante esse processo houve a criação de órgãos que visavam o controle da sociedade, como foi o caso do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), criado em 1933, o qual incentivava e produzia livros e artigos jornalísticos visando a formulação de estratégias disciplinares destinadas a normatização da sociedade brasileira. Nesse caso, o CBES estava empenhado em veicular regras a respeito das relações de higiene do nacional. Muitas vezes, o motivo de tal normatização gira em torno de um principal fator: voltar a população em prol do desenvolvimento econômico da nação, através de discursos que poderiam se transformar em ações que para as autoridades favoreciam a saúde do trabalhador. O CBES foi criado e presidido por José de Albuquerque, sexologista que nos anos de 1930 se dedicou aos estudos sobre a andrologia, ou seja, os problemas sexuais do homem (CARRARA; RUSSO, 2002, p.276). Através do CBES, desenvolveu-se uma campanha para direcionar os passos de uma determinada educação sexual utilizando diversas atividades, entre palestras, conferências e outros eventos que girava em torno da educação sexual. Ademais, instalou um posto de atendimento gratuito sobre higiene e psicologia sexual chegando a constituir o ‘Circuito Jornalístico’ do CBES, onde cerca de 700 jornais inscritos publicavam quinzenalmente artigos sobre o assunto. Conforme as publicações o *Jornal do Comércio*, seria mais um dos impressos filiados, pois publicava os artigos referentes à educação sexual com a assinatura do órgão e do sexologista José de Albuquerque.

As publicações do CBES procuravam ter um caráter popular para atingir os pais e as mães, demonstrando como deveriam ser educados os jovens. A exemplo temos a publicação de 11 de maio de 1935 do *Jornal do Comércio* “Educação Sexual pela imagem”. O texto direciona a uma

prática que o médico José de Albuquerque procurou implantar no ensino sobre educação sexual, utilizando imagens para ilustrar o conteúdo explanado. De acordo com o sexologista:

Uma das maiores conquistas da sociedade moderna é a educação pela imagem [...] Entre um professor que disserta verbalmente uma hora sobre um ponto qualquer e um outro que explica auxiliado por gráficos e imagem o mesmo ponto, num espaço de tempo menor o segundo consegue prontamente que o primeiro e de maneira mais completamente perfeita, o ensino de sua disciplina a seus discípulos (*Jornal do Comércio*, 11 de maio de 1935, p.2).

Conforme Diana Gonçalves Vidal, o C.B.E.S. se empenhou em integrar preleções orais a imagens, fossem essas projeções luminosas fixas ou em movimento, fossem quadros ou esculturas (2003, p.56). Por certo, muitos filmes foram veiculados pelo circuito do C.B.E.S., e os meios de comunicação se comportaram como agentes difusores da didática que a instituição pretendeu implantar.

Dessa maneira os leitores do *Jornal do Comércio*, foram receptores de um discurso que mostrava seu cunho científico quanto à saúde do brasileiro, por meio das publicações do C.B.E.S. no interior do impresso. Os enunciados dos textos chamavam a atenção do leitor: “Uma nobre Campanha”²⁹, “Educação Sexual e a Defesa da Prole”³⁰, “A Educação Sexual pela Imagem”³¹; “Educação Sexual e Doenças Venéreas”³². A primeira manchete citada se refere a um texto assinado por Oliveira Paes, o qual ressaltou a importância do tema “Educação Sexual” e de José de Albuquerque mentor da campanha. De acordo com o denominado autor, “a educação sexual leva o jovem ao conhecimento claro, sem malícia, dos princípios básicos de uma vida pura e nobre” (*Jornal do Comércio*, 5 de março de 1935, p.3). As palavras de Oliveira Paes criticam claramente a religiosidade excessiva nas escolas, o que para o autor impede que o tema seja difundido entre a juventude, “sem a malícia” citada por ele no texto. Sem dúvida, Oliveira Paes fez menção às críticas da Igreja Católica ao caráter científico empregado à discussão sobre o tema tratado pelo C.B.E.S. No tocante ao campo discursivo laico, esse se amparava em preceitos eugênicos, higiênicos e, até, psicanalíticos, já que a cientificidade dada à matéria pretendia revesti-la de um caráter neutro (VIDAL, 2003, p.59).

²⁹ *Jornal do Comércio*, 5 de março de 1935, p. 3

³⁰ *Jornal do Comércio*, 13 de março de 1935, p.2

³¹ *Jornal do Comércio*, 11 de maio de 1935, p.2

³¹

³² *Jornal do Comércio*, 8 de maio de 1935, p.2

As publicações da C.B.E.S., por meio do *Jornal do Comércio* envolviam questões referentes à “pureza racial”. O discurso eugênico esteve exposto de forma clara no extenso texto intitulado “Educação Sexual e a Defesa da Prole”:

[...] procura o ser humano aprimorar a raça de seus animais, cruzando com outras de qualidades superior, para tornar o produto mais apto, mais capaz, etc., e no entanto, deixa à mercê da sorte, a sua própria procriação[...] Resulta daí que os casais ao procriarem, geram não poucas vezes, filhos monstruosos, degenerados, verdadeiras aberrações humanas, e isto, porque, não foram avisados em tempos de perigos que poderiam advir para a prole, dum casamento realizado às cegas, sem o beneplácito da ciência. (*Jornal do Comércio*, 13 de março de 1935, p.2).

Ao partir da premissa de que o periódico citado se filiou voluntariamente à proposta veiculada pelo C.B.E.S., podemos afirmar que ele apenas correspondeu com algumas idéias que circulavam nos anos de 1930. Vidal menciona que houve diversos autores brasileiros que discutiram o assunto nesse período, tais como: Afrânio Peixoto, Carlos Sussekind de Mendonça, J.P. Porto Carrero, Maria Ignez Marques de Souza, Fernando de Magalhães e Álvaro de Negromonte. Houve, ainda, a tradução de obras estrangeiras, o que demonstra o interesse de leitores (VIDAL, 2003, p. 57). Apesar da imprensa ter atuado como um difusora dos preceitos de pureza, ela não esteve sozinha nesse processo, andando muitas vezes de mãos dadas com pensadores que discutiram a questão racial em momentos anteriores. As idéias desses estudiosos, muitas vezes datadas ainda do século XIX e início do XX são retomadas na década de 1930. Entre esses estão Silvio Romero (1851- 1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Torres (1865- 1917), Oliveira Vianna (1883- 1951), Nina Rodrigues (1862- 1906), Francisco Campos, Azevedo Amaral, Gustavo Barroso, Alceu Amoroso Lima, etc. As idéias racistas desses intelectuais, de forma geral, admitem a existência de raças superiores e inferiores; delegam às raças manifestações que decorrem de fatores sociais. Além disso, defendem a idéia da inferioridade do mestiço; confirmam a influência negativa da presença do sangue negro em todas as civilizações; propõem a formação de uma população eugênica; e a necessidade de controlar a imigração, incentivando a entrada de elementos arianos (CARNEIRO, 1995).

Os estudos já realizados não indicam a influência direta de órgãos do governo no interior do C.B.E.S, mas, como citado no discurso de Vargas citado anteriormente, as idéias em torno da saúde refletiam o interesse em manter o um padrão saudável do trabalhador. A partir disso, houve também a criação realizada pelo governo varguista de aparatos institucionais da área da saúde preocupados com essa questão. Nesse sentido, considera-se oportuno os argumentos de Bertucci:

O tratamento dado a saúde do trabalhador na ordem burguesa é uma questão fundamental para todos os agentes sociais: controlá-la significa tanto direcionar a existência desses homens imprescindíveis para a produção de riquezas nas cidades, quanto delinear os rumos tomados pela própria sociedade (BERTUCCI, 1997, p.21)

De acordo com as premissas varguistas, o incentivo a educação sexual e o controle da higiene popular poderiam garantir a denominada “pureza da raça humana” e ger indivíduos capazes de contribuir com o desenvolvimento nacional. Por certo, medidas assistencialistas foram tomadas a partir do processo econômico e social brasileiro, reunidas numa obra edificadora e coesa, preocupada também com as gerações futuras. Portanto, conforme os preceitos daqueles que estavam no poder “para crescer e desenvolver-se, o Estado precisava compor-se de cidadãos selecionados por meio de processos eugênicos, saudáveis físico e mentalmente [...]” (SOUSA, 2000, p. 247). As ações do governo e de institutos como o C.B.E.S. estavam inseridas num contexto onde a febre amarela ainda ameaçava a capital e os portos litorâneos, a malária grassava pelo interior do país, a hanseníase ganhava a atenção dos médicos e a tuberculose continuava sendo o mais grave problema das cidades (HOCHMAN, 2005, p. 129). Diante da circulação e discussão sobre higiene o *Jornal do Comércio*, especificamente, se viu interessado em contribuir na divulgação do assunto. Em geral, podemos compreender que a articulação tanto do C.B.E.S., como daqueles que legitimavam o seu discurso, o caso, o *Jornal do Comércio*, procuravam sensibilizar os leitores para a necessidade de constituir uma “raça” tipicamente brasileira, de cunho nacionalista saudável, fisicamente bem ajustada e culturalmente equiparada à da Europa.

O periódico *O Progressista*, após a instalação do Estado Novo e estando sob a constante vigilância do DEIP, também se manifestou favorável à influência de um discurso laico em torno das questões sociais. A esse respeito, publicou um texto enaltecendo o regime estadonovista, citando que “a ciência em permanente vigília, devassa o labirinto da natureza e assenhoreia os lampejos de mente universal para beneficiar as condições de coletividade” (*O Progressista*, 10 de setembro de 1940, p.1). O jornal, em meados de 1940, demonstrou permanente interesse em divulgar assuntos relacionados à saúde, destacando o caso da lepra na antiga região sul mato-grossense, que motivou a construção de hospitais especializados para atender a população (*O Progressista*, 8 de março de 1940). A matéria sob o título: “O melhor esforço” texto datada de março de 1940, construiu um percurso histórico da criação de leprozários no Estado de Mato Grosso, destacando os principais nomes que colaboraram com essa empreitada. Dessa forma, o jornal utilizou um discurso para convocar o coletivo a colaborar com uma causa que preocupava as autoridades locais.

No tocante à tentativa de formulação de uma “nova sociedade” e de um “novo homem”, as questões da saúde e da educação foram um dos pontos mais discutidos periodicamente, tanto pelo *Jornal do Comércio* quanto pelo *O Progressista*. Em alguns momentos, houve uma reflexão em torno da utilização da educação como forma de garantir uma vida saudável aos brasileiros. A imprensa campograndense estudada identificou em diversos momentos, o empenho em torno do papel da educação na tarefa de construção do “homem novo”, enaltecendo a gestão do Ministro Capanema titular do Mesp (1934-1945) e seu empenho em torno dos esportes:

O Ministro Capanema tem se mostrado um grande amigo dos estudantes brasileiros e a medida de organização dos esportes universitários em 1941, é mais um passo acertado por S. Excia. Mas é preciso que os responsáveis pelas universidades e colégios se movimentem para prestigiar a ação do ministro, fazendo do esporte uma das preocupações administrativas de cada estabelecimento de ensino. (*Jornal do Comércio*, Suplemento Esportivo, 24 de janeiro de 1942, p.1).

Apesar de *O Progressista* ser o periódico que tinha por hábito enaltecer as personalidades envolvidas no governo local e nacional, houve também essa ação por parte do *Jornal do Comércio*, embora em menor intensidade. Outro ponto abordado por essa e outras passagens de ambos os jornais foi a utilização do esporte como instrumento para que o nacional exercesse de forma plena sua função no desenvolvimento brasileiro. A partir de uma proposta inovadora, a Educação Física apareceu, sobretudo, durante o Estado Novo como uma tentativa de inserir hábitos saudáveis aos cidadãos. Além disso, a inserção do esporte no interior dos estabelecimentos de ensino, colaboraria em formar indivíduos que valorizassem a pátria. Como mencionado, o Exército tomou a frente da organização pedagógica do campo da educação física no Brasil através de um projeto inspirado no modelo francês. O Exército inaugurou a primeira escola de educação física no país, auxiliando o Ministério da Educação e Saúde na criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (LENHARO, 1986, p. 79-80). Nota-se que a inserção da educação física foi então mais uma estratégia do governo varguista em pensar em uma identidade do homem brasileiro.

Em 21 de janeiro de 1941, o periódico *O Progressista*, no artigo “Aqui começa o patriotismo” trouxe reflexões que representam o ambiente da época. O texto trata especificamente do início do ano letivo da Escola de Educação Física do Exército. No evento de inauguração, o conferencista afirmou que na entrada do estabelecimento deveria haver uma placa indicando “Aqui começa o patriotismo”. Através de seus dizeres, o conferencista procurou vincular a prática de exercícios físicos ao nacionalismo, pois fisicamente preparado, o brasileiro teria “capacidade” de

servir a pátria. O artigo assinado por Orcaldo Fracer apresentou novamente o emprego da ciência para legitimar e incentivar a inserção desse tipo de educação dentre os nacionais:

Tinha, o grande mestre, na sua belíssima conferência acabado de demonstrar cientificamente a necessidade e a influência da prática dos exercícios físicos no preparo de um povo, pois que, as educações física, intelectual e moral, formam a tripeça simbólica da “educação integral”, única, capaz de assegurar ao indivíduo o aproveitamento integral das suas possibilidades. (*O Progressista*, 21 de janeiro de 1941, p.1)

A palestra do conferencista Afrânio Peixoto defendeu a proposta de uma identidade do “homem novo” ao mencionar implicitamente que a educação física prepara e eleva o indivíduo “física, intelectual e moralmente”, pois ele deveria estar sadio e inteligente para as mudanças econômico-sociais que o Brasil estava enfrentando. O palestrante ainda convocou seus espectadores a colaborarem, dentro e fora do Exército, em prol da educação física, para que todos pudessem esquecer a estatística enunciada pelo Ministro da Guerra de que “50% dos conscritos seriam incapazes fisicamente”. (*O Progressista*, 21 de janeiro de 1941, p.1). A produção e divulgação desse texto, convém lembrar, estavam inseridas num contexto da difícil condição de vida do maior número da população permeada por epidemias, afetando a qualidade de vida saudável dos brasileiros. Esse seria mais um motivo do interesse do Estado em empregar de forma efetiva a prática da educação física no cotidiano de nacional.

Além disso, o incentivo à prática de exercícios especialmente através de esportes, colaboraria com o fator disciplina do brasileiro, evitando muitas vezes o ócio e a emergência desse em conflitos sociais, já que estaria com menos tempo livre e inserido numa determinada rotina. O Suplemento Esportivo do *Jornal do Comércio*, veiculado aos sábados a partir da década de 1940, surgiu no momento em que se discutia a questão da prática de esportes como demonstração de disciplina, vida saudável e patriotismo. A respeito do “fator disciplina” em artigo intitulado “O esporte dentro do Estado Novo”, assinado por Paulo Porto, o *Jornal do Comércio* procurou veicular a informação da participação de Mato Grosso em toda a discussão de expansão do esporte pelo país. O texto atribui a indisciplina e a desordem aos grandes centros, se referindo provavelmente ao Rio de Janeiro e São Paulo. Afirma que essa “erva daninha” não chegava ao interior dos estados e que o decreto-lei que nacionalizou os esportes viera como uma salvação para disciplinar os brasileiros dos diversos quadrantes do país e evitar que conflitos sociais os contaminassem. Ao mesmo tempo que omitiu a existência de conflitos em regiões longínquas desses “grandes centros”, o texto escrito por Paulo Porto mencionou enfaticamente o incentivo à prática de esportes em Mato Grosso:

Em Mato Grosso, por exemplo, o governo não se descarta do esporte. Aí temos a prova no majestoso ground do Bosque Municipal que, temos certeza, se transformará num stadium de verdade. E hoje, com a competição patrocinada pela municipalidade, inicia-se uma fase nova para nossos esportes. Prestigiemos a iniciativa oficial. (*Jornal do Comércio*, Suplemento Esportivo, 18 de outubro de 1941, p.1).

Esse texto está também permeado de um discurso eugênico, ao afirmar que “o Brasil precisa de uma raça sadia e forte, dona de um entusiasmo sadio e empolgante” (*Jornal do Comércio*, Suplemento Esportivo, 18 de outubro de 1941, p.1). Ao reproduzir um discurso oficial, o autor do texto menciona que nesse ambiente onde todos trabalham em prol da iniciativa esportiva, seria possível formar tais “jovens sadios e fortes”. A elaboração das representações positivas no tocante ao esporte gerou práticas em terras matogrossenses, como o surgimento de alguns clubes esportivos de futebol. A exemplo, tem-se o caso do Operário Esporte Clube, o qual nasceu no seio do Sindicato da Construção Civil de Campo Grande em 1938 (SILVA, 2005, p. 78).

A atenção do poder público para a prática esportiva visou controlar o tempo livre do trabalhador e adequá-lo na busca de um físico saudável. Eliazar João da Silva em, *A Taça do Mundo é Nossa, o futebol como representação da nacionalidade*, cita que a instauração do regime político em 1937, trouxe a preocupação do aparato varguista em tratar o esporte como algo nacional, em especial o futebol, o qual se tornava uma atividade de maior visibilidade mundial e de grande alcance popular (2006, p.97).

A partir disso, o Estado procurou configurar, perante o imaginário popular, a criação de uma “civilização nova”, no plano simbólico, pensada também por *O Progressista*, que comparou a diferença entre a população litorânea e do interior. O jornal divide os brasileiros entre civilização do litoral e a do interior. A civilização litorânea é caracterizada pelo impresso como cosmopolita, onde seu homem possui habilidade para trabalhar com máquinas produzindo maravilhas. Dessa maneira, o homem litorâneo é representado como aquele que possui uma “concepção mecânica do tempo, do trabalho em série, da organização industrial, do trabalho das grandes aglomerações operárias, da higiene, da distância...” (*O Progressista*, 15/04/1942, p.4). O homem do interior é colocado pelo periódico como distinto, possuindo uma noção de tempo diferente, devido às longas distâncias, essas diminuídas no litoral devido a presença de bondes, automóveis e aviões. O artigo intitulado “Da função social do Estado no desenvolvimento do Oeste Brasileiro” trouxe uma crítica quanto ao Estado brasileiro se caracterizar como centralizador, porém na prática se comportava de maneira diversa, preterindo a civilização interiorana predominantemente rural. O jornal elogia o governo

varguista para depois colocar em xeque a exclusão do campo rural dos benefícios contemplados pela legislação. Apesar de existir no Oeste brasileiro uma gama de associações de classe urbanas reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, o autor do texto classificou que os trabalhadores rurais dessa região estavam desamparados pela legislação social. Essa questão é colocada implicitamente pelo periódico, mas primeiramente se manifesta a favor do governo:

Num país onde existam essas disparidades, as leis não podem ser feitas para a generalidade dos cidadãos. Temos aí o exemplo do salário mínimo, que acompanha a variante do desenvolvimento econômico das zonas para onde é fixado, e apesar de não sermos deterministas, aceitamos a tese de que a evolução econômica, determina o desenvolvimento espiritual (*O Progressista*, 15/04/1942, p.4).

Em seguida, o autor do texto critica o discurso de unidade nacional difundido pelo Estado Novo, que na prática tratava os brasileiros de maneira desigual, conforme a citação: “necessita antes de tudo, o governo que, imbuído de alto senso patriótico, desejar *de fato*, a unidade nacional, corrigir os erros da colonização e localizar em situação tal que permita o desenvolvimento homogêneo do país” (*O Progressista*, 15/04/1942, p.4). Enfim, o autor do artigo indicou o que por certo aconteceu: a abrangência de um corpo legal que trouxe benefícios para os trabalhadores urbanos, sindicalizados e obedientes ao governo. Isso indicou que a política social getulista se concentrava no mundo do trabalho formal e urbano (FAUSTO, 2006, p. 51). De certo modo, não seria interesse do governo brasileiro nesse momento em se preocupar com o setor rural, pois esse não possuía uma trajetória de mobilização em prol de seus direitos, não ameaçando assim a ordem social.

A fim de finalizar o seu discurso, o autor do texto afirmou que “havendo a centralização do poder e não havendo a homogeneidade de condições de vida e de cultura, não poderá haver unidade nacional” (*O Progressista*, 15/04/1942, p.4). Outra questão que essa mesma publicação apontou foi o fator do controle de discurso da imprensa pelos órgãos de censura. O texto elogiou o governo Vargas, justificou o motivo de variação do salário mínimo conforme a região, porém em meio a exaltações do regime, apresentou uma crítica ao tratamento diferenciado entre os brasileiros praticado pelo governo de Getúlio Vargas. Vale mencionar que o texto também foi colocado em espaço que pouco prendia a atenção do leitor, no canto inferior direito da página esquerda. As críticas relatadas demonstraram também que o controle da mídia não ocorreu de forma plena, como pretendeu o próprio aparato estatal.

Outro fator referente a disciplinarização do trabalhador brasileiro discutido pela imprensa foi a educação. A análise das fontes nesse ponto, direcionou também para uma formação do trabalhador brasileiro a fim de torná-lo cidadão, configurado de acordo com a doutrina oficial, ou seja, a “cidadania regulada”, definida pelo Estado a partir da inserção profissional no mundo da produção, consistia no gozo de direitos sociais sancionados por lei (GOMES, 2005, p.23). *O Progressista* foi elucidativo a respeito, já que conforme o impresso “os estabelecimentos de ensino aprimoram a educação da juventude, para dar varões sadios e fortes, sábios e empreendedores, disciplinados e bons, à Pátria e à Família.” (*O Progressista*, 10/09/1940, p.1).

O trecho remete à tentativa de elaborar uma nova identidade ao trabalhador, o qual deveria preocupar-se com as questões nacionais, e torná-los avessos às ideologias estrangeiras, como o caso do anarquismo e o comunismo. No entanto, cabe registrar que isso não impediu que ocorresse a afeição pelo comunismo por sindicalistas de Campo Grande, como foi o caso de José Duarte do Sindicato dos Operários da Construção Civil. Essa seria a preocupação de muitos empresários dos grandes centros urbanos brasileiros, os quais se encontravam aflitos com a presença de trabalhadores estrangeiros no meio das fábricas (PICHELI, 1997:5). De modo geral, a imprensa campograndense acabou assumindo esse discurso em seus textos, pois apesar de Campo Grande não ser composta por uma sociedade predominantemente industrial, como o caso paulista e carioca, houve a circulação dessas idéias. Ao ocupar a pasta do Ministério da Educação, Gustavo Capanema preocupou-se em trabalhar com a questão cultural do brasileiro de 1934 até 1945, quando ocupou o cargo. Conforme Capelato, o Ministro teve como principal preocupação o desenvolvimento da cultura a fim de impedir que a “nacionalidade incipiente fosse ameaçada por outras culturas e ideologias” (2003, p. 126).

As publicações que trataram da questão da educação do brasileiro foi muito lembrada pelo jornal, ultrapassando o âmbito escolar. Nesse período, “houve um empenho “educativo” de cunho geral e difuso em relação ao operariado no sentido de sua “adequação” para o trabalho e cidadania que ultrapassou os marcos institucionais da escola (DECCA, 1987, p.94). Em relação a essa questão, *O Progressista* discutiu a respeito da função da mulher na educação, no artigo cujo título foi “O papel da mulher na educação popular”. Nesse texto o jornal delega à mulher o papel de educadora, pois, conforme o discurso do impresso, ela traz consigo toda uma geração (*O Progressista*, 28/03/1941, p.3). Esse texto delegou as responsabilidades da mulher mãe e daquela que leciona, porém percebe-se que em ambos os casos, conforme a doutrina oficial, ela deve, como boa educadora, ter como lema “Justiça, dever, disciplina, direito e ordem”. Nesse sentido, o

impresso de propriedade de Vespasiano Martins, cumpriu o papel de conciliar seu interesse em manter seu periódico em harmonia com o governo federal.

No tocante ao *Jornal do Comércio*, esse questionou a formação do cidadão brasileiro. Em 10 de novembro de 1941, o periódico colocou a imprensa como “um dos maiores valores da civilização”, inserida assim na vida moderna. Além disso, afirmou que para um homem ser cidadão ele teria que ser alfabetizado, pois “a cultura moderna é difundida através da imprensa e aquele que não sabe ler, mal pode ser considerado cidadão” (*Jornal do Comércio*, 10/11/1941, p.1). De acordo com a visão do periódico, para que o indivíduo fosse considerado cidadão deveria ser capaz de acompanhar o desenvolvimento da sociedade moderna, apresentada através da imprensa. Em outro texto, o mesmo periódico questiona a educação profissional do brasileiro e, novamente, da disparidade entre o homem do campo e da cidade. O texto publicado em março de 1940 está em primeira página sob o título “O recenseamento e os problemas nacionais”, veiculado durante o ano de censo, identificamos alguns problemas questionados nessa edição:

Sabido que o ensino das primeiras letras não basta e, às vezes, é mesmo nocivo, como nos países onde a população rural alfabetizada não tem conforto material e espiritual desejado e em que a situação de vida entre a cidade e o campo extremamente diversas, pergunta-se: dessa grande massa de brasileiros a que se ministrou a educação primária, quantos tiveram o benefício da educação profissional, ingressaram nas escolas secundárias, técnico-secundárias e mesmo as superiores? Tem sido compreendido o esforço do Poder Público em prol da educação? Auxiliam-no a iniciativa e o capital particulares? E a Escola Rural? E em todas as 21 unidades da federação? Com que resultados? (*Jornal do Comércio*, 07/03/1940, p.1).

O ensino profissional estava em debate durante todo o Governo Vargas, principalmente por meio da gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde. O SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, foi criado dois anos mais tarde, por meio da Confederação Nacional das Indústrias, instituído pelo Decreto Lei 4.084/42. O seu objetivo foi organizar e administrar o ensino industrial, financiado pelas indústrias filiadas. Em 1942, o Decreto Lei 4.436 ampliou a rede de ensino do SENAI para transportes, comunicação e pesca e tratou também do aperfeiçoamento, especialização, reciclagem e formação de professores. Num plano geral, esse era o contexto de discussão acerca do ensino profissional no país. Portanto, é nesse cenário que o *Jornal do Comércio* questionou a situação da educação do trabalhador do oeste brasileiro, que para o periódico se encontrava distante da realidade do trabalhador que teve acesso os meios de conhecimento técnico.

O trabalhismo varguista foi inserido num discurso de racionalização do processo de trabalho e teve como aliada a mídia de diversas regiões brasileiras. No caso da imprensa campograndense, representada aqui pelos seus dois periódicos de maior circulação, houve alguns momentos em que esteve afinada com o discurso oficial, como também imprimiu críticas embora de forma contida, principalmente durante o regime estadonovista. De qualquer maneira, os impressos analisados veicularam representações de acordo com o contexto local, dialogando conforme o fazer social de seus grupos locais e com a política nacional dos anos de 1930 e 1940. A questão do trabalho presente nas fontes, se inseriu nessa trajetória configurando em diversos momentos fatores ligados na construção/idealização do trabalhador. Enfim, através das pistas deixadas por Jeanneney, foi considerada na análise metodológica das fontes a influência dos meios que o Estado, os governantes, os partidos políticos e os grupos de pressão dispuseram para pressionar a imprensa escrita (2003, p. 219-220). Assim tratada, podemos entender o caráter das publicações existentes nos periódicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relativas ao imaginário mato-grossenses referentes ao trabalhismo brasileiro e, conseqüentemente, da propaganda política do governo Vargas estão longe de ser esgotadas. Ao longo dessa dissertação foi possível conhecer as posições de *O Progressista* e *Jornal do Comércio*, os quais se comportaram como agentes sociais repleto de interesses, os quais influenciaram em suas publicações. Dessa maneira, as representações criadas pelos periódicos acerca do governo de Getúlio Vargas, “homem novo”, trabalho, Campo Grande, dentre outras, ocorreram de formas variadas, respondendo a interesses complexos, ora subordinados ao crivo dos órgãos de censura, ora permeados pelo contexto político-regionais dos impressos. Por isso, foi necessário conhecer o cenário político de Campo Grande, marcado por conflitos regionais com o norte do Estado que pertencia. O ato de conhecer a divergência entre os políticos nortistas e sulistas e, contraditoriamente, suas alianças, possibilitou conhecer os jornais cujos proprietários estiveram diretamente envolvidos nessa trama. Ao mesmo tempo, relacionar as reflexões dos locais sobre as fortes mudanças desencadeadas pelo governo varguista no pós 1930, nos permitiu compreender a motivação dos discursos dos impressos relativos às questões do trabalho.

De toda forma, esse estudo permeia o campo da história da imprensa, não deixando de tratar sobre análises ligadas aos imaginários do universo trabalhista da década de 1930 e 1940. Isso por tratar da colaboração da imprensa campograndense no processo de construção do trabalhismo brasileiro, fenômeno onde o Estado se preocupa em delinear uma imagem positiva do trabalho e do trabalhador brasileiro, irradiando através de vários meios de comunicação e discursos oficiais a idéia de “doação” das leis sociais por parte do governo varguista. Portanto, o universo das representações sobre o trabalhismo criadas por veículos de imprensa dirigidos por intelectuais e políticos sul-mato-grossenses, permitiu que uma das faces dos discursos mato-grossenses difundidos sobre o tema fosse compreendido. Contudo, a visão desses jornais trata-se da manifestação de apenas uma parcela da sociedade local, pois houve o posicionamento de outros atores sociais que, muitas vezes, receberam as mensagens difundidas pelos periódicos.

Apesar dos jornais serem representados por grupos dominantes do cenário político campograndense, foi possível notar que os impressos opinaram em alguns momentos questionando as más condições de vida do trabalhador local e nacional. A exemplo, teve a publicação que verificou a situação do ferroviário que excedia o turno de trabalho. De certa forma, isso na maioria

das vezes consistiu como uma preocupação na melhoria do atendimento da Ferrovia Noroeste do Brasil em Mato Grosso, contudo, foi levantada a falta de mão de obra na empresa, o que prejudicou alguns com trabalho em excesso. Durante o Estado Novo, foi papel dos periódicos veicular imagens positivas, respondendo a doutrina oficial em tratar do trabalho como fator inerente do desenvolvimento econômico nacional. Quando se fez presente os órgãos de censura, notamos que houve alguns apontamentos relativos ao alcance da legislação social na área rural, levantados pelo *O Progressista* durante o Estado Novo, embora de uma maneira mais branda e reservada no espaço físico do periódico.

Por meio de uma análise da mídia, um dos objetivos desse texto foi desmistificar seus discursos, no intuito de negar o pressuposto de entendê-la como portadora de uma verdade independente, acredita-se, ser, pois foi influenciada pelo contexto histórico a que pertenceu, onde exerceu papel de agente político. Desse modo atuam como personagens históricos e, em alguns momentos, buscaram corresponder às expectativas de um governo autoritário que os utilizava para tentar fazer valer sua doutrina. A propaganda política a respeito dos interesses do governo estadonovista, aumentou a dimensão desses periódicos, multiplicando suas páginas e oferecendo uma oportunidade em comentar os assuntos de interesses locais, como a desmistificação da visão negativa de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, a propaganda política procurou contribuir para expandir o caráter simbólico das festividades oficiais, colaborando com a aproximação entre governo e os leitores dos jornais.

De todo modo, conhecer os bastidores da imprensa, ou seja, daqueles que a utilizaram como tribuna política, permitiu refletir sobre os conflitos regionais. Dentre eles, o envolvimento de Mato Grosso na Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932 e Estado Novo. O fechamento do *Jornal do Comércio* devido a oposição inicial do periódico à ascensão de Vargas e seus correligionários ao poder, possibilitou entender que houve mudanças no posicionamento do periódico quando os interesses do responsável do periódico passou a ser atendido. Com Julio Muller na interventoria, tanto José Jayme como Vespasiano Martins, não foram mais considerados opositores do regime, o que também refletiu no caráter das publicações. A partir de algumas conclusões obtidas, como a nítida mudança do caráter das publicações da imprensa, após o golpe do Estado Novo, ainda há muito o que tratar a respeito da participação da imprensa nas discussões que permeiam as lutas de poder em Mato Grosso.

Como cita Gomes, “a história política deve ser pensada como um campo mutável através do tempo e do espaço, podendo expandir-se ou contrair-se, incorporando ou eliminando temas” (1996,

p.06). No caso dessa pesquisa, entender os meandros do poder local permitiu verificar que o campo do político não tem fronteiras fixas, pois no caso do discurso sobre o trabalho das páginas dos impressos estudados houve constantes mudanças quanto a sua forma de abordar o assunto, influenciada pela conjuntura local e interferências do governo federal na esfera regional.

Ao relacionar imprensa, governo Vargas e o fenômeno do trabalhismo ocorreu de fato algumas dificuldades, como o caso da pouca bibliografia que trata da história dos trabalhadores de Mato Grosso, considerando o período varguista. Apesar disso, os poucos existentes trouxeram grande contribuição para que fosse discutido a posição da imprensa quanto ao trabalhismo varguista. Além disso, a imprensa foi utilizada como importante fonte que colaborou para levantar alguns pontos essenciais para a discussão. De todo modo, o decorrer da pesquisa apontou a carência de estudos referente ao “mundo do trabalho” em Mato Grosso, especificamente sobre os trabalhadores de Campo Grande. Outro fator evidenciado, a limitada produção universitária a respeito da história política dos interventores mato-grossenses durante o primeiro governo Vargas (1930-1945). Nesse sentido, são de grande valor a produção de memorialistas como Demóstenes Martins, Paulo Coelho Machado, Rubens de Mendonça, dentre outros. Os trabalhos das historiadoras Marisa Bittar, Maria Manuela Renha de Novis Neves e Alisolete Weingartner, que na maioria versam sobre o divisionismo mato-grossense, trouxeram amplas informações para traçar o perfil dos proprietários dos periódicos e a influência desses no cenário de poder local. No entanto, há poucos trabalhos acerca do campo mutável que envolve a administração estadual de Mato Grosso na década de 1930 e 1940. Nesse sentido, os jornais levantados trouxeram imensa contribuição para discorrer sobre as dissensões no poder regional.

A fim de concluir, a pesquisa realizada ao longo dessa dissertação evidenciou outro apontamento sobre a história política da imprensa e aspectos do universo trabalhista. A imprensa mato-grossense não é somente composta por periódicos dos grupos que dominaram a administração do seu Estado. Sabemos que houve uma produção de jornais sindicais ou ligados a grupos de trabalhadores organizados de algum modo. Portanto, no marco temporal que trata essa pesquisa não foram constatados jornais operários em Campo Grande ou no sul de Mato Grosso. Acredita-se que uma pesquisa voltada para refletir sobre o imaginário popular dessa região acerca de questões trabalhistas seria interessante, utilizando a imprensa dos trabalhadores ou outras fontes. Desse modo, seriam compreendidas as diversas esferas de poder e seu comportamento no que envolve o discurso sobre o trabalho, durante ou após o governo de Getúlio Vargas.

REFERÊNCIAS

Fontes

Jornal do Comércio, Campo Grande: Editora Jornal do Comércio, 1933

Jornal do Comércio, Campo Grande: Editora Jornal do Comércio, 1934

Jornal do Comércio, Campo Grande: Editora Jornal do Comércio, 1935

Jornal do Comércio, Campo Grande: Editora Jornal do Comércio, 1939

Jornal do Comércio, Campo Grande: Editora Jornal do Comércio, 1941

Jornal do Comércio, Campo Grande: Editora Jornal do Comércio, 1942

Jornal do Comércio, Campo Grande: Editora Jornal do Comércio, 1943

O Progressista, Campo Grande: Editora O Progressista, 1940

O Progressista, Campo Grande: Editora O Progressista, 1941

O Progressista, Campo Grande: Editora O Progressista, 1942

O Progressista, Campo Grande: Editora O Progressista, 1943

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (10 de novembro de 1937)

Decreto lei nº 399 de 30 de abril de 1938

Decreto lei nº 2162 de 1 de maio de 1940

Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931

Decreto nº 24.694 de 12 de julho de 1934

Decreto lei nº 1402, de 5 de julho de 1939

Bibliografia

ABREU, Silvana. *Ocupação Racionalização e Consolidação do Centro-Oeste brasileiro: O espaço Mato-grossense e a Integração Regional*. In: MARIN, Jérri Roberto & VASCONCELOS, Cláudio Alves de (orgs). *História Região e Identidade*. Campo Grande/MS. 2003

AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*. 2006. 252f. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, Dourados

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8. ed. Campinas, SP: Cortez Editora, 2002^a

ARCA- Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande- MS. *Campo Grande uma cidade em busca de sua identidade*, n. 6, 1998.

ARCA- Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande- MS. *Campo Grande: o seu desenvolvimento e sua história*, n. 5, out, 1995.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o Signo da Nova Ordem: Intelectuais Autoritários no Brasil e na Argentina (1914 - 1945)*. São Paulo: Loyola, 1999

BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária*. São Paulo-1891/1925. Campinas : Centro de Memória – Unicamp, 1997

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul : do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Publicações Europa- América, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 9^a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. Ed. UNESP, 1992

CAMPOS, André Luiz Vieira. *Olhares sobre a Segunda Guerra Mundial no Brasil*. História, ciência e saúde - Manguinhos, vol.8, no.3, p.757-760, Dez 2001. Disponível em www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n3/7655.pdf Acesso em 10 de dez. 2010

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994

_____, Maria Helena Rolim Capelato; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira*. In. MALERBA, Jurandir;

CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs.) *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas:SP, Papyrus, 2000

_____, Maria Helena R.; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In. MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro Flamarion (Orgs.) *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: SP, Papyrus, 2000

_____, Maria Helena R. Estado Novo: Novas Histórias. In.: FREITAS, Marcos César de (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. SP: Contexto/ USF, 1998

_____, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998

_____, Maria Helena R. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In.: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999

_____, Maria Helena R. O Estado Novo: O que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 2, 2003, pp. 109- 110.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. 5ª edição. RJ: Campus, 1997.

_____, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. 5ª edição. RJ: Campus, 1997

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração*. São Paulo: Brasiliense, 1995

_____, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Deop's e a ideologia de segurança nacional. In.:PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999

CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978

_____, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976

CARRARA, S. L. e RUSSO, J. A.: A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2):273-90, maio-ago. 2002

CASTRO, Celso. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Antropolítica*, Niterói, RJ, nº 2, p.61-78, 1º sem. 1997

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante. In.: GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e centralização política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980

CASTRO, Maria Inês Malta. *O preço do progresso: a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)*. 1993. Dissertação- IFCH- Unicamp: Campinas, 1993.

CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. UFGGS, 2002

_____, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990

COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de história*. Portugal: Ed. Presença; Brasil: Martins Fontes, 1972

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: Editora UFMS, 1995

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo*. São Paulo: DIFEL, 1975. (Corpo e alma do Brasil)

_____, Edgard. *A Primeira República: 1889-1930 : texto e contexto*. 2 ed. São Paulo: Difel, 1973. 391p. (Corpo e alma do Brasil)

_____, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e política social. In.: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

_____, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Riode Janeiro. Paz e Terra: 1987.

DE LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005

DRUMOND, Maurício. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. *Estudos Históricos. (Rio de Janeiro)* [online]. 2009, vol.22, n.44 pp. 398-421 . Disponível em : <http://www.scielo.br>

DUPAS, Gilberto: *O Mito do Progresso*. São Paulo: UNESP, 2006

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FEBVRE, L. Por uma história dirigida as investigações coletivas e o futuro da história. In: *Combates pela História*. (Trad. Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz). 3.ed. Lisboa: Ed. Presença, 1989, P. 61-69

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf acessado em 20/07/2010

FOOT HARDMAN, F (org.). *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: LOYOLA, 2007

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História*. Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003

GALETTI, Lylia S. G. *Nos confins da civilização: Sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH/ USP, São Paulo, 2000

GALINARI, Mellandro Mendes. *A Era Vargas no Pentagrama: dimensões político discursivas do canto orfeônico de Villa-Lobos*. 2007. 447 p. Tese (Doutorado em Linguística). UFMG, Belo Horizonte.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1989

GOMES, Ângela Maria de Castro. Empresariado e legislação social na década de 30. In.: *A Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas*. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de Brasília, 1982

_____, Ângela de Castro (org). *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007

_____, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e Centralização Política. Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980

_____, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In.: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999

_____, Ângela Maria de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982

_____, Ângela de Castro. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In.: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____, Ângela de Castro. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

HOCHMAN, G. *Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)*. *Educ. Rev.* [online]. 2005, n.25, pp. 127-141

_____, Gilberto, Fonseca, Cristina. O que há de novo? Política de saúde pública e previdência, 1937-45. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. p. 73-94. 1999

JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.213-230.

JORGE, Stella Maris Floresani. *Filinto Müller: memória e mito (1933-1942)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

KOSSOY, Boris. *História & Fotografia*. 2. ed. São Paulo: Ateliê ed., 2001

LEITE, Luis Philippe Pereira. *João Villasbôas: parlamentar mato-grossense*. Cuiabá: [s.n.], 1992.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1986.

_____, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas: Ed. Unicamp, 1985

MARTINS, Ana Luiza e DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento facista no Brasil (1932-1938) In.: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs) *O Brasil Republicano – O Tempo do Nacional Estatismo do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

MARTINS, Nelly. *Vespasiano, meu pai*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

MARTINS, Demósthene. *A poeira da jornada: memórias*. São Paulo: Resenha Tributaria, [1980].

_____, Demósthene. *História de Mato Grosso: os fatos, os governos, a economia*. São Paulo: V. Bicego, [s.d.]

MENDONÇA, Rubens de. *Dicionário biográfico mato-grossense*. 2 ed. Goiânia: Rio Bonito, 1971.

_____, Rubens de. *História do Poder Legislativo de Mato Grosso*. 2 ed. [Cuiabá]:Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1974

MESQUITA, Silvana de Queiroz Nery. *A política cultural norte-americana no Brasil: o caso do OCIAA e o papel das Seleções Reader's Digest 1940-1946*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e Raposas na Política de Mato Grosso (até 1978)*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001

_____, Maria Manuela R. de Novis [1988]. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Assis

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. O pensamento de Azevedo Amaral. In.OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982

_____, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____,Lúcia Lippi de. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: CONSTELAÇÃO Capanema: intelectuais e políticas/ Organizadora Helena Bomeny. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p.37-58.

PAULO, Heloísa Helena de Jesus. *O DIP e a juventude - Ideologia e Propaganda Estatal*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 99-113, 1987.

PEDRAÇA, Célio Marcos. *O Universo Ideológico de Dom Aquino e os anos Vargas: entre a Igreja e o Estado*. Dissertação (Mestrado em História) UFMT, Cuiabá, 2007

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882007000100002&lng=pt&nrm=iso

_____, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PICHELI, Valdir. *O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930-1944)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp, Campinas

PONTES, José Couto Vieira Pontes. *História da Literatura Sul-Mato-Grossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1981

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidades*. Diálogos, Maringá DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149-184. 2006

_____, Paulo Roberto Cimó. Notas sobre divisionismo e identidades em Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul. Raído- *Revista do Programa de Pós Graduação em Letras da UFGD*, Dourados, v.1, n.1, p. 137-163, jan/jul. 2007.

_____, Paulo Roberto Cimó. *Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul- mato-grossense: um breve ensaio*. CPDO - UFMS, maio de 2005. 25 p. (mimeo).

_____, Paulo R. Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: O nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande : Ed. UFMS, 1997.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução de D. Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____, René. Do Político. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução de D. Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 441-453

SALGADO, Salgado. *Despertemos a nação*. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1935

SANTOS, Ana Carolina Nery dos. *A Estética Estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp, Campinas, 2004

SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso (1920- 1980)*. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2005

SILVA, Eliazar João da. *A taça do mundo é nossa! O futebol como representação da nacionalidade*. Governador Valadares: Ed. Univale, 2006

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In.: FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Araújo Reis; ZENHA, Celeste. *O século XX: o tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Giselda Brito. *No entre guerra, a situação dos integralistas na implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas*. Projeto História, São Paulo, (30), p. 229-241, jun. 2005

SILVA, Rogério Souza. *A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê!*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2005, vol.25, n.50, pp. 61-95. ISSN 1806-9347.

SOUSA, Cynthia Pereira de. *Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens*: Educar, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005. Editora UFPR

_____, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, 221-249

SANTOS, Ana Carolina Nery dos. *A Estética Estadonovista: um estudo acerca das principais comemorações oficiais sob o prisma do Cine-Jornal Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp, Campinas, 2004.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia*. 6 Ed. Petrópolis: Vozes, 2004

TRINDADE, Helgio. *Integralismo. O Fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1979

VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

VIANNA, Marly de Almeida G.. "O PCB, a ANL e as Insurreições do Novembro de 1935" In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – O Tempo do Nacional Estatismo do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003, p. 64-105

VIDAL, Diana Gonçalves. Educação Sexual: produções de identidades de gênero na década de 1930. In.: SOUSA, Cynthia Pereira de (org.). *História da Educação: processos, práticas e saberes*. 3 ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2003

ZORZATO, Osvaldo [2000]. Alicerces da identidade mato-grossense. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, ano 161, p. 419-436, jul./set. 2000

WEINGÄRTNER, Alisolette Antonia dos Santos. Operário nas indústrias da construção civil: participação e luta por direitos sociais. Uma historia do sindicalismo em Campo Grande - MS, 1928-1979. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) . UNESP, Franca

_____, Alisolette A. dos Santos. *Movimento divisionista em Mato Grosso do Sul: 1889- 1930*. Porto Alegre: Ed. EST, 2002.

WELTMAN, Fernando Lattman. *Da desilusão ao aprendizado político: como a imprensa participa do processo.- Jornal da ABI*. Rio de Janeiro, v.3, nº 3, 1997. Edição especial "Um século de histórias de imprensa"

